

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

EFEITO DO COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS ATRAVÉS DO CASAMENTO
SOBRE A DETERMINAÇÃO DA RIQUEZA NO BRASIL

Autor: Rubens Campos de Lacerda Junior

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Sociologia, Departamento de Sociologia,
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de
Brasília, como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Sociologia.

Brasília, março de 2013

UNIVERSIADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EFEITO DO COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS ATRAVÉS DO CASAMENTO
SOBRE A DETERMINAÇÃO DA RIQUEZA NO BRASIL

Autor: Rubens Campos de Lacerda Junior

Orientador: Doutor Marcelo Medeiros Coelho de Souza

Banca: Prof. Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB)
Prof. Doutor Rafael Guerreiro Osorio (IPEA)
Prof. Doutor Sergio Barreira de Faria Tavolaro (SUPLENTE - UnB)

Brasília, março de 2013

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro.

Agradeço ao meu orientador professor Marcelo Medeiros, pelo interesse demonstrado em minha pesquisa, suas sugestões e soluções oferecidas foram de fundamental importância para a conclusão deste trabalho. Ainda, sua insistência em apresentar o caminho mais simples (quando eu somente enxerga soluções complicadas) é um ensinamento que espero preservar em minha carreira acadêmica.

Agradeço à Banca Examinadora pela compreensão com relação aos problemas pessoais que enfrentei ao final do curso de mestrado e que atrasaram minhas atividades acadêmicas. Agradeço, ainda, às críticas e sugestões que permitiram um salto de qualidade entre a versão apresentada no ato da defesa e a versão posterior à reformulação.

Agradeço aos meus colegas de pós-graduação e de orientação, Emerson Rocha, Lauro Stocco, Layla Jorge e Pedro Herculano de Souza, pela importante contribuição em temas relacionados à sociologia da educação e dúvidas a respeito da PNAD.

Agradeço à minha família, pelo apoio emocional e financeiro que me foi concedido. A preocupação e o carinho de minha mãe, meu pai e minha irmã, mesmo que distantes, foram fundamentais para minha motivação.

Agradeço em especial à Natália e aos seus pais, Nudmir e Rosa Maria, pela companhia e apoio nos momentos mais difíceis da redação desta dissertação. Encontrar forças para concluir este trabalho só foi possível graças a vocês.

Sumário

Tabelas	vi
Resumo.....	viii
Abstract	ix
Introdução	1
1. Do Estudo da Desigualdade ao Estudo da Formação dos Ricos	5
1.1. Importância dos Ricos Para os Estudos de Desigualdade.....	5
1.2. Diferentes Interpretações da Desigualdade na Sociologia Clássica.....	7
1.3. Modificações na Abordagem de Marx para o Estudo de Estratificação em Sociedades Contemporâneas	13
1.3.1. Limites da Abordagem de Marx para o Estudo de Estratificação em Sociedades Contemporâneas	13
1.3.2. As Contribuições de Ralf Dahrendorf e Erik Olin Wright	13
1.3.3. A Contribuição de Aage Sørensen.....	17
1.4. Definição de Ricos e Operacionalização da Linha de Riqueza	19
1.5. Considerações	20
2. A Família como Determinante da Formação dos Ricos	22
2.1. Família e Capital Social.....	22
2.1.1. Definição de Capital Social	22
2.1.2. Família, Circulação de Capital Social e Formação dos Ricos	24
2.1.3. Limite da Mensuração do Capital Social na Família Através da PNAD 2009	26
2.2. Sobre a Distribuição de Recursos Entre os Casamentos Brasileiros	26
2.2.1. Estrutura, Aproximação e Interação Entre Indivíduos Semelhantes	28
2.2.2. Critérios Individuais de Seleção de Cônjuge e Formação do Mercado Matrimonial	30
2.2.3. Limites do Estudo do Mercado Matrimonial Através da PNAD 2009	33
2.3. Considerações	33
3. Estudo Preliminar Sobre a Similaridade de Recursos em Posse dos Cônjuges.....	35
3.1. Verificação da Taxa de Homogamia Segundo a Remuneração Individual.....	36
3.2. Verificação da Taxa de Homogamia Educacional.....	47
3.3. Interpretação da Composição dos Matrimônios Brasileiros Segundo a Teoria do Capital Social	56
3.4. Conclusões Preliminares.....	63
4. Composição dos Matrimônios e a Formação dos Ricos	66
4.1. Estrutura Familiar, Composição dos Matrimônios e Desigualdade de Renda.....	66
4.2. Definição do Procedimento de Pesquisa.....	70

4.2.1. Orientação e Objetivo	70
4.2.2. Operacionalização do Pareamento Aleatório dos Cônjuges	71
4.2.3. Limitações do Procedimento	76
4.3. Verificação do Efeito da Composição dos Matrimônios Sobre a Distribuição de Renda Brasileira.....	77
4.3.1. Medidas de Desigualdade P_{α} e R_{α}	78
4.3.2. Resultados.....	81
4.4. Conclusões Preliminares.....	86
5. Homogamia Educacional e Transmissão Intergeracional de Escolaridade	88
5.1. Transmissão Intergeracional de Capital Social na Forma de Recursos Educacionais	88
5.2. Definição dos Procedimentos de Pesquisa.....	96
5.3. Efeitos da Estrutura Familiar Sobre a Escolaridade dos Filhos	98
5.3.1. Observação da Escolaridade dos Filhos Segundo a Estrutura Familiar.....	100
5.3.2. Verificação dos Efeitos da Estrutura Familiar Sobre a Escolaridade dos Filhos Através de Teste de Tratamento Médio	105
5.4. Efeito da Semelhança Educacional entre Cônjuges Sobre a Escolaridade dos Filhos.....	110
5.4.1. Procedimento de Pareamento Aleatório	111
5.4.2. Modelos Estatísticos Empregado na Previsão da Escolaridade dos Estudantes Oriundos de Famílias Biparentais e Monoparentais.....	117
5.4.3. Efeito da Similaridade Educacional entre Cônjuges Sobre a Escolaridade dos Filhos ...	121
5.5. Conclusões Preliminares.....	135
Conclusão.....	137
Referências Bibliográficas	141

Tabelas

Tabela 1.1	Medidas de Desigualdade da Distribuição de Renda Brasileira, entre 2001 e 2009.....	5
Tabela 3.1	Intervalos de Rendimentos Segundo Diferentes Estratos	37
Tabela 3.2	Estado Civil de Mulheres e Homens Acima de 18 Anos Segundo Estrato de Renda Individual de Todos os Rendimentos	38
Tabela 3.3	Frequência Relativa Original e Esperada dos Matrimônios Segundo Estratos de Renda Individual para Maridos e Esposas	40
Tabela 3.4	Condição de Atividade Econômica Geral e Estratos Seleccionados, para Esposas e Maridos	43
Tabela 3.5	Proporção dos Casamentos Tradicionais com Relação ao Total de Matrimônios Envolvendo Mulheres do Estrato “Até 25%”	44
Tabela 3.6	Proporção de Casamentos entre Pessoas no Mesmo Intervalo de Renda e de Casamentos entre Pessoas no Mesmo Intervalo ou em Intervalos Adjacentes	45
Tabela 3.7	Proporção de Maridos por Estrato Educacional Segundo o Estrato da Renda Familiar per capita	50
Tabela 3.8	Proporção de Esposas por Estrato Educacional Segundo o Estrato da Renda Familiar per capita	50
Tabela 3.9	Distribuição Percentual Original e Esperada das Uniões Matrimoniais Segundo Estratos de Escolaridade para Maridos e Esposas.....	51
Tabela 3.10	Distribuição Percentual Original e Esperada das Uniões Matrimoniais Segundo Estratos de Escolaridade para Maridos e Esposas, Somente para Pobres	53
Tabela 3.11	Distribuição Percentual Original e Esperada das Uniões Matrimoniais Segundo Estratos de Escolaridade para Maridos e Esposas, Somente para Ricos.....	53
Tabela 3.12	Distribuição Percentual dos Matrimônios Educacionalmente Semelhantes, Segundo o Estrato da Renda Familiar per capita	55
Tabela 4.1	Frequência Relativa dos Matrimônios Segundo Estratos de Renda Individual de Todos os Rendimentos para Maridos e Esposas (Modelo 1 e Esperada).....	75
Tabela 4.2	Frequência Relativa dos Matrimônios Segundo Estratos de Renda Individual de Todos os Rendimentos para Maridos e Esposas (Modelo 2 e Esperada).....	75
Tabela 4.3	Testes $P\alpha$ e $R\alpha$, Somente para a Subpopulação de Famílias Compostas por Dois Cônjuges.....	82
Tabela 4.4	Testes $P\alpha$ e $R\alpha$, para Toda a População de Famílias Brasileiras	85
Tabela 5.1	Médias e Coeficientes de Variação da Escolaridade de Estudantes, de 8 a 10 anos, Segundo Estrutura Familiar e Estrato da Renda Familiar	100
Tabela 5.2	Médias e Coeficientes de Variação da Escolaridade de Estudantes, de 11 a 14 anos, Segundo Estrutura Familiar e Estrato da Renda Familiar	100
Tabela 5.4	Coeficientes da Escolaridade de Mães e Pães Estimados Através das Regressões Auxiliares, Segundo Gênero e Cor/raça dos Filhos	106

Tabela 5.5	Efeito da Estrutura Familiar Sobre a Escolaridade dos Estudantes.....	108
Tabela 5.6	Coefficientes das Variáveis Explicativas Encontrados na Estimção da Escolaridade de Estudantes, Segundo a Estrutura Familiar	120
Tabela 5.7	Escolaridade Média dos Grupos de Tratamento e Controle Segundo os Estratos de Renda Familiar <i>per capita</i> Originais dos Estudantes Entre 8 e 10 Anos	125
Tabela 5.8	Escolaridade Média dos Grupos de Tratamento e Controle Segundo os Estratos de Renda Familiar <i>per capita</i> Originais dos Estudantes Entre 11 e 14 Anos	126
Tabela 5.9	Escolaridade Média dos Grupos de Tratamento e Controle Segundo os Estratos de Renda Familiar <i>per capita</i> Originais dos Estudantes Entre 15 e 18 Anos	126
Tabela 5.10	Coefficientes Encontrados na Regressão de Diferenças em Diferenças	130
Tabela 5.11	Coefficientes Encontrados na Regressão das Interações entre Semelhança Educacional entre Cônjuges e Estratos de Renda Familiar <i>per capita</i>	132

Resumo

Este trabalho tem por objetivo verificar em que medida a condição de riqueza está relacionada à formação de núcleos familiares através do matrimônio e ao efeito intergeracional do núcleo familiar (cônjuges) sobre as oportunidades de seus filhos. É proposto por este trabalho que o casamento é um dos mecanismos que permitem aos indivíduos alcançar ou manter a condição de rico. É parte central do argumento desenvolvido, o entendimento da família como um elemento estrutural importante para a compreensão da desigualdade de renda brasileira. Assume-se que a assimetria no acesso a ativos, entre famílias, permite a concentração de renda, ou seja, favorece aos mais ricos. Os efeitos da família sobre a determinação da condição de rico foram divididos em duas hipóteses. A primeira hipótese propõe que a condição de riqueza é alcançada ou mantida através da concentração de recursos econômicos realizada no momento do matrimônio, em razão da união entre duas pessoas com rendimentos semelhantes e elevados. Os resultados encontrados validam essa proposição. A segunda hipótese desse trabalho apresenta dois estágios. O primeiro propõe que conforme a formação de matrimônios ocorre entre pessoas de escolaridade semelhante e cada vez mais elevada, cresce a capacidade de transmissão de recursos educacionais dos pais para seus filhos. O segundo propõe que a transmissão desses recursos educacionais entre pais ricos e seus filhos – cuja idade varia entre 8 e 18 anos – seria superior àquela encontrada em qualquer outro estrato. O primeiro segmento proposto foi validado. O segundo estágio, fundamental para o estudo dos determinantes da condição de rico, todavia, não foi corroborado pelos resultados obtidos. Os filhos de famílias ricas não parecem se aproveitar, durante o Ensino Fundamental e Médio, das vantagens oriundas do maior volume de recursos educacionais em posse de seus pais. Os resultados encontrados levam a crer que seja necessário estudar o efeito da composição dos matrimônios dos pais sobre escolaridade dos filhos de famílias ricas nos níveis educacionais superiores. Esta pesquisa corroborou a importância explicativa do compartilhamento de recursos sociais entre membros de uma mesma rede. Os recursos que circulam na rede familiar de cada pessoa se mostraram importantes não somente para a explicação da desigualdade social brasileira, medida através das distribuições de renda e escolaridade, como também se apresentou capaz de influenciar diretamente a condição de riqueza por meio do efeito da formação dos laços matrimoniais e da consequente distribuição da renda entre as famílias.

Abstract

This work intends to verify the extent to which the condition of being rich is related to the creation of new families through marriage and to the intergenerational effect of family's core (spouses) on the opportunities of their offspring. This work proposes that marriage is one of the mechanisms which allow a person to achieve or preserve the condition of being rich. The perception of family as an important structural element for the comprehension of Brazilian income inequality is fundamental to the argument stated. It is assumed that the asymmetry between families to access assets allows income inequality and favors the richer. The family effects over the condition of being rich were divided into two hypotheses. The first one proposes that the condition of being rich is achieved or maintained through the economic resources concentration performed by marriage – as a result of the union of two high-income individuals. The results validate this proposition. The second hypothesis presents two stages. The first stage proposes that marriages happen between individuals with similar education level and, as the educational level of both spouses grows, the capability to transfer educational resources from the relatives to their offspring grows too. The second stage proposes that the transmission of these educational resources from rich families to their offspring – whose age range from 8 to 18 years – would be higher than the transmission performed by families of others classes. The results corroborate the first stage of the second hypothesis, but they do not corroborate the second. The offspring of rich families do not appear to take advantage, during elementary or high school, from the higher educational resources owned by their parents. The results show the need to study the effect from the marriage of rich parents on their offspring while they reach higher educational levels compared to families of other classes. This research corroborates the explanation relevance of sharing social resources between members of the same social network. The resources embedded at a familiar network showed importance not only to explain Brazilian social inequality, measured by the income and educational distribution, as also showed capable to directly influence the condition of being rich through the effect produced by marriage ties and the consequent income distribution between families.

Introdução

Essa dissertação tem por objetivo estudar os determinantes da condição de riqueza no Brasil. Em um primeiro momento, pode parecer estranho estudar os elementos que propiciam a formação dos ricos. Em uma observação mais cuidadosa, porém, é possível perceber que a desigualdade de renda brasileira não existe exclusivamente em razão da dificuldade que alguns grupos possuem em obter rendimentos suficientes para garantir sua subsistência; se um grupo recebe rendimentos proporcionalmente menores do que o esperado, então existe outro grupo que recebe rendimentos proporcionalmente maiores que o esperado. Esse grupo possui a capacidade desproporcional de obter e concentrar rendimentos, diferentemente do que ocorre com a maior parcela da população. Esse grupo diferenciado em suas características de acesso e concentração de renda será chamado de rico.

A desigualdade da distribuição de renda brasileira é extrema. Anualmente o país se encontra no extremo inferior dos rankings internacionais sobre distribuição de renda. Por essa razão, entender quais são os elementos que permitem aos ricos alcançar sua posição é tão importante para compreender a desigualdade de renda brasileira quanto compreender os motivos que impedem aos pobres superar sua condição de pobreza. Mais importante ainda é saber que os motivos não são os mesmos. Medeiros (2005) demonstra que as características utilizadas para explicar a condição de pobreza tornam-se pouco úteis quando utilizadas para explicar a distância entre ricos e não-ricos.

O estudo dos ricos ainda é escasso no Brasil. Existe uma lacuna nos estudos sociológicos brasileiros a respeito dos efeitos da família sobre a condição de rico. Entre outras questões, é necessário verificar em que medida a origem dos ricos está relacionada à formação de novos núcleos familiares através do matrimônio e ao efeito intergeracional da posição social dos pais nas oportunidades de seus filhos.

Para estudar os determinantes da riqueza, a abordagem utilizada por esse trabalho é aquela promovida por Sørensen (2005). A distribuição de renda brasileira será compreendida como um conflito distributivo no qual a diferença de direitos de propriedades sobre ativos pode ser observada através da diferença do volume total das remunerações dos indivíduos.

É proposto por este trabalho que o casamento é um dos mecanismos que permitem aos indivíduos alcançar ou manter a condição de rico. Essa proposição se justifica, primeiramente, no fato de o estudo dos casamentos ser um dos meios de verificar o grau de fechamento de um

grupo social (Kalmijn, 1998) e, em segundo lugar, em razão de somente grupos sociais fechados serem capazes de impedir o acesso a seus recursos (Parkin, 2001).

É parte central do argumento desenvolvido, o entendimento da família como um elemento estrutural importante para a compreensão da desigualdade de renda brasileira. Assume-se que a assimetria no acesso a ativos, entre famílias, permite a concentração de renda, ou seja, favorece aos mais ricos. Quanto mais rica é a família, maiores são as oportunidades materiais de seus membros de acessarem aos ativos de alto rendimento comparativamente às oportunidades materiais de membros de famílias menos ricas.

Para explicar como a família pode ser um determinante da formação dos ricos é necessária uma abordagem teórica que seja coerente ao modelo de estratificação apresentado, no qual os diferentes estratos estão em um conflito distributivo por ativos – os ricos seriam os membros do estrato que é favorecido nesse conflito. Além disso, essa abordagem precisa ser capaz de explicar a importância dos recursos rentáveis na posse de indivíduos na formação de novos núcleos familiares e, também, explicar o processo de transmissão de recursos entre membros de uma família. A teoria do capital social é a opção utilizada para cumprir essas demandas.

Lin (2001) define capital social como: “recursos sociais inseridos nas relações sociais e estrutura social, que podem ser mobilizados quando o ator assim o desejar para aumentar a probabilidade de sucesso em uma ação propositada”. Por sua vez, os recursos sociais são os bens materiais ou simbólicos acessíveis através das conexões sociais em uma rede de relacionamento, enquanto os recursos pessoais são os bens materiais ou simbólicos na posse do próprio indivíduo (Lin, 2001).

A partir da abordagem elaborada por Lin, a família é relevante para a explicação da condição material de um indivíduo porque é uma rede de circulação dos recursos que constituem o capital social de seus membros. A implicação disso é muito importante. Ao conhecer uma rede, e mais especificamente quem são as pessoas nela inseridas e em que posição hierárquica elas se localizam, é possível conhecer quais os recursos um indivíduo pode ter acesso por meio da rede. Assim, diferentes redes proporcionam diferentes recursos, em razão dos indivíduos que as compõem e das diferentes posições sociais ocupadas por esses indivíduos na estrutura social.

Segundo essa abordagem é possível propor que indivíduos adultos solteiros, na medida em que passam a oferecer seus recursos com o objetivo de encontrar o parceiro mais atrativo possível para o casamento, oferecem capital social. Aqueles indivíduos que estiverem

no topo da estrutura social obtêm vantagens maiores ao criarem laços conjugais com alguém que ocupe posição equivalente. Então, pessoas com rendimentos elevados se casariam com outras pessoas com remuneração também elevadas. A consequência dessa proposição é que haveria concentração significativa de recursos econômicos através do casamento. Tal situação permitiria dizer que a formação de um núcleo familiar através do casamento seria um determinante da condição de rico. Essa é a primeira hipótese tratada por este trabalho.

Os resultados encontrados ao longo dos testes dessa hipótese informam que a tendência à similaridade de renda entre os cônjuges tem efeito na direção da concentração de recursos econômicos para uma minoria da população, os ricos. Por esse motivo, a condição de rico depende da tendência à similaridade de renda na composição dos matrimônios brasileiros.

A segunda hipótese desse trabalho apresenta dois estágios. O primeiro propõe que conforme a formação de matrimônios ocorre entre pessoas de escolaridade semelhante e cada vez mais elevada, cresce a capacidade de transmissão de recursos educacionais dos pais para seus filhos. O segundo propõe que a transmissão desses recursos educacionais entre pais ricos e seus filhos – cuja idade varia entre 8 e 18 anos – seria superior àquela encontrada em qualquer outro estrato, uma vez que a frequência de casamento entre dois ricos com escolaridade superior é a maior encontrada entre os estratos brasileiros.

O primeiro segmento proposto foi validado. Conforme a semelhança entre os cônjuges se dá em níveis educacionais mais elevados, maior é a capacidade de transmissão desses recursos aos filhos. A desigualdade da distribuição dos recursos educacionais entre os núcleos familiares (cônjuges) tem implicação direta no nível de recursos que os filhos recebem de seus pais.

O segundo estágio proposto, fundamental para o estudo dos determinantes da condição de rico, todavia, não foi validado. Os filhos de famílias ricas não parecem se aproveitar, durante o Ensino Fundamental e Médio, das vantagens oriundas do maior volume de recursos educacionais em posse de seus pais. Os resultados levam a crer que todos os estratos que são constituídos majoritariamente por famílias nas quais os dois cônjuges apresentam 11 ou mais anos de escolaridade possuam a mesma capacidade de impulsionar a escolaridade dos filhos. Tal interpretação é coerente aos resultados encontrados por Mare & Chang (2003 [1998]) e Ferreira & Veloso (2003).

Os resultados encontrados no teste dessa hipótese levam a crer que seja necessário estudar o efeito da composição dos matrimônios dos pais sobre escolaridade dos filhos de

famílias ricas nos níveis educacionais superiores. Nesse caso, é esperado que os herdeiros daqueles que já alcançaram o nível superior apresentem melhores resultados.

Esta pesquisa corroborou a teoria do capital social a respeito da importância explicativa dada ao compartilhamento de recursos sociais entre membros de uma mesma rede. Também ressaltou a família como uma rede de relações sociais relevante para a compreensão das condições e oportunidades de vida de cada indivíduo.

O capital social que circula na rede familiar de cada pessoa se mostrou importante não somente para a explicação da desigualdade social brasileira, medida através das distribuições de renda e escolaridade, como também se apresentou capaz de influenciar diretamente a condição de riqueza por meio do efeito da formação dos laços matrimoniais e da consequente distribuição da renda entre as famílias.

1. Do Estudo da Desigualdade ao Estudo da Formação dos Ricos

1.1. Importância dos Ricos Para os Estudos de Desigualdade

Em um primeiro momento, pode parecer estranho estudar os elementos que propiciam a formação dos ricos. Em uma observação mais cuidadosa, porém, percebe-se que a desigualdade de renda brasileira não existe exclusivamente em razão da dificuldade que alguns grupos possuem em obter rendimentos suficientes para garantir sua subsistência; se um grupo recebe rendimentos proporcionalmente menores do que o esperado, então existe outro grupo que recebe rendimentos proporcionalmente maiores que o esperado. Esse grupo possui a capacidade desproporcional de obter e concentrar rendimentos, diferentemente do que ocorre com a maior parcela da população. A esse grupo diferenciado em suas características de acesso e concentração de renda chamamos de ricos.

A Tabela 1.1 apresenta medidas de desigualdades usualmente utilizadas no estudo da distribuição de renda e compara a participação entre o 1% mais rico e os 50% mais pobres na distribuição de renda domiciliar *per capita* brasileira entre os anos de 2001 e 2009. A Tabela 1.1 ainda apresenta a informação da porcentagem da população mais pobre cujo somatório da renda é equivalente à renda total do 1% mais rico, para cada ano descrito e, por fim a renda média domiciliar *per capita* do 1% mais rico da população. Tanto o Coeficiente de Gini quanto o Índice L de Theil apresentam queda monotônica no período observado, demonstrando a redução da desigualdade no período.

Tabela 1.1 Medidas de Desigualdade da Distribuição de Renda Brasileira, entre 2001 e 2009

Ano	Coeficiente de Gini (renda domiciliar <i>per capita</i>)	Índice de Theil (renda domiciliar <i>per capita</i>)	Participação dos 50% mais pobres (renda domiciliar <i>per capita</i>)	Participação do 1% mais rico (renda domiciliar <i>per capita</i>)	Porcentagem mais pobre da população com montante de renda igual ao do 1% mais rico	Renda domiciliar <i>per capita</i> média do 1% mais rico
2001	0,596	0,727	12,58%	13,91%	27,29%	R\$ 7.945,04
2002	0,589	0,710	12,97%	13,43%	25,25%	R\$ 7.675,28
2003	0,583	0,686	13,22%	13,09%	24,26%	R\$ 7.043,17
2004	0,572	0,665	13,84%	12,97%	23,29%	R\$ 7.146,92
2005	0,569	0,659	14,06%	12,99%	22,34%	R\$ 7.583,80
2006	0,563	0,644	14,46%	12,77%	21,41%	R\$ 8.151,66
2007	0,556	0,624	14,72%	12,50%	20,50%	R\$ 8.200,51
2008	0,548	0,608	15,25%	12,31%	19,60%	R\$ 8.489,05
2009	0,543	0,597	15,49%	12,11%	18,73%	R\$ 8.547,11

Fonte: IPEADATA, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2001-2009. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Nota: A renda domiciliar *per capita* média está corrigida para valores de outubro de 2009.

Até 2002, a participação de a renda domiciliar *per capita* do 1% mais rico era superior à participação do conjunto dos 50% mais pobres e, em 2009, a participação dos 50% mais pobres foi somente 3,38 pontos percentuais maior que a participação do 1% mais rico. Ainda, verifica-se que o montante da renda em posse do 1% mais rico, em 2009, é equivalente ao somatório da renda em posse dos 18,73% da população mais pobre.

Independente da queda na desigualdade, o caráter concentrador da distribuição de renda brasileira continua a colocar o país nas últimas posições dos rankings internacionais sobre desigualdade de renda. A partir da Tabela 1.1 verifica-se que, uma pequena parcela da população, o 1% mais rico, apresenta crescimento contínuo de sua renda domiciliar *per capita* média desde 2004. Isso significa que para haver nesse período redução da desigualdade, a taxa de crescimento da renda dos mais pobres foi superior à taxa de crescimento dos ricos.

Se por um lado é positivo saber que para reduzir a desigualdade nesse período não foi necessário afetar diretamente os mais ricos, por outro lado, foi necessário um esforço maior das políticas distributivas, que além de aumentar a renda dos mais pobres precisaram superar a taxa de crescimento dos mais ricos, ou a desigualdade não cairia.

Decorre dessa situação que, para realizar as previsões de longo prazo, a respeito da redução da desigualdade de renda, elaboradas por Soares (2008) – segundo a qual, a continuar a tendência de queda do Coeficiente de Gini brasileiro, em 2030 a sociedade brasileira apresentará uma distribuição de renda equivalente a canadense na primeira década desse século –; ou a sociedade brasileira em sua totalidade deverá arcar através de impostos com esse custo, ou será necessária uma política de transferência de renda dos extremamente ricos para os extremamente pobres.

Do ponto de vista do efeito marginal sobre a renda do cedente; quanto mais rico ele for, menor será o efeito sentido ao transferir renda para os pobres. De forma análoga, quanto mais pobre é a pessoa que recebe renda, maior será o efeito marginal da renda cedida sobre o montante em sua posse. Por essa razão, esse trabalho pressupõe que uma política duradoura de distribuição de renda deve ser ancorada na transferência de renda direta dos mais ricos para os mais pobres, porque impactará negativamente no menor número de pessoas possível para impactar positivamente no máximo de pessoas possível do grupo que mais necessita.

Desse modo, entender quais elementos permitem aos ricos alcançar sua posição é tão importante para compreender a desigualdade de renda brasileira quanto compreender os motivos que impedem aos pobres superar sua condição de pobreza. Mais importante ainda é saber que os motivos não são os mesmos. Medeiros (2005) demonstra que as características

utilizadas para explicar a condição de pobreza tornam-se pouco úteis quando utilizadas para explicar a distância entre ricos e não-ricos: taxa de fecundidade, proporção de pessoas em idade ativa no domicílio, proporção de pessoas ocupadas dentre aquelas em idade ativa no domicílio e escolaridade.

Para colaborar com o debate dos determinantes da condição de riqueza no Brasil, este trabalho busca cobrir uma lacuna nos estudos sociológicos brasileiros a respeito dos efeitos da família sobre a formação dos ricos. Entre outras questões, é necessário verificar em que medida a origem dos ricos está relacionada à formação de novos núcleos familiares através do matrimônio e ao efeito intergeracional da posição social dos pais nas oportunidades de seus filhos.

Duas questões precisam ser revisadas a partir da literatura anterior. A primeira é como o estudo dos ricos se encaixa nos estudos de estratificação social. A segunda é a importância da família como rede de relações sociais transmissora de recursos e, por esse motivo, possivelmente um dos determinantes da desigualdade social.

A família como determinante da formação dos ricos será discutida no próximo capítulo, a partir da teoria do capital social. As próximas seções do presente capítulo discutirão: i) os estudos de desigualdade dentro da tradição sociológica clássica e a opção pelo pensamento de Marx como ponto de partida deste trabalho; ii) as contribuições posteriores de estudiosos da área de estratificação social para solucionar as limitações do trabalho de Marx; iii) a definição sobre quem são os ricos e sua operacionalização, e; iv) uma breve apresentação das hipóteses sobre os determinantes da formação dos ricos a serem discutidas no próximo capítulo.

1.2. Diferentes Interpretações da Desigualdade na Sociologia Clássica

No que diz respeito à tradição sociológica, a percepção da diferença entre os indivíduos é o ponto de partida das três correntes clássicas. Marx, Durkheim e Weber se preocuparam, cada um a sua maneira, em entender como as diferenças entre as pessoas poderiam explicar o mundo em que viviam.

A diferença entre indivíduos no mundo do trabalho possivelmente é a preocupação compartilhada em maior intensidade entre esses três sociólogos. A relação entre as diferenças no mundo do trabalho e a desigualdade será o elemento norteador da apresentação acerca dos três autores.

Essa seção não tem intenção de revisitar todo o debate acerca das relações sociais no mundo do trabalho, seu objetivo é informar a razão pela qual o pensamento de Marx foi considerado mais apropriado para ser o ponto de partida do estudo da formação dos ricos. O motivo para isso é o entendimento de Marx do conflito distributivo no interior do sistema produtivo através de uma relação de exploração entre as partes, ou seja, para que um grupo seja capaz de concentrar recursos, necessariamente, outro grupo deve ser privado desse recurso.

Marx ao estudar as origens do sistema capitalista afirma que o processo de divisão social do trabalho está associado à perda dos meios de produção pelos trabalhadores. Se anteriormente cada indivíduo era proprietário dos meios com os quais trabalhavam e dos quais retiravam seu sustento, com a transição para o capitalismo e introdução da escala produtiva industrial, os trabalhadores passaram a depender da propriedade de seus empregadores para realizar atividades produtivas, e desse modo, garantirem suas necessidades materiais.

A impossibilidade de produzir fora da fábrica (pelo menos em escala competitiva) obrigaria o trabalhador a aceitar a remuneração oferecida pela jornada de trabalho, mesmo que o valor por ele produzido fosse superior ao valor de sua remuneração, em razão de ser a única maneira factível de realizar atividades produtivas.

O valor excedente da produção que permanece com o capitalista, denominado mais-valia, poderia ser investido no sistema produtivo de modo a aumentar os meios de produção em sua posse. A cada final de ciclo produtivo o capitalista estaria apto a aumentar os meios de produção em sua posse e assim se utilizar do trabalho de mais empregados. Essa situação é considerada por Marx exploratória porque desencadearia um círculo vicioso, no qual a diferença entre capitalistas e trabalhadores seria continuamente crescente.

Desse modo, a origem da desigualdade entre proprietários e operários, estaria na relação de exploração de um grupo detentor dos meios de produção sobre um grupo não-detentor. Em Marx, o que distingue os capitalistas dos trabalhadores não é uma característica individual inata, ou uma habilidade superior. O que distingue os dois grupos é a posse dos meios de produção, ou seja, a posse de um recurso que pode ser investido com o objetivo de maior retorno futuro.

Cada grupo social que apresentasse uma relação diferenciada e exclusiva com os meios de produção é chamado, por Marx, de classe. Segundo ele, todas as grandes transformações na estrutura social são fruto do conflito de classes. O fator determinante do conflito entre classes se encontraria no âmbito da produção, na possibilidade de posse dos

meios de produção, e de seus efeitos sobre a distribuição assimétrica dos recursos materiais socialmente produzidos. A desigualdade na posse dos meios de produção teria por consequência a desigualdade da distribuição dos recursos materiais socialmente produzidos.

A abordagem de Marx constrói instrumentos teóricos que permitem analisar a sociedade através de um conflito distributivo permanente sobre a posse dos meios de produção e sobre o direito de propriedade sobre os recursos materiais socialmente produzidos através desses meios de produção. A partir dela é possível diferenciar grupos que concentram os meios de produção, daqueles que não apresentam a possibilidade de possuí-los. Através dessa diferenciação é possível explicar as diferentes condições materiais de existências dos grupos que constituem a sociedade. Essa é uma ferramenta útil aos estudos de desigualdade.

Durkheim, por sua vez, preocupado com os mecanismos que permitem a integração da sociedade, observou que a crescente diferenciação das ocupações ocorrida principalmente graças à Revolução Industrial ocasionou transformações significativas nas relações interpessoais e nos mecanismos que garantem a coesão social.

As sociedades posteriores à Revolução Industrial graças à divisão social do trabalho estariam inseridas em uma nova modalidade de solidariedade cuja integração social seria garantida pelas relações de interdependência dos indivíduos. A crescente especialização das ocupações tornava cada indivíduo menos substituível, o que aumentava a interdependência dos membros de uma sociedade.

A relação de interdependência estaria baseada na confiança que teria surgido por meio das contínuas interações entre indivíduos para suprirem suas necessidades. Durkheim acreditava que indivíduos em um mesmo setor industrial por se encontrarem em constante interação estariam sujeitos à formação de interesses comuns em razão das necessidades compartilhadas.

Essa identificação permitira a formação de associações entre indivíduos de um mesmo setor industrial. A moral profissional compartilhada daria origem a normas que regulariam as relações entre empregadores e empregados do mesmo modo que regulariam as relações econômicas entre empresários. A moral profissional seria o elemento apaziguador dos efeitos negativos das diferenças individuais no que diz respeito à condição econômica seja entre empregadores e empregados, seja entre empresários concorrentes.

As disputas entre empresários e trabalhadores e entre empresários concorrentes que ocorriam à época do autor eram justificadas como fruto da transição ainda não concluída do modelo de sociedade anterior, de baixa divisão social do trabalho, à sociedade industrial, na

qual ainda vigorava um sistema de moral profissional rudimentar incapaz de moderar as interações sociais no interior de uma coletividade (Durkheim, 1999). Assim que houvesse a formação de uma moral compartilhada entre indivíduos de um mesmo segmento industrial os conflitos dariam lugar à ordem e as associações formadas tanto por empregadores quanto por empregados seriam o principal elemento da coesão social das sociedades industriais.

A perspectiva durkheimiana se fundamenta na premissa que as diferenças entre indivíduos no mundo do trabalho são cruciais para a integração social porque promovem um sistema ordenado em que suas partes se encontram em situação de interdependência. O conflito entre indivíduos em relação de dominação e subordinação, no interior do processo de produção, é transitório e tenderia a cessar conforme a moral profissional compartilhada se consolidasse.

A transitoriedade do conflito no interior do processo de produção não deve ser entendida como um fenômeno datado na história das sociedades industriais. Sua melhor interpretação é que de acordo com as mudanças dentro das sociedades industriais surgiriam novas demandas sociais que seriam gradativamente solucionadas através da incorporação de novas normas na moral profissional.

A perspectiva da transitoriedade do conflito no interior do processo de produção não é adequada para o estudo da formação dos ricos brasileiros porque a desigualdade brasileira é notoriamente persistente. É necessária uma abordagem que compreenda o conflito distributivo como um embate permanente entre grupos que acessam a um volume assimétrico de recursos e, por esse motivo, apresentam condições materiais de existência desiguais. Desse modo, o trabalho de Marx parece mais adequado que o desenvolvido por Durkheim para dar início ao estudo da formação dos ricos.

Já a obra de Max Weber é orientada, entre outros elementos, pela crítica ao determinismo econômico da corrente marxista que implica em uma explicação unidimensional dos fenômenos sociológicos. O autor busca demonstrar, primeiramente, que os fenômenos sociológicos apresentam causas multidimensionais; e em segundo lugar, que nenhuma esfera do mundo social tem primazia sobre as outras, ou seja, em cada fenômeno estudado, qualquer uma das esferas podem ser causa ou consequência das demais. No que diz respeito a sua percepção sobre a desigualdade entre indivíduos essa orientação é marcante.

Weber discute a importância da esfera religiosa para a compreensão das transformações na esfera econômica; o efeito do processo de racionalização vivido no

Ocidente na origem do sistema capitalista e; a existência de outros agrupamentos sociais além das classes, que conflituosamente disputam a distribuição de poder no interior da sociedade.

Weber aponta que as diferenças doutrinárias entre o catolicismo e o protestantismo favoreceram o desenvolvimento do capitalismo em regiões predominantemente protestantes. Segundo ele, o protestantismo difundiu seu ascetismo religioso sobre outras esferas, notadamente o mundo do trabalho. Fenômeno que a doutrina católica não poderia promover porque nela o trabalho deveria ser entendido simplesmente como o meio de satisfazer as necessidades materiais e mundanas. Essa diferença entre protestantes e católicos propiciaria aos primeiros melhores condições em uma nova realidade nascente, na qual maior empenho resultaria em melhores resultados econômicos, que por sua vez permitiriam melhores condições materiais e de vida (Weber, 2007).

No que diz respeito à origem do capitalismo e da empresa capitalista, Weber defende a precedência causal do processo de racionalização sobre o conflito entre capital e trabalho. O surgimento e emprego de especialistas (indivíduos com formação escolar específica) permitiu o cálculo do custo de produção e a operação contínua e estável das empresas capitalistas através da acumulação de capital. Desse modo, na perspectiva weberiana a expropriação dos meios de produção, anteriormente em posse dos trabalhadores, seria condição necessária tanto aos ganhos de escala na produção; quanto à continuidade do processo de racionalização inerente a sociedade ocidental (Weber, 2007; Giddens, 1975).

Weber também questiona a visão de Marx na qual os únicos grupos sociais envolvidos em disputa pela distribuição de poder seriam as classes. Além das classes, Weber argumenta haver dois outros tipos de grupos sociais envolvidos na disputa por poder os grupos de *status* (ou estamentos) – comunidade de indivíduos em posse de honrarias similares – e os partidos – grupo social organizado com o objetivo de interferir e influenciar, segundo um planejamento prévio do grupo, a ação comunitária.

A utilização da posse de bens de produção como critério de definição da classe de um indivíduo demonstra a concordância parcial de Weber com a visão marxista da importância das relações sociais de produção na definição da posição social do indivíduo na estrutura de classes. Por outro lado, Weber acrescenta um segundo critério a sua classificação, a habilidade. Nesse critério se encontra o impacto sobre a visão do autor das transformações decorrentes da burocratização do Estado Nacional e da empresa capitalista, além do impacto das transformações religiosas no posicionamento individual com relação ao trabalho.

Apesar de a teoria weberiana possuir a vantagem de abordar os fenômenos sociológicos por meios multidimensionais, o que tradicionalmente não seria possível à teoria marxista, a contribuição weberiana no que diz respeito à desigualdade se mostra insuficiente para explicar o que determina as diferenças entre ricos e não-ricos. Seu modelo pressupõe que operosidade e qualificação (formação educacional e experiência) são elementos importantes para explicar a desigualdade entre indivíduos. Todavia, apesar de serem informações importantes para estudos de mobilidade social entre pobres e não-pobres, a literatura já apresentada a respeito da desigualdade brasileira demonstrou que essas características individuais não são capazes de explicar significativamente a desigualdade entre ricos e não-ricos. Obviamente como o grupo dos ricos corresponde ao topo do grupo não-pobre, as condições para ser não-pobre se aplicam ao ricos, mas são condições necessárias e não suficientes para explicar a formação dos ricos.

Ao ressaltar a necessidade de concentrar os meios de produção para garantir a estabilidade e continuidade da empresa capitalista, Weber retira a centralidade explicativa do conflito entre capital e trabalho para a origem do capitalismo. O conflito entre grupos sociais seria permanente, mas sua explicação estaria fundamentada nas circunstâncias que permitem a explicação da relação de dominação-subordinação entre as partes. Por esse motivo, o caráter exploratório do conflito entre capitalistas e operários deixa de ser predominante na explicação da desigualdade entre indivíduos.

A vantagem da abordagem marxista sobre a weberiana se encontra exatamente na centralidade do caráter exploratório das relações sociais que originam o conflito distributivo. Essa ferramenta permite diferenciar grupos que concentram os meios de produção, daqueles que não apresentam a possibilidade de possuí-los. Através dessa diferenciação é possível explicar as diferentes condições materiais de existências dos grupos que constituem a sociedade.

Na seção seguinte serão discutidas as limitações do trabalho de Marx ao estudo de sociedades contemporâneas e as contribuições posteriores de estudiosos da área de estratificação social para solucionar essas questões.

1.3. Modificações na Abordagem de Marx para o Estudo de Estratificação em Sociedades Contemporâneas

1.3.1. Limites da Abordagem de Marx para o Estudo de Estratificação em Sociedades Contemporâneas

À época de Marx era possível compreender a estrutura de classes baseada na dicotomia entre capital e trabalho. Através dessa abordagem era possível distinguir com clareza os exploradores daqueles que eram explorados. Todavia, o mesmo cenário não se adequa à sociedade contemporânea. Atualmente, seria inapropriada a caracterização do conflito distributivo dos meios de produção entre duas classes, capitalistas e trabalhadores.

O próprio Marx levantava, em sua época, a existência de outros grupos sociais, como a pequena-burguesia, que poderiam ser compreendidos como classes. Se a possibilidade da existência de outras classes já se apresentava naquela época, as transformações pelas quais passou o modo de produção capitalista, em quase 150 anos desde a publicação de *O Capital*, tornaram a dicotomia entre capitalistas e trabalhadores pouco crível.

Um sistema de estratificação ocupacional baseado nas relações sociais de produção para a sociedade contemporânea passa a ser um problema em razão da diversidade e especificidade de grupos sociais e de ocupações. Essas particularidades dificultam a classificação dos grupos e até mesmo distinguir exploradores de explorados. Nesse contexto, o sistema de estratificação baseado na distribuição de renda passa a ser uma opção. Ao se analisar a renda é possível observar quais indivíduos são capazes de acumular recursos e quais se encontram em situação desprivilegiada.

A seguir serão apresentadas as contribuições de diferentes autores para adequar a abordagem de Marx às transformações sociais ocorridas nas sociedades industriais. Através desses autores será possível compreender as mudanças dentro da corrente marxista que permitiram utilizar a distribuição de renda como critério de estratificação.

1.3.2. As Contribuições de Ralf Dahrendorf e Erik Olin Wright

Dahrendorf busca em Weber uma condição mais geral que a exploração para a explicação do conflito de classes que é a dominação. No lugar de explicar as diferentes posições assumidas nas relações sociais de produção através da apropriação privada dos meios de produção, o autor propõe compreender esse mecanismo de posse como uma das formas como a autoridade pode ser exercida dentro das relações sociais de produção. Dessa

maneira, seria possível explicar diferenças entre grupos que não poderiam ser realizadas no esquema proposto por Marx, como é o caso dos cargos de gerência.

Para explicar a diferença entre gerentes e capitalistas e entre gerentes e trabalhadores, Dahrendorf distingue sua definição de propriedade daquela utilizada por Marx. Existiriam duas definições para propriedade: a ampla e a restrita (Giddens, 1975). A concepção ampla, a qual Dahrendorf utiliza, apresenta a propriedade como o controle dos meios de produção, independente de como esse controle é exercido. O que interessaria então é a quem recai a autoridade de exercer o controle sobre a propriedade. Já a concepção restrita, a qual Marx utiliza, refere-se ao direito de posse legalmente reconhecida a algum objeto.

Segundo o autor, Marx não se preocupa com a questão da autoridade porque na sociedade capitalista da segunda metade do século XIX, o mesmo indivíduo que era o proprietário de um bem, era aquele que exercia o controle sobre os meios de produção. A autoridade se relacionaria com a propriedade como sendo um caso especial da última. A autoridade só seria possível àquele que é proprietário. O fator preponderante de análise é sobre quem recai o direito à apropriação privada (dos meios de produção).

A partir da definição ampla ocorre o contrário, a propriedade sobre um bem seria um caso especial de autoridade. Essa definição serviria para distinguir capitalistas de gerentes e gerentes dos trabalhadores. Os gerentes não apresentam direito de propriedade sobre os meios de produção como os capitalistas, todavia os gerentes conseguem exercer controle sobre esses instrumentos, o que não é possível à classe trabalhadora.

Dahrendorf, então, argumenta que a autoridade é um elemento explicativo mais abrangente do que seria a propriedade privada dos meios de produção para a explicação das posições ligadas às relações sociais de produção. Por essa razão, o autor afirma que qualquer relação de exploração dependeria da capacidade de controle de um grupo sobre a ação de outro, ou seja, da capacidade de dominação que se expressa através do exercício da autoridade. Então, o autor desloca a centralidade teórica do conceito de exploração para o conceito de dominação, o que aproxima sua abordagem do pensamento weberiano.

Quando Dahrendorf propõe a mudança do eixo explicativo do conflito de classes da exploração para a dominação, o autor se esquece que por mais que a condição de exploração só seja possível em um contexto de dominação, as duas precisam estar justificadas em algum elemento para serem exercidas, e a autoridade não pode exercer esse papel melhor do que a posse legal dos meios de produção. Ao trabalhar o conceito de autoridade de Weber, Dahrendorf afirma que a autoridade não é intrínseca ao indivíduo. A autoridade do gerente só

é legítima porque foi concedida pelo proprietário dos meios de produção. Por sua vez, a legitimidade do capitalista sobre a posse dos meios de produção se encontra no sistema jurídico.

Seja uma relação de exploração, seja uma relação de dominação, ambas somente são possíveis dentro de um sistema que garante diferentes formas de direitos a diferentes meios de produção (insumos, instrumentos, força de trabalho, qualificação, informação, entre outros). Então a resposta para qual seria a melhor escolha entre uma abordagem que privilegie a dominação ou a exploração não pode ser encontrada no fato de qual delas é mais geral.

A generalidade da relação de exploração ou dominação não pode, portanto, oferecer isoladamente vantagens ao estudo de estratificação. Como será discutido através de Wright, a vantagem de uma abordagem com ênfase nas relações de exploração é conceder ao pesquisador, ao estudar a desigualdade dentro de um conflito distributivo, o instrumento teórico necessário para indicar quem (ou qual classe) incorpora vantagens além do emprego de suas capacidades e quem (ou qual classe) cede parte de suas vantagens a outrem.

Wright se reaproxima de Marx na importância dada ao fenômeno da exploração sem que por isso tenha que abrir mão do estudo da dominação, que segundo ele é uma condição necessária para a existência de qualquer forma de exploração no interior das relações sociais de produção.

Para evitar a conclusão de Dahrendorf que a dominação é mais importante que a exploração, Wright discute o modelo de estrutura de classes em um nível mais amplo do conflito distributivo. Ele desloca seu foco das relações sociais de produção para a distribuição dos direitos e poderes sobre os recursos produtivos. Ou seja, sua discussão é da ordem da distribuição dos elementos que legitimam tanto as relações de dominação, quanto as relações de exploração.

O autor apresenta três princípios norteadores para o estudo da estrutura de classes no interior da corrente marxista e a partir deles demonstra, do mesmo modo que Marx antes dele, como a desigualdade de renda se origina da desigualdade na distribuição de direitos e poder sobre os recursos produtivos (Wright, 2005). Os três princípios são assim definidos:

[1] Princípio da interdependência inversa do bem-estar: o bem-estar material dos exploradores depende causalmente da privação material dos explorados. Isso significa que os interesses dos atores no interior destas relações não são meramente diferentes, eles são antagônicos: a realização dos interesses dos exploradores impõe danos aos explorados.

[2] *Princípio da exclusão*: essa interdependência inversa do bem-estar entre exploradores e explorados depende da exclusão dos explorados do acesso a certos recursos produtivos.

[3] *Princípio da apropriação*: exclusão gera vantagem material aos exploradores porque permite a eles se apropriarem do esforço do trabalho dos explorados. (Wright, 2005)

Quando [1] e [2], ocorrem na ausência de [3] há dominação econômica, mas não exploração. O princípio [3] é fundamental para que haja exploração. Quando em [2], Wright ressalta a importância do conflito distributivo ao direito de acesso aos recursos produtivos, o autor aponta que a impossibilidade de acesso a certos recursos produtivos leva alguns grupos à exclusão das oportunidades de se engajarem em atividades produtivas vantajosas economicamente. Esse fato culminará em [3] na desigualdade de condições materiais de existência. A desigualdade de condições materiais de existência, ou seja, a desigualdade nos direitos e poderes sobre recursos produtivos dá origem a desigualdade de renda (Wright, 2005, p. 17).

Apesar de romper com Dahrendorf, no que diz respeito à centralidade do princípio de dominação na explicação da estrutura social, Wright assume que ela está presente de modo subjacente em qualquer teoria marxista, porém a distinção entre a tradição marxista da weberiana é a utilização e a importância dada à condição [3], a qual a segunda corrente dá pouca atenção.

De acordo com o modelo proposto, a desigualdade na proporção dos recursos produtivos em posse dos indivíduos é a causa da transferência do excedente social proveniente do trabalho, de modo a favorecer àqueles com direitos e poderes sobre mais recursos produtivos em detrimento daqueles com menor porção de recursos produtivos (em última instância, todo trabalhador conta com a sua força física de trabalho).

Segundo Wright (2005), dizer que a classe definida segundo critérios de caráter exploratório é o cerne da teoria marxista implica que a distribuição de direitos e poderes sobre recursos produtivos básicos de uma sociedade apresentam consequência significativa e sistemática em ambos os níveis micro e macro da vida dos indivíduos. É importante ressaltar que mesmo afirmando ser a exploração o elemento central da teoria marxista, o autor não descarta a importância do fenômeno de dominação ao retratar o contexto de distribuição de direitos e poderes sobre recursos produtivos. A ênfase ao fenômeno da exploração se justificaria pela vantagem analítica de permitir responder a questão de quem são os indivíduos que em posse de recursos produtivos são capazes de acumular o excedente social do trabalho

de outros indivíduos no interior das relações sociais de produção. Isso demonstra a preocupação igualitarista marxista em que mais importante do que saber como os recursos produtivos estão distribuídos, é conhecer quem são os privilegiados e os desfavorecidos e o porquê.

1.3.3. A Contribuição de Aage Sørensen

Sørensen mantém um sistema de classificação da estrutura social segundo a ótica da exploração, que para o autor é o cerne da teoria marxista, todavia, abandona a definição da exploração a partir da teoria do valor-trabalho. Seu objetivo é escapar de problemas da teoria marxista que dizem respeito à transformação de valor em preço (Sørensen, 2005), momento em que ocorreria a acumulação de capital pelo capitalista de forma exploratória sobre o proletariado, fenômeno conhecido como mais-valia. Sua explicação da exploração no interior das relações entre classes está fundamentada na teoria econômica marginalista. Segundo ele, o elemento exploratório das relações de classe seria melhor perceptível através da perspectiva do conflito distributivo sobre os direitos de propriedade de ativos. O direito de propriedade permitiria a obtenção de remuneração por meio de um ativo (recurso) qualquer.

O autor estende a definição de direito de propriedade a todo indivíduo capaz de obter remuneração através daquele recurso, mesmo que juridicamente não seja o proprietário; recuperando em Dahrendorf o princípio do direito de propriedade ampliada. No entanto, Sørensen discorda do argumento de Dahrendorf que o compartilhamento do direito de propriedade por indivíduos em diferentes posições sociais justificaria a centralidade explicativa da relação de dominação entre grupos sociais distintos para o estudo da estrutura de classes.

Sørensen critica a necessidade de Dahrendorf e Wright inserir elementos relacionados à autoridade ou ao posicionamento no interior da hierarquia organizacional em seus esquemas de estratificação. Segundo o autor, as vantagens de remuneração de um indivíduo em posição hierárquica elevada não vêm da autoridade imbuída na posição por ele ocupada. Na verdade, as vantagens vêm das credenciais (escolaridade e experiência de trabalho que dizem respeito à administração e à gerência) possuídas que o permitem ocupar uma posição que exerce autoridade.

De modo análogo a Wright, Sørensen argumenta que o caráter exploratório do conflito distributivo pelo direito de propriedade sobre recursos rentáveis estaria localizado no fato de que qualquer remuneração auferida pela posse de um recurso só seria possível em razão de

outros indivíduos não possuí-lo. Desse modo, todo indivíduo deve sua remuneração à posse de algum ativo, mesmo que seja a própria força de trabalho. Isso significa que, o antagonismo entre classes não seria orientado por interesses econômicos de não-proprietários contra proprietários de ativos, seria, na verdade, orientado entre classes que apresentam acesso e volume a tipos diferentes de recursos disponíveis à obtenção de renda.

Segundo a explicação marginalista, a remuneração que pode ser obtida através de um ativo é diretamente proporcional a sua raridade. Essa seria a razão para a força de trabalho humano, o ativo mais amplamente distribuído, ser mal remunerado. Entretanto não é simplesmente na raridade do direito sobre um recurso que se encontra o caráter exploratório do conflito distributivo. O caráter exploratório se encontra fundamentalmente na raridade artificial do direito à propriedade de um ativo, o que permitiria obter uma remuneração elevada em razão da posse recurso.

A raridade duradoura do direito de propriedade sobre um ativo não seria coerente com a teoria marginalista em sociedades capitalistas modernas. Segundo ela, se a demanda por um recurso é maior que sua oferta, a remuneração por sua propriedade tenderá a aumentar até o ponto em que demanda e oferta do ativo se encontrem. Durante esse processo, indivíduos não-proprietários de um recurso raro ao perceberem sua remuneração elevada, em razão de sua escassez, buscarão obtê-lo.

Por essa razão, se a raridade do direito de propriedade sobre um ativo é duradoura, ela é consequência de um fenômeno artificial para sua manutenção. Sørensen (2005), baseado no trabalho de Parkin (2001 [1979]), explica esse fenômeno através do interesse de classes pela manutenção da raridade de posse sobre certos ativos como mecanismo de favorecer a obtenção de remuneração acima das condições ideais de mercado. É na busca de classes por manter a remuneração elevadas de seus ativos que se encontra o caráter exploratório da relação entre classes.

Em Sørensen, o momento de obtenção da remuneração é o ponto central para o entendimento da desigualdade de renda porque é no momento da definição da remuneração pela posse dos ativos que se dá a exploração. Por esse motivo, o direito de posse sobre recursos rentáveis pode ser utilizado como indicador da posição social de um indivíduo. Segundo Sørensen (2005), o volume de recursos na posse de cada indivíduo influenciaria sua capacidade de acumular riqueza sendo, então, um bom indicador da condição de vida individual.

Sørensen (2005) afirma sobre sua abordagem que “a teoria da exploração como a causa das vantagens e desvantagens entre classes é uma teoria da desigualdade. É uma teoria ‘estrutural’ da desigualdade porque a fonte da desigualdade se encontra na relação entre classes e não nos esforços e habilidades dos membros dessas classes”. Característica fundamental para o estudo da formação dos ricos no Brasil, haja vista a incapacidade de hipóteses fundamentadas em características individuais explicarem o fenômeno.

A contribuição de Sørensen torna-se ainda mais importante ao tornar congruente à abordagem marxista, o estudo da estrutura de classes através de remuneração de ativos. Apesar de Wright já haver deslocado sua atenção das relações sociais de produção para a distribuição dos direitos e poderes sobre recursos produtivos, em seu trabalho a definição das posições na estrutura de classe ainda ocorre através dos recursos produtivos em posse dos indivíduos.

Essa opção de Wright dificulta uma operacionalização acurada da posição dos indivíduos em razão da dificuldade de hierarquizar a crescente variedade de recursos produtivos. A proposta de Sørensen de utilizar o volume total de rendimentos, proveniente do conjunto de recursos, de um indivíduo para atribuir-lhe uma posição na estrutura de classes simplifica a determinação das posições sem ignorar que ela se origina de uma distribuição desigual de direitos de propriedade. Isso por que a renda total obtida é diretamente proporcional à rentabilidade do conjunto e volume de ativos sob direito de posse de cada indivíduo.

Será descrito na próxima seção, como se define o grupo dos ricos através da abordagem de Sørensen e como operacionalizar a definição através de uma linha de riqueza.

1.4. Definição de Ricos e Operacionalização da Linha de Riqueza

Dentro do esquema de Sørensen, ricos seriam os indivíduos com capacidade superior de auferir rendimentos através do conjunto de ativos sobre os quais apresentam direito de propriedade.

Segundo a abordagem do conflito distributivo, se um grupo recebe rendimentos proporcionalmente menores do que o esperado é porque existe outro grupo que recebe rendimentos proporcionalmente maiores que o esperado. Esse grupo diferenciado em sua capacidade de obtenção de renda são os ricos.

Para operacionalizar uma linha de riqueza, que diferencie os ricos dos demais, foi utilizada a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de

2009. A linha de riqueza estipulada é aquela que separa a renda familiar *per capita* do 1% mais rico dos demais.

Uma vantagem da estratificação através renda familiar *per capita* é a facilidade de imputação da classe em indivíduos sem remuneração. Ao somar a totalidade do rendimento das pessoas remuneradas em uma família e dividir pelo número total de pessoas que a compõem, se encontra a renda familiar *per capita*. O bem-estar dos indivíduos vinculados a um mesmo núcleo familiar depende do compartilhamento do volume total da renda obtida pela família, por essa razão todos eles experienciam condição de vida semelhante e devem ser localizados na mesma classe.

A escolha do corte da linha de riqueza no 1% superior da distribuição se deve, primeiramente, ao fato de ser uma definição típica nos estudos sobre desigualdade de renda. Em segundo lugar, quando Medeiros (2005, 2006) definiu como rico o subgrupo de indivíduos no topo da distribuição de renda que deveria transferir parte de seus rendimentos à população mais pobre de modo a garantir que toda a população abaixo da linha da pobreza tivesse sua renda incrementada até alcançá-la, o autor encontrou uma tendência para que as linhas de riqueza fiquem próximas da linha de corte do 1% superior da distribuição de renda para um conjunto de diferentes linhas de pobreza.

Desse modo, a linha de riqueza escolhida é o valor da renda familiar *per capita* que indica o conjunto das famílias 1% mais ricas, o que corresponde a subpopulação com rendimentos superiores a R\$ 5790,00 (cinco mil quinhentos e noventa reais).

Em uma parte específica do Capítulo 3 dessa dissertação será estudada a atratividade econômica de indivíduos adultos como critério de seleção de parceiros potenciais para o matrimônio. Nesse momento específico da pesquisa será utilizada a remuneração individual proveniente de todas as fontes como critério para definir, separadamente, homens e mulheres adultos como ricos.

Serão definidas como ricas as mulheres com rendimentos superiores a R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). Será considerado rico todo homem cuja renda superar R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

1.5. Considerações

Em uma sociedade marcada pela desigualdade de renda como é a sociedade brasileira, propor um modelo de estratificação social em função de um conflito distributivo de renda se apresenta como um mecanismo no mínimo apropriado. A elevada desigualdade favorece

também uma concepção marxista da realidade baseada em critérios definidos a partir da exploração de grupos sociais menos favorecidos por um grupo favorecido, os ricos.

Encontrar a melhor abordagem e os princípios para estratificar a sociedade não é o suficiente para explicar a formação dos ricos, nem a diferença entre eles e os não-ricos. A partir da contribuição dada pelos autores discutidos com o objetivo de encontrar elementos que sejam capazes de distinguir as classes na estrutura social, agora é possível buscar as razões que originam essas diferenças.

Este trabalho propõe que um dos determinantes da diferença entre ricos e não-ricos se encontra na família. O bem-estar de todos os indivíduos de uma família depende do compartilhamento da remuneração dos membros produtivos. Assim, tanto a condição material dos cônjuges depende um da remuneração do outro, quanto a condição material dos filhos depende da condição de seus responsáveis.

A partir desse raciocínio, quanto mais rica é a família, maiores são as oportunidades materiais de seus membros acessarem aos ativos de alto rendimento quando comparadas às oportunidades materiais de membros de famílias em posições inferiores na distribuição de renda. Desse modo, o estudo das famílias brasileiras pode permitir descobertas importantes a respeito do que difere a origem dos ricos dos demais.

No próximo capítulo serão apresentadas detalhadamente as hipóteses de trabalho dessa pesquisa que discutem exatamente como (1) os casamentos e (2) a transmissão de recursos dos responsáveis para os seus filhos podem ser elementos de diferenciação da formação dos ricos no Brasil.

2. A Família como Determinante da Formação dos Ricos

Para estudar a importância da família sobre a formação dos ricos serão discutidos dois fenômenos. O primeiro deles é a formação de novos núcleos familiares compostos por casais. A união de dois indivíduos com a finalidade de criar uma família implica no compartilhamento entre os cônjuges de recursos anteriormente individuais. A união entre indivíduos adultos possibilita a redução dos custos com habitação, o acesso a habilidades e recursos de seu parceiro e o aumento do volume total de renda disponível. O segundo fenômeno é a socialização e transmissão de recursos aos filhos gerados através da união de dois indivíduos adultos. Os recursos compartilhados pela família limitam as oportunidades futuras dos filhos ao definirem sua condição material de existência e suas experiências de vida.

A discussão da família como um dos determinantes da formação dos ricos é necessita de uma abordagem teórica que seja coerente ao modelo de estratificação apresentado, no qual ricos e não-ricos estão em um conflito distributivo por direito sobre os ativos de maior rentabilidade. Além disso, essa abordagem precisa ser capaz de explicar o efeito da distribuição de casamentos sobre a posse de ativos de uma família e, também, explicar o processo de transmissão de recursos entre seus membros. A teoria do capital social parece ser a opção capaz de cumprir esses requisitos.

2.1. Família e Capital Social

2.1.1. Definição de Capital Social

Lin (2001) define capital social como: “recursos sociais inseridos nas relações sociais e estrutura social, que podem ser mobilizados quando o ator assim o desejar para aumentar a probabilidade de sucesso em uma ação propositada”. Por sua vez, os recursos sociais são os bens materiais ou simbólicos acessíveis através das conexões sociais em uma rede de relacionamento, enquanto os recursos pessoais são os bens materiais ou simbólicos na posse do próprio indivíduo (Lin, 2001).

A definição de capital social de Lin é congruente à definição de ativo utilizada por Sørensen. O elemento principal da definição de um ativo é a posse sobre recursos quaisquer com expectativa de retorno no mercado. É possível afirmar, então, que os ativos em posse de outros membros pertencentes à rede de relacionamento de um indivíduo compõem o capital social desse indivíduo.

Segundo Astone *et al.* (1999) das três características necessárias a um ativo para que ele seja considerado uma forma de capital: alienabilidade, depreciação e fungibilidade; a única a que o capital social não respeitaria seria a primeira. Todavia, o fato do capital social ser entendido como não-alienável deve-se a visão de que ele nada mais é do que um mecanismo catalisador de trocas de recursos entre indivíduos; função da coesão da rede de relações em que o indivíduo está inserido e da expectativa de reciprocidade. Quando na verdade, capital social deveria ser compreendido como padrões de recursos disponíveis através de padrões de interações (Lin, 2001).

Lin propõe focalizar a definição de capital social nos recursos que podem ser utilizados, enquanto a definição de outros autores a respeito de capital social dá mais atenção ao mecanismo pelo qual o recurso pode ser acessado; o que não deixa de ser um aspecto importante, mas não é o ponto central em uma definição de qualquer forma de capital.

O centro da definição de qualquer forma capital é a natureza do recurso e os ganhos que ele permite: no caso do capital físico o bem material utilizado no processo produtivo que garante remuneração; no caso do capital humano uma habilidade escolar ou experiência de trabalho que aumente o valor da mão de obra de um indivíduo. Segundo a definição de Lin (2001), o capital social de um indivíduo são os recursos alienáveis na posse de membros de sua rede de relações sociais e que podem ser mobilizados para aumentar as possibilidades de sucesso em uma ação propositada.

A partir dessa perspectiva as redes de relações sociais são estudadas, não porque constituem o capital social de um indivíduo, e sim, porque essas redes são o meio de circulação dos recursos que constituem seu capital social. A implicação disso é muito importante. Ao conhecer uma rede, e mais especificamente quem são as pessoas nela inseridas e em que posição hierárquica elas se localizam, é possível conhecer quais os recursos um indivíduo pode ter acesso por meio da rede. Assim, diferentes redes proporcionam diferentes recursos, em razão dos indivíduos que as compõem e das diferentes posições sociais ocupadas por esses indivíduos na estrutura social.

A seguir será discutido o motivo pelo qual é possível compreender a família como uma rede privilegiada para a transmissão de recursos sociais e, por esse motivo, como é responsável por uma parte importante do volume de capital social de um disponível a um indivíduo.

2.1.2. Família, Circulação de Capital Social e Formação dos Ricos

A primeira posição social dos filhos é aquela em que seus pais se encontram, definida através da renda familiar *per capita*. Não só os recursos financeiros são compartilhados por parentes vinculados a um mesmo núcleo familiar, a cor/raça é uma herança genética e a religião, de modo geral, é culturalmente transmitida de uma geração para a seguinte. A escolaridade dos filhos também depende da escolaridade da geração anterior, o que será discutido em seções posteriores.

Poucos laços têm a possibilidade de serem tão frequentes quanto os laços familiares. Por essa razão os laços familiares são vistos como aqueles com maior carga afetiva. A homogeneidade nas características sociodemográficas, a intensidade do contato, o grau de afetividade e o fato da família ser o primeiro espaço de socialização das crianças favorecem ainda o compartilhamento de valores.

Dado esses atributos espera-se que os laços familiares sejam aqueles que apresentam maior fluidez para a transmissão de recursos sociais. Coleman (1988) – influenciado pelos trabalhos de Durkheim e Mauss – apresenta algumas condições que favorecem o sucesso e a intensidade da transmissão de recursos entre indivíduos: a) a expectativa, da parte que realizou um favor a alguém, de que será recompensado é acompanhada do sentimento de obrigação da parte que recebeu o favor; b) respeito às mesmas normas e capacidade de sancionar as ações de quem as desrespeitem; c) grau de fechamento de uma rede.

O primeiro desses elementos diz respeito à necessidade de confiança na reciprocidade entre as partes que estão envolvidas na transmissão de recursos. O segundo ponto aborda a questão da confiança quanto às garantias necessárias para o impedimento de prejuízos no momento da transação; seja pela previsibilidade da ação da outra parte dado que os dois lados envolvidos estão sujeitos às mesmas regras, seja pela capacidade de punir quem desrespeitar as normas. O último aspecto refere-se à capacidade de entrada de novos membros na rede; quanto mais difícil é a entrada de novos membros maior a confiança de que a transmissão não acarretará na perda de recursos porque cada indivíduo conhecerá a reputação dos outros membros da rede. Além disso, quanto mais fechada é uma rede maior a chance de sucesso de uma sanção sobre um de seus membros (Coleman, 1988).

A família apresenta potencialmente todos os mecanismos que facilitariam a fluidez e intensidade da transmissão de recursos entre seus membros. O compartilhamento de valores e a forte carga afetiva favorece a relação de reciprocidade entre os membros. A durabilidade do laço garante que favores realizados serão retribuídos em seu devido tempo. O fato haver

relação de autoridade entre gerações permite a efetividade da punição no caso de a geração mais nova cometer desvios às normas estabelecidas. Ainda, o desrespeito às normas pode ser punido com a quebra de um laço familiar, o que acarreta em um prejuízo emocional significativo e desestimulante ao desvio.

Com relação ao grau de fechamento de uma rede, a entrada de novos membros em uma família é consideravelmente limitada. Há três modos principais de se entrar em uma família. O primeiro deles é nascer nela, o que implica na incapacidade individual de voluntariamente escolher a que rede familiar pertencerá inicialmente. O segundo mecanismo é a adoção, que dos três mecanismos é o mais raro e muitas das vezes apresenta também a característica involuntariedade de escolha. A última é a seleção de parceiros para a formação de um novo núcleo familiar que, de modo geral, é realizada em comum acordo entre os dois envolvidos.

O efeito sobre a renda familiar *per capita* do modo como as pessoas casam é a orientação da primeira hipótese. A distribuição dos recursos sociais entre os núcleos familiares formados através de casamentos pode ter um efeito sobre a determinação da riqueza, caso os cônjuges que apresentem melhores ativos individualmente se casem majoritariamente com outras pessoas também em posse de ativos com remuneração privilegiada. Desse modo, a formação das famílias pode ser um determinante da formação dos ricos através da concentração dos elementos que permitem melhores condições materiais de existência.

A segunda hipótese a ser trabalhada afirma que, no caso de as pessoas constituírem uniões matrimoniais principalmente com outras em posse de recursos semelhantes e uma vez que o nascimento em uma família não é voluntário, então as famílias em que ambos os cônjuges possuem recursos elevados apresentariam condições de favorecer seus filhos na posição em que eles serão inseridos na estrutura social quando chegarem à fase adulta.

A questão da transmissão intergeracional de recursos é importante porque influenciará o volume de ativos em posse dos filhos de cada família quando eles forem adultos e não é um elemento que está sobre o controle dos indivíduos. Nesse caso haveria um componente não-meritocrático relevante na determinação da posição social de cada pessoa.

Nos termos propostos nas duas hipóteses acima, a família seria um elemento importante para a compreensão do conflito distributivo sobre o direito de posse sobre ativos de remuneração elevada. O capital social proveniente da rede de relações sociais familiares seria, então, um elemento explicativo relevante da formação dos ricos.

A seguir será discutido o limite de mensuração do capital social proveniente das redes de relações sociais familiares através da PNAD 2009.

2.1.3. Limite da Mensuração do Capital Social na Família Através da PNAD 2009

A PNAD 2009 não é capaz de observar todo o conjunto de relações sociais que constituem uma rede familiar. O motivo dessa limitação se deve ao fato da PNAD coletar informações a respeito dos moradores por domicílio. Assim, somente é possível encontrar dados a respeito dos membros da família que residem em um mesmo domicílio.

Essa limitação não é um elemento impeditivo à realização dessa pesquisa. Se não é possível mensurar a totalidade de capital social de um indivíduo proveniente de sua rede familiar de relações sociais; é possível a mensuração de parte de seu capital social familiar proveniente de suas relações sociais com membros residentes em um mesmo domicílio.

Caso seja encontrado efeito relevante do capital social familiar parcial estudado para a explicação da formação dos ricos, então o efeito total do capital social familiar será igual ou, o que é mais provável, maior ao encontrado.

Na seção anterior foram levantadas duas orientações das situações em que o capital social familiar poderia ser um elemento determinante da formação dos ricos. No entanto, para que ambas as situações sejam possíveis foi colocada uma condição, que os indivíduos tendam a casar com cônjuges em posse de recursos sociais semelhantes. A validade dessa condição será tratada a seguir.

2.2. Sobre a Distribuição de Recursos Entre os Casamentos Brasileiros

Para que a distribuição dos recursos sociais entre os núcleos familiares formados através de casamentos tenha efeito sobre a determinação da riqueza, é necessário haver, entre os ricos, uniões entre cônjuges em posse de recursos de volume semelhante acima do que é encontrado para outros grupos. Assim aqueles indivíduos que apresentarem melhores ativos individualmente se casarão, destacadamente, com outras pessoas também em posse de ativos com remuneração privilegiada. Nesse caso, aqueles indivíduos que já se encontram em posição social privilegiada quando solteiros tenderiam a permanecer em posições no topo da estrutura social após o casamento.

Ainda, no caso de as pessoas constituírem uniões matrimoniais principalmente com outras em posse de recursos semelhantes e uma vez que o nascimento em uma família não é voluntário, então as famílias em que ambos os cônjuges possuem recursos elevados

apresentariam condições de favorecer seus filhos a respeito da posição em que eles serão inseridos na estrutura social quando chegarem à fase adulta.

A situação em que os cônjuges apresentam similaridade segundo uma característica é denominada homogamia. A distribuição dos casamentos com relação à proporção de casamentos entre pessoas semelhantes segundo características socioeconômicas e à contraparte entre pessoas diferentes, e a intensidade dessa diferença, é uma das abordagens de pesquisadores de estratificação para verificar o grau de abertura ou fechamento entre os grupos sociais que constituem a estrutura social (Kalmijn, 1998).

Quanto maior o grau de fechamento de um grupo aos demais, menor é a possibilidade de que os recursos sociais de indivíduos desse grupo sejam acessíveis aos membros de outros. O matrimônio é um dos mecanismos que permite o isolamento de um grupo. A realização de casamentos entre pessoas semelhantes permite a manutenção do acesso aos recursos restrito aos seus atuais detentores. O acesso restrito garante que as vantagens desse ativo não sejam compartilhadas com os demais grupos sociais.

Esse raciocínio justifica a necessidade de se conhecer como alguns recursos sociais estão distribuídos entre os casamentos brasileiros. Para que as hipóteses dessa pesquisa sejam válidas, é necessário estudar a distribuição da renda individual de todas as fontes dos indivíduos casados e a distribuição da escolaridade dos cônjuges.

Caso, entre os ricos, a similaridade entre os cônjuges ocorra principalmente no topo da distribuição da renda individual de todas as fontes e entre os mais escolarizados, fará sentido verificar: i) a existência de efeito da distribuição dos casamentos sobre a concentração de renda, e conseqüentemente sobre a formação dos ricos, e; ii) a existência de vantagens na transmissão de recursos educacionais de pais para filhos entre famílias ricas.

A validação das hipóteses permitirá afirmar que: i) os recursos na posse de indivíduos é uma forma de capital social que tem efeito sobre a posição social de seus cônjuges, e; ii) os recursos educacionais dos pais são formas de capital social importantes para garantir o acesso dos filhos a credenciais educacionais elevadas.

A ideia de os indivíduos escolherem um parceiro para o matrimônio que seja semelhante em seus atributos socioeconômicos não é nova na sociologia. Burgess & Wallin (1943) e Hollingshead (1950) já haviam encontrado indicativos de tendência à homogamia entre norte-americanos recém-casados. As duas próximas seções discutem como a tendência à formação de laços conjugais entre indivíduos semelhantes é fortalecida tanto por componentes estruturais, quanto por critérios de seleção de parceiros individuais.

2.2.1. Estrutura, Aproximação e Interação Entre Indivíduos Semelhantes

O fenômeno da ocorrência de interação principalmente entre indivíduos similares é conhecido como princípio da homofilia. Lazarsfeld & Merton (1954 *apud* Lin, 2001) ao discutirem a respeito da homofilia afirmam que interações sociais tendem a ocorrer entre indivíduos com estilos de vida e características socioeconômicas similares.

Cohen (1977), ao estudar a formação de grupos de amigos entre adolescentes no interior de uma escola norte-americana em dois pontos no tempo diferentes, detectou que os grupos que se formaram somente no segundo momento já apresentavam homogeneidade, entre seus membros, equivalente àqueles que já estavam formados desde o primeiro momento estudado. Esse resultado teria origem no maior efeito da seleção entre indivíduos previamente semelhantes durante a formação dos novos grupos do que outros processos que poderiam conduzir a homogeneização interna do grupo como: socialização, exclusão de membros desviantes e aceitação somente de novos membros semelhantes aos antigos.

Ao estudar laços de afetividade entre adultos norte-americanos em variáveis sociodemográficas de caráter ordinal, Verbrugge (1977) encontrou um viés de homogeneidade maior nos estratos extremos comparados às camadas intermediárias. Além disso, o autor encontrou indícios de que quanto maior a magnitude da diferença em uma característica entre dois indivíduos menor a chance de eles apresentarem laço afetivo. A magnitude da diferença de uma característica entre dois indivíduos é também chamada distância social.

A afirmação que pessoas semelhantes tendem a interagir entre si é favorecida pelas conclusões obtidas por Feld (1982), segundo as quais a estrutura social constrange as oportunidades de encontro entre indivíduos de modo a favorecer o encontro de pessoas similares. O autor afirma que quanto maior a regularidade e frequência dos encontros, maior a chance de formação de laços de amizade. Isso somado ao fato de pessoas semelhantes se encontrarem com maior periodicidade levaria a uma tendência à similaridade entre indivíduos que se relacionam.

Os resultados de Marsden (1988) confirmam e expandem os resultados de Lazarsfeld & Merton. Segundo o autor, na sociedade norte-americana as relações de amizade são marcadas por homofilia segundo as características de etnia, religiosidade, escolaridade, idade e, em menor grau, gênero (quando excluídas relações de parentesco entre indivíduos de gêneros diferentes, por exemplo, relação entre mãe e filho ou irmão e irmã).

Marsden (1988) detectou, também, que laços afetivos para características como cor/raça e religião se definem segundo a dicotomia apresenta/não apresenta determinada característica. Já laços afetivos segundo características como escolaridade e idade, além da distinção entre igual e desigual, também decrescem em probabilidade de se formarem quanto maior a magnitude da desigualdade nessas características.

Decorre, então, do entendimento da classe como elemento definidor das condições de vida (Weber, 1999; Sørensen, 2005), de acordo com o volume total de ativos em posse do indivíduo, que indivíduos em posse de volumes de recursos equivalentes e complementares tendem a frequentar os mesmo espaços (Feld, 1982) e, por essa razão, apresentam oportunidades de interação frequentes que culminam na formação de laços afetivos entre esses indivíduos em posse de volumes similares de ativos. A retroalimentação entre frequência de contato e afetividade, em meio a indivíduos de uma mesma classe, também conduz ao fortalecimento da similaridade entre os envolvidos (Kandel, 1978).

Se indivíduos adultos desenvolvem laços afetivos principalmente com pessoas que sejam semelhantes segundo características socioeconômicas (Verbrugge, 1977) e as redes a que um indivíduo pertence são um limite de possibilidade para a interação (McPherson *et al.*, 2001), então a probabilidade de casamento entre pessoas semelhantes é significativa.

Do mesmo modo que a formação de laços afetivos em geral, a formação de laços conjugais também é estruturalmente contingenciada. Kalmijn & Flap (2001) encontraram, para os Países Baixos, efeito de constrangimentos estruturais sobre a seleção de cônjuges proveniente de configurações organizacionais. Ambientes que induzem a interação entre pessoas semelhantes – escola, local de trabalho e vizinhança, entre outros – favorecem o casamento entre pessoas semelhantes.

A principal conclusão de Kalmijn & Flap (2001) para a tendência dos matrimônios à homogamia é análoga àquela apresentada por McPherson *et al.* (2001) acerca da tendência de um laço afetivo qualquer à homofilia: as redes de relacionamento a que um indivíduo pertence são um limite de possibilidade para a interação e, conseqüentemente, à formação de um laço conjugal. Os resultados encontrados para os Países Baixos demonstram que as redes de relacionamento tanto se formam pela necessidade de semelhança entre os indivíduos – semelhança educacional em ocupações que exigem escolaridade superior ou semelhança etária entre indivíduos que cursam a mesma série na escola –, quanto pela aproximação de indivíduos semelhantes que se frequentam o mesmo espaço. De uma maneira ou de outra, as

condições estruturais de pertencimento a uma rede impulsionam à similaridade entre os cônjuges, ao limitar os tipos de possíveis parceiros que um indivíduo virá a conhecer.

2.2.2. Critérios Individuais de Seleção de Cônjuge e Formação do Mercado Matrimonial

O conjunto de indivíduos solteiros em busca de um parceiro para a formação de um núcleo familiar mais seus critérios de seleção de cônjuges é denominado mercado matrimonial. No mercado matrimonial, os indivíduos solteiros avaliam o potencial de possíveis cônjuges segundo os recursos oferecidos por cada um e oferecem seus próprios recursos com o objetivo de se tornarem atrativos ao maior número possível de parceiros (Kalmijn, 1998; Mare, 1991).

Diferentes tipos de recursos são importantes na escolha de um parceiro, contudo os recursos tipicamente estudados por sociólogos são os socioeconômicos e os culturais. A ênfase em cada um desses dois tipos de recursos dá origem a abordagens que explicam de formas diferentes, mas não mutuamente excludentes, a tendência à semelhança entre cônjuges decorrente do processo de seleção dos parceiros para o matrimônio. Uma vez que os recursos sociais de interesse para a pesquisa são a escolaridade e a renda, será utilizada a abordagem que trata dos critérios de seleção de cônjuges a partir de recursos socioeconômicos.

A abordagem centrada nos recursos socioeconômicos fundamenta-se em uma visão competitiva do mercado matrimonial e a presença de similaridade entre os parceiros não é o interesse direto dos indivíduos envolvidos, e sim, a consequência da dinâmica de seleção. A crescente entrada da mulher no mercado de trabalho – mesmo que lenta em algumas sociedades, como a brasileira (Leone & Baltar, 2008) – tem aumentado a participação das mulheres como provedoras e coprovedoras da família. Essa tendência teria aproximado os critérios dos homens aos das mulheres a respeito da seleção de parceiros.

Segundo Oppenheimer (1988), depois da entrada feminina no mercado de trabalho e das mulheres terem assumido o papel de provedoras ou coprovedoras da família, os homens passaram a utilizar como critério de seleção de cônjuge as características socioeconômicas das mulheres e seu potencial de inserção no mercado de trabalho. As mulheres, por outro lado, já selecionariam seus cônjuges segundo critérios socioeconômicos há muito tempo em razão da visão tradicional a respeito do homem como provedor do lar.

Oppenheimer (1988) discute as transformações no processo de seleção de parceiros para o matrimônio decorrentes da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Na seleção

tradicional de cônjuges enquanto a mulher estaria preocupada em encontrar um parceiro com o potencial de promover o sustento material da nova família que surgiria da união entre os dois, o homem estaria interessado nos atributos físicos e nas habilidades domésticas de sua parceira. Após a entrada das mulheres no mercado de trabalho, deu-se início a uma convergência entre os critérios para a escolha de parceiros entre homens e mulheres.

As mulheres que passaram a ter independência financeira, apesar de ainda apresentarem como maior preocupação os atributos socioeconômicos dos potenciais parceiros começaram a dar mais atenção tanto à atratividade física quanto aos componentes ligados a afetividade e a estabilidade emocional. Os homens, por sua vez, diminuíram em parte a importância dada a atributos físicos e consideravelmente a preocupação com habilidades domésticas, ao mesmo tempo em que o potencial de inserção das possíveis parceiras no mercado de trabalho tornou-se uma questão central.

Quanto mais os homens passam a ver as mulheres como provedoras, maior a semelhança na preferência na busca de parceiros para ambos os sexos. Todos os indivíduos passariam, então, a buscar e competir por parceiros com potencial para obter rendimentos elevados. Nesse cenário, os indivíduos que obterão sucesso em encontrar parceiros com características socioeconômicas vantajosas são aqueles que também possuem atributos socioeconômicos.

Pessoas com potencial de rendimento elevado tenderiam a encontrar cônjuges com potencial equivalente. Já pessoas com características socioeconômicas de atratividade média ou baixa, mesmo que também procurem pessoas altamente atrativas segundo recursos socioeconômicos não serão capazes de oferecer uma contrapartida à altura. Ao serem preteridos por pessoas de potencial elevado, os indivíduos de potencial inferior tenderiam a buscar pessoas de atratividade semelhante à própria.

O processo competitivo da seleção de cônjuges promoveria, então, taxas de casamentos entre indivíduos semelhantes acima do que seria esperado no caso de uma distribuição dos matrimônios em que houvesse independência entre o critério de escolha do cônjuge e seus atributos socioeconômicos.

Os trabalhos anteriores apontam, então, que tanto os componentes estruturais, quanto os critérios individuais de escolha de parceiros direcionam a formação de laços conjugais entre pessoas semelhantes segundo critérios socioeconômicos. Além disso, as características socioeconômicas têm se tornado as formas de semelhança mais comuns e rígidas atualmente.

Os primeiros trabalhos de Kalmijn (1991a, 1991b), a respeito da sociedade norte-americana, demonstram tendência crescente à homogamia educacional em detrimento às semelhanças por origem social e religiosa, de tal modo que, a partir do final do século XX. A semelhança educacional seria atualmente uma barreira mais rígida entre estratos do que os outros critérios de similaridade estudados.

Os resultados encontrados por Kalmijn (1994) indicaram que a semelhança segundo *status* educacional da ocupação foi preponderante entre cônjuges que se casaram quando eram jovens, próximo ao período de formatura da universidade. Já indivíduos que se casaram mais velhos apresentavam maior similaridade segundo *status* econômico da ocupação. É possível, então, afirmar que a escolaridade é um atrativo importante no mercado matrimonial, do mesmo modo que a renda do indivíduo.

Tal fato é coerente à abordagem aqui proposta porque, uma vez que jovens adultos ainda não possuem emprego, ou são recém-ingressos em uma carreira, sua escolaridade formal é a melhor informação a respeito da chance de sucesso de cada um deles no mercado de trabalho (Mare, 1991; Oppenheimer, 1988). Por outro lado, indivíduos que se casam mais tarde já apresentam informações mais consistentes de seu sucesso profissional e econômico através da ocupação.

Para fins deste trabalho, é preciso que seja possível observar o mercado matrimonial à luz da teoria do capital social e da atenção sobre os recursos que o casamento concentra através da formação de um novo núcleo familiar.

O argumento aqui utilizado é que indivíduos adultos solteiros na medida em que passam a oferecer seus recursos no mercado matrimonial com o objetivo de encontrar o parceiro mais atrativo possível estão oferecendo capital social a seus pretendentes. Através da união entre dois indivíduos adultos, cada um deles terá acesso aos recursos sociais na posse do outro e também as vantagens decorrentes da posição que o parceiro ocupa em suas redes de relacionamento. Então, aqueles indivíduos que estiverem no topo da estrutura social do mercado matrimonial obterão vantagens maiores ao criarem laços conjugais com alguém que ocupe posição equivalente.

Por essa razão é possível supor que o processo de seleção de cônjuges tenha efeito positivo sobre a concentração de riqueza e que seja proporcional à intensidade da semelhança entre a renda dos cônjuges. Do mesmo modo, se entre os ricos houver maior intensidade de semelhança entre cônjuges de escolaridade elevada, haverá potencialmente maiores

oportunidades de transmissão recursos educacionais de pais para filhos no interior desse grupo.

2.2.3. Limites do Estudo do Mercado Matrimonial Através da PNAD 2009

Não é possível através da PNAD 2009 verificar quais são os critérios mais importantes para a escolha de um parceiro para o casamento. Do mesmo modo, não é possível verificar os constrangimentos estruturais que limitam a interação de cada indivíduo aos membros de suas redes de relacionamento.

A expressão observável desses fenômenos é o seu efeito, ou seja, a distribuição dos casamentos brasileiros e sua proporção de casamentos entre pessoas semelhantes de acordo com a renda individual de todas as fontes e a escolaridade.

Por esse motivo, não é possível a essa pesquisa garantir quais são as forças que orientam a dinâmica de formação dos laços conjugais brasileiros. Todavia, esse não é o interesse original dessa pesquisa. O principal objetivo da discussão acima é justificar, através da literatura anterior, porque se espera que haja taxa de casamentos entre pessoas semelhantes, segundo a renda individual e a escolaridade, acima do que se encontraria no caso de haver independência entre os recursos socioeconômicos dos indivíduos e a formação dos laços matrimoniais.

Somente nesse caso será possível haver concentração de recursos que justifique testar o efeito das semelhanças entre cônjuges sobre a formação dos ricos.

2.3. Considerações

Coube ao início desse capítulo discutir a importância da família para a compreensão da formação dos ricos no Brasil. Foi proposto que todo o ciclo de existência de uma família, do surgimento de um novo núcleo entre dois adultos até a chegada de seus filhos a fase adulta, é determinante para diferenciar a origem de um rico da parcela restante da sociedade brasileira.

Em cada uma dessas etapas do ciclo de uma família, as redes de relações sociais apresentariam um papel distinto em direção à manutenção da desigualdade. No momento da formação de um novo núcleo familiar, a rede de relacionamentos a que um indivíduo está inserido já dependeria das condições materiais de sua classe de origem. Isso significa que a possibilidade de encontro entre dois adultos que se interessam afetivamente um pelo outro já estaria estruturalmente condicionada.

No momento da criação dos filhos, a estrutura da rede de relações familiares seria importante para a transmissão de conhecimento para as crianças. A rede familiar impactaria tanto por meio dos recursos educacionais disponíveis em seu interior para a transmissão aos filhos, quanto através das condições dos laços estabelecidos entre os parentes que podem favorecer ou prejudicar a fluidez da transmissão de recursos necessários aos dependentes.

Em seguida, foi discutida a condição para que de fato a família possa ser um elemento diferencial na formação dos ricos, que é a existência de semelhança entre os ricos acima do que seria esperado caso houvesse independência entre a formação dos laços conjugais e os recursos em posse de cada indivíduo adulto.

No próximo capítulo serão verificadas as taxas de casais semelhantes segundo a renda individual de todas as fontes e a escolaridade. É esperado que a frequência de casamentos entre pessoas semelhantes, segundo os rendimentos individuais totais e a escolaridade, seja maior entre os ricos do que em qualquer outro estrato.

3. Estudo Preliminar Sobre a Similaridade de Recursos em Posse dos Cônjuges

A literatura anterior aponta que os laços afetivos apresentam a tendência de se constituírem principalmente entre pessoas semelhantes segundo características socioeconômicas e demográficas. Além disso, indivíduos localizados nos extremos da distribuição de uma característica socioeconômica qualquer apresentam taxas ainda maiores de semelhança com as pessoas com quem formam laços afetivos. Esse capítulo verifica, ao estudar exclusivamente os laços conjugais, se as duas conclusões se mantêm.

É esperado que mulheres e homens casados apresentem cônjuges em posições semelhantes às próprias na distribuição da renda individual proveniente de todas as fontes. Ainda, mulheres e homens localizados nos extremos inferior e superior da distribuição de renda individual proveniente de todas as fontes devem apresentar taxas de similaridade com seus parceiros acima do que o encontrado para indivíduos em posições intermediárias.

Somente em caso de confirmação do resultado esperado será possível posteriormente discutir o efeito da semelhança da posse individual de recursos econômicos dos cônjuges de determinação da condição de riqueza. Se indivíduos em posse dos rendimentos mais elevados não apresentarem taxa de similaridade com seus parceiros acima do que o encontrado para grupos de rendimentos intermediários, então é pouco provável que a distribuição dos casamentos tenha efeito relevante na distribuição da renda entre famílias.

A distribuição da escolaridade dos cônjuges também deve seguir o mesmo princípio apresentado acima para a distribuição individual dos rendimentos. Além disso, uma vez que a preocupação central dessa pesquisa é a formação dos ricos, é necessário verificar se entre os ricos estão as maiores taxas de casamentos entre duas pessoas de escolaridade elevada.

Caso essas condições sejam confirmadas para a distribuição da escolaridade entre os cônjuges, será possível posteriormente estudar o efeito da distribuição de escolaridades dos cônjuges sobre a transmissão de recursos educacionais para seus filhos. Especialmente, se os ricos apresentam vantagens nesse processo de transmissão entre pais e filhos de recursos educacionais.

As duas seções seguintes tratam respectivamente da similaridade entre cônjuges segundo o rendimento individual e a escolaridade. A terceira tratará da explicação dos resultados encontrados a partir da teoria do capital social. A última seção apresenta a implicação dos resultados encontrados para a explicação da formação dos ricos.

3.1. Verificação da Taxa de Homogamia Segundo a Remuneração Individual

A base de dados escolhida para a realização da pesquisa é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 2009 (PNAD 2009). A escolha dessa base se justifica em razão de sua abrangência nacional e de seu número de observações, que resiste a segmentação por estratos da base sem perda de significância estatística. Essa característica se torna muito importante para o estudo, em razão de essa pesquisa estar centralizada em uma parcela tão pequena da sociedade, o grupo do 1% mais rico.

Para mensurar a riqueza será utilizada a renda individual proveniente de todas as fontes para todos acima dos 18 anos¹. Essa variável já consta na PNAD como variável derivada intitulada “rendimento mensal de todas as fontes para pessoas de 10 anos ou mais de idade”.

A escolha dessa variável está atrelada a definição de rico proveniente de Sørensen (2005), a qual depende do direito sobre a propriedade sobre um conjunto de ativos. Além disso, a abordagem de Oppenheimer (1988) e Mare (1991) a respeito do mercado matrimonial também afirma que a atratividade de um parceiro está atrelada ao conjunto dos recursos por ele oferecidos. Desse modo, a renda individual proveniente de todas as fontes é a variável que melhor sintetiza os recursos atrativos em uma pesquisa sobre a distribuição de casamentos segundo a condição econômica dos indivíduos.

A variável renda individual de todas as fontes é contínua. Essa característica não é favorável ao estudo das taxas de homogamia. De modo geral, o estudo da distribuição das características socioeconômicas entre cônjuges faz uso de variáveis categóricas. Apesar de ser possível verificar a correlação entre as rendas individuais dos cônjuges, para verificar a taxa de casais semelhantes segundo a renda é necessário criar intervalos, ou estratos, de renda.

O critério para a criação de intervalos reparte em porções percentuais a distribuição: “até 25%”; “maior que 25 até 50%”; “maior que 50 até 75%”; “maior que 75 até 95%”; “maior que 95 até 99%”; “maior que 99 até 100%”.

Os limites dos estratos foram escolhidos, primeiro, para separar os ricos (1% no topo da distribuição) e os pobres (25% na base da distribuição) do grupo médio da população. O grupo médio foi repartido segundo intervalos com amplitude equivalente a utilizada para os pobres. À exceção do grupo acima dos 75% da distribuição que foi separado em “maior que

¹ Indivíduos com idade inferior a 18 anos e que se encontravam em uma união matrimonial tiveram incluídas as suas informações sobre a renda individual de todas as fontes. Foram incluídos 660 jovens nessa condição, com idade entre 10 e 17 anos

75 até 95%” e “maior que 95 até 99%”. O objetivo é criar um estrato próximo aos ricos para verificar se o comportamento dos ricos é exclusivo, ou se outras parcelas próximas ao extremo superior apresentam comportamento semelhante.

Os estratos para a renda individual foram construídos separadamente para mulheres e homens de modo que fosse possível comparar o cenário do mercado matrimonial. A diferença dos intervalos de rendimentos entre os estratos estipulados por porcentagens da distribuição para mulheres e para homens pode ser observada na Tabela 3.1. O cenário apresentado está de acordo com o que foi encontrado em trabalhos anteriores (Fernández *et al.*, 2005; Hoffmann & Leone, 2004; Leone & Baltar, 2008) a respeito da desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres.

Tabela 3.1 Intervalos de Rendimentos Segundo Diferentes Estratos

Estratos	Intervalos Segundo Renda Familiar <i>per capita</i>		Intervalos Segundo Renda Individual de Todas as Fontes					
			Homens		Mulheres			
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Até 25%	R\$ 0,00	R\$ 235,00	R\$ 0,00	R\$ 465,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
> 25 até 50%	R\$ 235,00	R\$ 465,00	R\$ 465,00	R\$ 670,00	R\$ 0,00	R\$ 465,00	R\$ 0,00	R\$ 465,00
> 50 até 75%	R\$ 465,00	R\$ 815,00	R\$ 670,00	R\$ 1.200,00	R\$ 465,00	R\$ 700,00	R\$ 465,00	R\$ 700,00
> 75 até 95%	R\$ 815,00	R\$ 2.497,50	R\$ 1.200,00	R\$ 4.000,00	R\$ 700,00	R\$ 2.265,00	R\$ 700,00	R\$ 2.265,00
> 95 até 99%	R\$ 2.498,00	R\$ 5.780,00	R\$ 4.000,00	R\$ 9.600,00	R\$ 2.265,00	R\$ 5.200,00	R\$ 2.265,00	R\$ 5.200,00
> 99 até 100%	R\$ 5.790,00	R\$ 94.669,66	R\$ 9.600,00	R\$ 226.000,00	R\$ 5.200,00	R\$ 280.009,00	R\$ 5.200,00	R\$ 280.009,00

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Nota: Valores da moeda brasileira vigentes em 26 de setembro de 2009.

Em razão de os estratos para renda individual serem diferentes para homens e mulheres, a similaridade dos cônjuges segundo a renda não é medida pela semelhança nominal dos rendimentos, e sim, pela semelhança da posição nas distribuições específicas de cada gênero. Por exemplo, uma mulher que recebe a partir de R\$ 5.200,00 reais é tão economicamente atrativa quanto um homem que recebe a partir de R\$ 9.600,00 porque ambos estão no topo de suas distribuições.

O raciocínio acima é coerente à abordagem competitiva do mercado matrimonial (Mare, 1991; Oppenheimer, 1988). O que define a atratividade de uma pessoa não é simplesmente a quantidade ou qualidade de seus atributos. A atratividade de um indivíduo só pode ser estabelecida em comparação aos atributos em posse de seus concorrentes. Como a discriminação do mercado de trabalho reduz a capacidade das mulheres de obter rendimentos

equivalentes aos homens em uma mesma ocupação e com a mesma qualificação profissional; a atratividade feminina relativa é diferente da masculina.

A definição dos estratos a partir da renda individual considera todos os indivíduos maiores de 18 anos. Todos os adultos, solteiros ou casados, compõem a oferta de parceiros disponíveis para a formação de um novo núcleo familiar. Essa decisão implica que no momento da apresentação da situação dos matrimônios no Brasil as somas das células da linha e coluna que representam um estrato específico para homens e para mulheres não necessariamente apresentarão o mesmo número de observações. Parte das pessoas que compõem cada um dos estratos de renda individual são solteiros que por diversos motivos foram preteridos no mercado matrimonial ou não encontraram o parceiro com as características que procuram. A Tabela 3.2 apresenta a porção de cada estrato para mulheres e homens que se encontram solteiros e casados.

Tabela 3.2 Estado Civil de Mulheres e Homens Acima de 18 Anos Segundo Estrato de Renda Individual de Todos os Rendimentos

Estratos	Homens				Mulheres			
	Solteiros	Casados	Total	% Casados	Solteiras	Casadas	Total	% Casadas
Até 25%	8.772.315	6.424.031	15.196.346	10,568% (25%)	5.704.831	11.089.830	16.794.661	16,508% (25%)
> 25 até 50%	6.342.835	8.853.043	15.195.878	14,564% (25%)	6.502.613	10.292.164	16.794.777	15,321% (25%)
> 50 até 75%	5.041.285	10.155.305	15.196.590	16,707% (25%)	8.547.376	8.247.153	16.794.529	12,276% (25%)
> 75 até 95%	2.807.275	9.350.395	12.157.670	15,383% (20%)	7.474.834	5.960.880	13.435.714	8,873% (20%)
> 95 até 99%	427.083	2.004.053	2.431.136	3,297% (4%)	1.319.684	1.367.379	2.687.063	2,035% (4%)
> 99 até 100%	105.814	502.412	608.226	0,827% (1%)	340.341	331.833	672.174	0,494% (1%)
Total	23.496.607	37.289.239	60.785.846	61,345%	29.889.679	37.289.239	67.178.918	55,507%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Os valores entre parênteses na tabela indicam a porcentagem total daquele estrato com relação ao total de indivíduos adultos. Chama a atenção o fato de quanto mais rico é o estrato masculino, maior é a porção de homens desse grupo que está casada. Os dois últimos estratos masculinos apresenta praticamente a mesma porção de casados, quase 83% do estrato. Já para as mulheres a porção de mulheres casadas cai entre o estrato inferior e o estrato “maior que 75 até 95%”, de 66% para 44% de casadas. Os dois estratos superiores novamente apresentam porções semelhantes de mulheres casadas, aproximadamente 50%.

O comportamento do estrato feminino pode parecer contrariar a visão utilizada a respeito do mercado matrimonial, uma vez que quanto maior a atratividade econômica de um estrato, maior deveria ser a porção de mulheres casadas nesse grupo. Todavia, devem ser levadas em conta as mudanças da entrada da mulher no mercado de trabalho, de modo a crescer dentro de suas carreiras profissionais antes de se casarem (Oppenheimer, 1988, 1997). Isso explica porque a taxa de casamentos entre as mulheres cai da base até os estratos intermediários e volta a subir nos estratos superiores, em que as mulheres já estão mais bem estabelecidas profissionalmente e com melhores remunerações.

Além disso, é uma estratégia possível dentro de um cenário competitivo do mercado matrimonial, que as mulheres posterguem o matrimônio com o objetivo de melhorarem sua posição na estrutura social e, assim, buscarem candidatos em melhores posições. Essa estratégia seria mais evidente para as mulheres do que para os homens em razão da discriminação contra a mulher existente no mercado de trabalho. Uma última possibilidade pode estar relacionada com a dificuldade das mulheres que têm interesse em se dedicar às suas carreiras em conciliar o casamento com o trabalho.

Uma vez discutidas as particularidades das distribuições dos rendimentos individuais entre mulheres e homens, é possível agora iniciar a discussão a respeito da distribuição simultânea dos rendimentos individuais de esposas e maridos.

A Tabela 3.3 apresenta a distribuição dos matrimônios brasileiros segundo o estrato em que cada cônjuge se encontra segundo seus rendimentos individuais. As células, em negrito, da diagonal principal indicam as porcentagens de casamentos entre parceiros pertencentes ao mesmo estrato de renda individual. Em cada célula há duas informações distintas, a superior informa a porcentagem original dos casamentos formada pela combinação dos cônjuges do sexo masculino e feminino em cada estrato com relação ao total de casamentos, e a inferior, entre parênteses, representa a frequência esperada do número de casamentos para aquela célula.

A frequência esperada informa a frequência de casamentos em cada célula caso houvesse independência entre a distribuição dos casamentos e os recursos em posse de cada cônjuge. Quanto maior a diferença entre o valor esperado e o valor encontrado, maior é a dependência entre a distribuição dos casamentos e os recursos econômicos em posse de cada um dos cônjuges.

A maior diferença entre a distribuição esperada e a distribuição original está localizada na diagonal principal que representa as taxas de casamentos entre cônjuges do mesmo estrato.

A taxa de homogamia total, calculada através da soma das células da diagonal principal, para a distribuição esperada é da ordem de 21,925%, já a taxa da distribuição original se encontra em 28,159%.

Tabela 3.3 Frequência Relativa Original e Esperada dos Matrimônios Segundo Estratos de Renda Individual para Maridos e Esposas

Estratos de Renda Individual dos Maridos	Estratos de Renda Individual das Esposas					
	Até 25%	> 25 até 50%	> 50 até 75%	> 75 até 95%	> 95 até 99%	> 99 até 100%
Até 25%	3,842% (5,120%)	8,791% (4,72%)	3,269% (3,839%)	1,132% (2,757%)	0,172% (0,632%)	0,024% (0,153%)
> 25 até 50%	6,405% (7,055%)	8,589% (6,513%)	7,007% (5,290%)	1,596% (3,799%)	0,126% (0,871%)	0,015% (0,211%)
> 50 até 75%	8,577% (8,101%)	6,280% (7,479%)	7,376% (6,074%)	4,651% (4,363%)	0,351% (1,000%)	0,024% (0,242%)
> 75 até 95%	8,719% (7,444%)	3,372% (6,872%)	4,211% (5,582%)	6,926% (4,009%)	1,631% (0,919%)	0,190% (0,223%)
> 95 até 99%	1,748% (1,598%)	0,336% (1,476%)	0,388% (1,198%)	1,415% (0,861%)	1,141% (0,197%)	0,350% (0,048%)
> 99 até 100%	0,428% (0,400%)	0,069% (0,370%)	0,032% (0,300%)	0,284% (0,216%)	0,247% (0,049%)	0,286% (0,012%)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Essa diferença se torna ainda mais relevante ao se notar que, na situação original a similaridade entre os cônjuges do estrato inferior da distribuição de renda está abaixo do que se espera em 1,5 ponto percentual. No entanto, os demais estratos apresentam taxas de casais semelhantes tão acima da expectativa que sobrepõem à diferença de 1,5 ponto percentual deixada pelo estrato inferior e ainda acumulam seis pontos percentuais acima da taxa total esperada de casais semelhantes.

Ainda a partir da observação da diagonal principal, nota-se que as taxas de uniões adjacentes às suas células, na vertical e na horizontal, para a situação original também apresentam taxas de matrimônios acima do esperado; quando comparado às tabelas de controle. Conforme uma célula se distânciava da diagonal principal (tanto no sentido vertical, quanto no sentido horizontal), menores são as taxas de uniões até que seus valores passem a ser abaixo do esperado em uma distribuição de frequência esperada. A exceção a essa tendência são os casamentos que envolvem pelo menos um cônjuge no estrato inferior da distribuição de renda individual.

O viés de distância social discutido por Verbrugge (1977) indica que quanto maior a distância entre dois indivíduos em uma característica que lhes seja importante para que ocorra a interação, menor é a chance que essa interação aconteça. Essa visão é corroborada pela

abordagem competitiva do mercado matrimonial, segundo a qual, o esforço de um indivíduo em escapar de uma união com um parceiro com atratividade inferior a sua impõe um padrão de similaridade entre os cônjuges que se inicia nas posições no topo e segue até a base da pirâmide de estratificação (Mare, 1991; Oppenheimer, 1988).

Na Tabela 3.3, as uniões que envolvem pelo menos um cônjuge no estrato inferior, todavia, não parecem seguir o viés de distância social. A taxa de homogamia para esse estrato é a única abaixo da expectativa da distribuição de frequência esperada. Além disso, a taxa de casamentos entre homens do estrato inferior com mulheres do estrato “maior que 25 até 50%” é quase o dobro do esperado. Para casamentos com mulheres do estrato “maior que 50 até 75%”, a taxa é menor, mas próxima ao esperado. Somente para os casamentos com estratos femininos a partir de 75% da distribuição as taxas ficam consideravelmente abaixo do esperado como prevê o viés de distância social.

No caso dos casamentos das mulheres pertencentes ao estrato inferior com seus cônjuges, a situação é ainda mais discrepante da previsão. Para os dois primeiros estratos a taxa de casamento original está abaixo do que seria esperado. Por se tratarem exatamente das células referentes à situação de similaridade entre os cônjuges e a suas células adjacentes, segundo a previsão de Verbrugge, elas deveriam apresentar taxas acima da distribuição esperada.

Por outro lado, todas as demais taxas de matrimônios estão acima das taxas encontradas nas tabelas de controle. Apesar do crescimento da distância de remuneração entre as mulheres do estrato inferior e os cônjuges dos estratos superiores, a taxa de matrimônio permaneceu acima da distribuição esperada.

Essa situação pode ser explicada, todavia, a partir da discriminação de acesso da mulher ao mercado de trabalho e da existência de casamentos tradicionais nos quais a mulher não é provedora financeira da família. A Tabela 3.1 (p.37) apresenta o intervalo dos rendimentos para cada estrato dos maridos e das esposas. Nota-se que o rendimento do estrato inferior dos maridos varia entre nenhum rendimento e R\$ 465,00 reais. Já o primeiro estrato feminino é todo composto por mulheres sem rendimento. O segundo estrato feminino varia, no entanto entre nenhum rendimento e R\$ 465,00 reais; exatamente como acontece com o estrato inferior masculino.

Por essa razão, por mais que do ponto de vista do mercado matrimonial a atratividade financeira das mulheres do estrato “maior que 25 até 50%” não sejam proporcionais àquela

dos homens no estrato “até 25%”, do ponto de vista da distância social eles são compatíveis para apresentarem interação frequente.

Isso significa que diferente do resto da população brasileira em que os efeitos do viés de distância social e da competitividade do mercado matrimonial sobre a distribuição dos casamentos apontam para a mesma direção; para o estrato inferior masculino e os dois estratos inferiores femininos os efeitos são contrários.

Essa diferença na distribuição dos rendimentos entre mulheres e homens, proveniente da discriminação do mercado de trabalho (Hoffmann & Leone, 2004; Leone & Baltar, 2008), é suficiente para explicar pela ótica da distribuição masculina dos cônjuges porque houve pequena taxa de casais semelhantes para o estrato inferior e porque houve tantos casamentos entre homens desse estrato com mulheres do estrato “maior que 25 até 50%”. O restante das taxas matrimoniais da primeira linha da Tabela 3.3 comporta-se de acordo com a previsão de queda da taxa de matrimônios conforme cresce a distância.

Essa explicação, todavia, é insuficiente para dar conta do comportamento da primeira coluna da Tabela 3.3, a qual se refere sobre a distribuição das uniões entre esposas do estrato inferior com seus cônjuges de diversos estratos. Toda a coluna apresenta movimento oposto ao postulado por Verbrugge. As células que apresentam pequena distância social apresentam frequência real abaixo da frequência esperada, enquanto as células distantes têm frequência real acima daquela apresentada pela frequência esperada.

A diferença da primeira coluna para as demais na Tabela 3.3 é tamanha que ao observarmos a primeira e a segunda célula de cada linha é perceptível o desnível das taxas, quando comparadas com as duas primeiras células de cada linha nas outras tabelas. O padrão de comportamento da primeira coluna é destoante do que acontece com as demais células. Por algum motivo os homens estariam mais dispostos a casar com mulheres de um estrato em que nenhuma delas apresenta remuneração do que com mulheres do estrato seguinte que apresentam renda até R\$ 465,00 reais. Exceto no caso dos homens do estrato inferior que foi discutido acima.

Para entender a discrepância na distribuição feminina dos cônjuges que se encontram no estrato inferior da renda individual, além de levar em conta o fato de a distribuição de rendimentos entre mulheres e homens ser desigual, é necessário observar a diferença desse estrato feminino com relação ao demais no que diz respeito à atividade econômica feminina ilustrada na Tabela 3.4.

O estrato feminino “até 25%” é o único da base em que a maioria de seus indivíduos está sem trabalhar e não procura emprego. Esse conjunto de mulheres não são provedoras financeiras da família, pelo menos não de maneira que a PNAD 2009 poderia captar. Uniões matrimoniais desse tipo não se enquadram dentro do modelo do mercado matrimonial competitivo, que pressupõe as mulheres participar da família como provedoras e que estão inseridas no mercado de trabalho, mesmo que em situação vulnerável.

Tabela 3.4 Condição de Atividade Econômica Geral e Estratos Seleccionados, para Esposas e Maridos

Condição de Atividade Econômica	Esposas			Maridos	
	Geral	Até 25%	> 25 até 50%	Geral	Até 25%
Não trabalham e não procuram emprego	27,07%	65,04%	25,31%	1,64%	7,14%
Empregados, desempregados e aposentados	72,93%	34,96%	74,69%	98,36%	92,86%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Os casamentos que envolvem mulheres do estrato “até 25%” são tradicionais, ou seja, existe uma divisão sexual do trabalho em que não cabe à mulher participar do mercado de trabalho e prover financeiramente a família (Oppenheimer, 1988, 1997). Nos casamentos tradicionais os critérios de seleção do cônjuge são diferentes para homens e mulheres. Geralmente os homens não estão preocupados com os recursos financeiros a disposição da esposa escolhida, exceto para casos em que a esposa é herdeira de algum patrimônio, mas esse tipo de ativo não é informado nas pesquisas da PNAD.

A partir da Tabela 3.5 é possível observar que quanto maior o estrato dos maridos com quem as esposas do estrato inferior se casam, maior é a participação dos casamentos tradicionais com relação ao total. O que significa que menor é parcela dos casamentos explicados pelo modelo de competitividade matrimonial, em que a mulher participa do mercado de trabalho e é provedora da família, assim como o marido. Isso explica porque a previsão do mercado matrimonial não é capaz de explicar satisfatoriamente a distribuição dos casamentos envolvendo mulheres do estrato inferior.

Dentro do modelo de competitividade do mercado matrimonial, as taxas da Tabela 3.5 só poderiam fazer sentido caso as esposas não trabalhassem porque são herdeiras de algum patrimônio oriundo de seus pais. Nesse caso elas seriam detentoras de ativos valiosos e, por esse motivo, atrativas segundo critérios econômicos. Novamente, essas informações não estão disponíveis na PNAD.

Ao observar a Tabela 3.3 sem levar em conta a primeira linha e coluna, verifica-se que as células em negrito, que representam taxas de homogamia para os estratos intermediários – “maior que 25 até 50%”, “maior que 50 até 75%” e “maior que 75 até 95%” – são a moda das linhas e colunas em que se encontram. Além disso, conforme as células das linhas e colunas se afastam dessas células em negrito menor é a taxa de casamentos; de acordo com o postulado.

Tabela 3.5 Proporção dos Casamentos Tradicionais com Relação ao Total de Matrimônios Envolvendo Mulheres do Estrato “Até 25%”

Estrato de Renda Individual de Todos os Rendimentos do Marido	Estrato Inferior de Renda Individual de Todos os Rendimentos da Esposa		
	Casamentos Tradicionais	Total	Proporção
Até 25%	763.436	1.432.538	53,29%
> 25 até 50%	1.540.392	2.388.351	64,50%
> 50 até 75%	2.036.473	3.198.393	63,67%
> 75 até 95%	2.253.819	3.251.309	69,32%
> 95 até 99%	483.759	651.826	74,22%
> 99 até 100%	129.495	159.660	81,11%
Total	7.207.374	11.082.077	65,04%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

É possível realizar um simples exercício de comparação entre as taxas de matrimônios para observar como elas se comportam próximas a diagonal principal. Primeiro observa-se a porcentagem de casamentos em que os dois cônjuges pertencem ao mesmo intervalo de renda por cada estrato em razão da porcentagem total de casamentos com pelo menos um dos parceiros localizado nesse estrato. Se a razão for maior que um, existe concentração dos casamentos entre pessoas com rendas individuais no estrato.

Em seguida, se expande esse procedimento para observar às células adjacentes àquelas em que os cônjuges se localizam no mesmo estrato de renda individual. Se a razão, entre a porcentagem de cônjuges desse conjunto de células sobre a porcentagem da população desses estratos, permanecer maior que um, porém menor do que a razão encontrada pela proposição anterior, isso significa que os casamentos se concentram majoritariamente na diagonal principal e em seguida nas células a ela adjacentes. Nesse caso, as células distantes da situação de semelhança entre os parceiros apresentarão baixa concentração de matrimônios, o que demonstraria a dificuldade de se estabelecerem laços conjugais entre pessoas conforme cresce a distância social entre elas. Assim, a distância social, medida através da renda individual, apresentaria relação com a distribuição dos casamentos.

A Tabela 3.6 apresenta os resultados desse exercício. O estrato “até 25%” foi desconsiderado para esse teste, em razão da abordagem utilizada não ser adequada para explicar seu comportamento. A informação sobre esse estrato também não foi utilizada como célula adjacente ao estrato “maior que 25 até 50%”.

Tabela 3.6 Proporção de Casamentos entre Pessoas no Mesmo Intervalo de Renda e de Casamentos entre Pessoas no Mesmo Intervalo ou em Intervalos Adjacentes

	Estratos Segundo a Renda Individual				
	> 25 até 50%	> 50 até 75%	> 75 até 95%	> 95 até 99%	> 99 até 100%
% de casamentos entre pessoas no mesmo intervalo de renda	33,57%	29,78%	33,74%	25,23%	25,61%
% da população de cônjuges no estrato	25,59%	24,77%	20,53%	4,52%	1,12%
Razão da % de casamentos entre pessoas no mesmo intervalo sobre a % da população no estrato	1,31	1,20	1,64	5,58	22,91
% dos casamentos no mesmo intervalo ou em intervalos adjacentes	59,53%	74,48%	62,75%	65,49%	52,30%
% da população de cônjuges nos estratos envolvidos	50,36%	70,89%	49,82%	26,17%	5,64%
Razão dos casamentos no mesmo intervalo ou em intervalos adjacentes sobre % da população em estratos envolvidos	1,18	1,05	1,26	2,50	9,27

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Em todos os casos estudados a razão entre os cônjuges de mesmo estrato e a porcentagem da população do estrato foi maior que um. O mesmo aconteceu quando se passou a observar as células adjacentes à diagonal principal. As taxas de concentração somente para a proporção dos casos de casamentos entre dois parceiros do mesmo estrato foram maiores do que a versão expandida, em todos os casos, como era esperado.

Os resultados apresentados até aqui são suficientes para demonstrar a existência, na sociedade brasileira, de tendência à concentração da distribuição dos matrimônios entre cônjuges semelhantes. A partir de agora será dada atenção ao extremo superior da distribuição dos casamentos em que se encontram os estratos “maior que 95 até 99%” e os ricos.

Verbrugge (1977) afirma que os efeitos do viés de distância social são mais fortes nos extremos do que nos grupos intermediários. Para o estrato inferior já foi discutido que esse princípio não é válido em razão de fatores exógenos que se sobrepuseram ao efeito da distância social. É necessário destacar que não foi possível detectar efeito especificamente da distância socioeconômica na distribuição dos casamentos em que pelos menos um dos parceiros está localizado no estrato inferior da renda individual. A distância social medida por

outros atributos – que não são alvo desse estudo – pode ser relevante para explicar a distribuição dos matrimônios desse grupo.

No caso do extremo superior da distribuição de renda, por outro lado, a concentração dos casamentos entre indivíduos no mesmo estrato é sem par. A taxa de casais semelhantes para o estrato “maior que 95 até 99%” já é desproporcional aos estratos inferiores. É importante frisar que esse estrato contém aproximadamente 4,5% do total de matrimônios. O que o torna 4 a 5 vezes menor que os estratos anteriores em número de observações.

Por esse motivo, mesmo que a célula referente à taxa de homogamia não seja a moda da coluna e da linha desse estrato, na Tabela 3.3, proporcionalmente a taxa de casais semelhantes é consideravelmente elevada. A frequência de casamentos, entre cônjuges do mesmo estrato, encontrada para esse grupo é aproximadamente seis vezes maior do que a apresentada pela frequência esperada. As taxas de homogamia das células da diagonal principal anteriores não chegaram a ser o dobro. Além disso, as duas células adjacente para a linha e a coluna do estrato “maior que 95 até 99%” também encontram valores proporcionalmente superiores ao esperado pelos controles.

O efeito do viés de distância social pode ser percebido através da Tabela 3.6, em que 65,49% dos casamentos envolvendo pelo menos uma pessoa do estrato “maior que 95 até 99%” se encontram na célula corresponde à diagonal principal ou suas células adjacentes em linha e coluna. Somente os casos de casamentos entre dois parceiros de mesmo estrato individual correspondem a 25,23% do total.

A razão da porcentagem dos casamentos em que os dois cônjuges pertencem ao estrato “maior que 95% até 99%” com relação à porcentagem dos casamentos com pelo menos um dos parceiros localizado nesse estrato é entre 3 e 4 vezes maior do que a apresentado pelos estratos anteriores. Na versão expandida, que inclui os casamentos dos estratos adjacentes, a razão desse estrato é o dobro daquelas informadas para os outros estratos.

É possível concluir que a distribuição dos casamentos desse estrato apresenta um comportamento claramente diferente dos estratos intermediários, em concordância à proposição de Verbrugge. A similaridade de renda é um elemento que diferencia esse estrato dos anteriores.

Entre os cônjuges que se encontram no estrato individual “maior que 99 até 100%”, por sua vez, a razão da porcentagem dos casamentos entre dois indivíduos pertencentes ao estrato com relação à porcentagem dos matrimônios com pelo menos um dos parceiros localizado nesse estrato é quatro vezes maior que a apresentada pelo estrato “maior que 95 até

99%”. Proporcionalmente, a mesma distância que separa “maior que 95 até 99%” dos estratos anteriores, também separa o estrato individual mais elevado daquele estrato.

Entre todos os homens e as mulheres que ocupam o topo de suas respectivas distribuições de renda individuais, 26,51% deles estão casados entre si. Isso significa que um conjunto de 1,12% do total de pessoas casadas concentram 26,51% dos casamentos envolvendo pessoas no estrato no extremo superior da distribuição de renda individual.

Os casamentos entre dois cônjuges do estrato individual “maior que 99 até 100%” representam apenas 0,286% de todos os casamentos – como pode ser visto na Tabela 3.4. Esse número parece pequeno, entretanto, ao colocá-lo em comparação com a taxa esperada de casais semelhantes, é possível perceber que ele é proporcionalmente de grande significância. A expectativa de casamentos entre dois cônjuges ricos na distribuição esperada corresponde 0,012% dos casamentos brasileiros. Para esse estrato, a taxa homogamia é quase 24 vezes superior à esperada.

Ainda, das quatro maiores taxas de matrimônios que estão acima do esperado pelas tabelas de controle, três envolvem pelo menos um parceiro no topo da distribuição individual de renda. As outras duas referem-se às uniões entre um rico e um indivíduo do estrato “maior que 95 até 99%”.

Conforme se aproxima do extremo superior da distribuição da renda individual dos cônjuges, maior é a concentração da distribuição dos matrimônios entre parceiros localizados no mesmo estrato. Esse resultado, novamente, corrobora o raciocínio de Verbrugge. O que é um indício favorável para a primeira hipótese defendida neste trabalho acerca da semelhança da posse individual de recursos econômicos dos cônjuges ser um fator determinante da condição de riqueza.

Por definição os ricos são os indivíduos em posse da maior porção da renda. São eles também aqueles que apresentam maior concentração dos seus casamentos dentro do próprio estrato. Se os mesmos indivíduos que apresentam a maior quantidade de recursos econômicos são aqueles que mais casam entre si, então, existe a possibilidade de a composição dos casamentos afetar a distribuição de renda de modo a concentrar recursos econômicos e, desse modo, perpetuar a condição de rico. Essa possibilidade será testada no quarto capítulo.

3.2. Verificação da Taxa de Homogamia Educacional

A base de dados utilizada para os testes continua a ser a PNAD 2009. Para mensurar a riqueza será utilizada a renda familiar *per capita*, que é construída através da soma das rendas

de todas as fontes do conjunto dos membros da família. Por fim, este montante é dividido pelo número de membros da família residentes no domicílio. Os intervalos para os estratos são os mesmos utilizados na seção anterior: “até 25%”; “maior que 25 até 50%”; “maior que 50 até 75%”; “maior que 75 até 95%”; “maior que 95 até 99%”; “maior que 99 até 100%”.

As observações da PNAD são apresentadas segundo domicílios e não famílias. É possível que em um domicílio exista mais de uma família. Foi decidido que em cada domicílio todos os indivíduos que residem juntos e apresentam vínculo consanguíneo com a pessoa de referência e seu cônjuge ou qualquer pessoa definida como “outro parente” são membros da mesma família. Desse modo, se um filho, ou filha, possui cônjuge e ainda mora com o pai e a mãe, os quatro farão parte da mesma família e seus rendimentos serão somados e divididos por quatro.

Ainda para manter a coerência da definição de família, os demais indivíduos que por ventura residam no domicílio serão excluídos do estudo. É o caso dos indivíduos definidos como “agregado”, “pensionista”, “empregado doméstico” e “parente do empregado doméstico”. Nenhum indivíduo sem vínculo de parentesco com o núcleo familiar será mantido. Por esses procedimentos, cada domicílio entrevistado permaneceu com somente uma família.

A respeito da escolaridade dos indivíduos, a variável diz respeito ao número de anos escolares concluídos com aprovação e varia entre zero e quinze. Sua construção segue o modelo em que o Ensino Básico é composto por onze anos de escolaridades e o Ensino Superior, quatro anos. A Lei nº 11274 de 6 de fevereiro de 2006 alterou o Ensino Fundamental para nove anos e, desse modo, o Ensino Básico para doze anos, todavia essa mudança somente se tornou obrigatória a partir de 2010. Em razão de a base de dados utilizada tratar de informações do ano de 2009, se optou por manter a antiga contagem dos anos escolares.

Os indivíduos que i) nunca frequentaram escola; ii) não foram aprovados na primeira série do Ensino Fundamental, ou; iii) foram alfabetizados sem frequentar escola não apresentam escolaridade formal e, portanto, sua escolaridade foi definido como igual a zero.

Já os indivíduos que concluíram graduação, que iniciaram curso de pós-graduação ou que já concluíram curso de pós-graduação estão todos definidos como portadores de 15 anos de escolaridade formal. Uma vez que cursos de graduação e pós-graduação apresentam tamanhos diferentes – no que diz respeito aos anos estudados – e que somente uma pequena parcela da população apresenta escolaridade acima do nível superior, a solução mais simples é

aglutinar esse grupo entre aqueles com 15 anos de escolaridade; o número mínimo de anos de estudo concluídos por alguém que é graduado em cursos tradicionais. Indivíduos que realizaram curso superior com duração menor que quatro anos – como é o caso dos cursos tecnológicos – tiveram seu número de anos de estudo mantidos sem alteração.

Para a verificação da similaridade educacional entre os cônjuges, foram construídos estratos educacionais. Sua construção seguiu a formatação comumente utilizada: 0 a 3; 4 a 7; 8 a 10; 11; 12 a 14; e 15 ou mais anos de estudos. Os limites entre os intervalos representam a transição de algum ciclo escolar: primeira metade do Ensino Fundamental; segunda metade do Ensino Fundamental; conclusão do Ensino Médio; entrada no ensino superior; e finalização do ensino superior.

A verificação da semelhança entre os cônjuges, com respeito ao seu estrato educacional, proposta nessa seção é diferente daquela realizada na seção anterior para tratar da semelhança da renda individual entre os cônjuges. Será estudada somente a distribuição escolar das pessoas casadas. Não será observado o comportamento de todos os adultos. Agora a preocupação não está na configuração do mercado matrimonial, o que interessa é observar se efetivamente existem diferenças de concentração de credenciais escolares no interior da distribuição dos casamentos.

Por esse motivo, além da distribuição geral dos casamentos de acordo com a escolaridade dos parceiros, será estudada também a distribuição educacional dos casamentos no interior dos estratos de renda separadamente.

Além de verificar a concentração dos casamentos entre cônjuges com escolaridade semelhante ao longo da distribuição dos matrimônios brasileiros, é importante verificar se os ricos apresentam concentração de casamentos entre dois cônjuges de escolaridade elevada acima daquela apresentada por outros estratos de renda familiar *per capita*.

Caso seja encontrada maior concentração de casamentos entre dos cônjuges de escolaridade elevada entre os ricos, será relevante estudar o efeito da distribuição dos matrimônios sobre a transferência de recursos educacionais dos cônjuges para seus herdeiros.

As Tabelas 3.7 e 3.8 apresentam, respectivamente, a proporção de maridos e esposas em cada estrato educacional de acordo com o estrato de renda familiar *per capita*. O comportamento da distribuição de esposas e maridos é semelhante. Como esperado, existe uma relação direta entre o estrato educacional e o estrato de renda. Tanto o estrato “maior que 95 até 99%”, quanto o estrato dos ricos são majoritariamente compostos por indivíduos detentores de, pelo menos, nível superior completo.

A principal diferença entre a distribuição dos estratos educacionais entre mulheres e homens se encontra no fato da porção dos maridos ser maior que a das mulheres nos extremos da distribuição. Na maioria dos estratos de renda, os maridos apresentam maior número de indivíduos entre aqueles com as menores e maiores escolaridades.

Tabela 3.7 Proporção de Maridos por Estrato Educacional Segundo o Estrato da Renda Familiar per capita

Estrato de Renda Familiar per capita	Estrato Educacional						Total
	0-3 anos	4-7 anos	8-10 anos	11 anos	12-14 anos	15 ou + anos	
Até 25%	41.43%	32.68%	13.01%	11.06%	0.99%	0.83%	100.00%
> 25 até 50%	28.88%	30.53%	16.81%	19.93%	1.96%	1.89%	100.00%
> 50 até 75%	21.27%	28.22%	16.30%	26.13%	3.63%	4.45%	100.00%
> 75 até 95%	7.47%	18.52%	12.92%	32.23%	8.67%	20.19%	100.00%
> 95 até 99%	1.77%	4.41%	4.59%	18.95%	9.39%	60.89%	100.00%
> 99 até 100%	0.84%	3.51%	4.04%	13.20%	5.81%	72.60%	100.00%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Tabela 3.8 Proporção de Esposas por Estrato Educacional Segundo o Estrato da Renda Familiar per capita

Estrato de Renda Familiar per capita	Estrato Educacional						Total
	0-3 anos	4-7 anos	8-10 anos	11 anos	12-14 anos	15 ou + anos	
Até 25%	33.03%	35.78%	15.63%	13.77%	1.01%	0.78%	100.00%
> 25 até 50%	24.12%	29.63%	17.62%	23.56%	2.79%	2.28%	100.00%
> 50 até 75%	19.42%	25.23%	15.35%	29.25%	4.67%	6.08%	100.00%
> 75 até 95%	6.29%	15.19%	12.46%	32.65%	10.02%	23.39%	100.00%
> 95 até 99%	1.07%	4.82%	5.53%	20.23%	11.15%	57.20%	100.00%
> 99 até 100%	0.14%	4.06%	4.24%	18.26%	6.85%	66.45%	100.00%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

A porção de homens e mulheres em posse das melhores credenciais educacionais nos primeiros três quartos da distribuição da renda familiar per capita é consideravelmente reduzida. Notoriamente, os últimos 5% da distribuição de renda são aqueles que proporcionalmente apresentam a maior concentração de credenciais educacionais.

Aproximadamente 28% das mulheres em posse de formação superior se encontram entre as 5% no topo da estratificação por renda familiar per capita. Entre os homens essa participação é ainda maior e chega a quase 33% dos maridos com nível superior para a mesma parcela da distribuição de renda.

Uma vez que a concentração individual de credenciais educacionais está apresentada, é necessário verificar se essa situação se reproduz entre os matrimônios. Em um primeiro momento será discutida a distribuição dos matrimônios para toda a população de acordo com o estrato educacional de esposas e maridos. Em seguida, será apresentada, separadamente, a distribuição dos matrimônios dos dois extremos da distribuição de renda para os estratos educacionais dos cônjuges.

A Tabela 3.9 apresenta a distribuição dos matrimônios para toda a população de acordo com o estrato educacional de maridos e esposas. As observações em negrito indicam as situações em que os dois cônjuges se encontram no mesmo estrato educacional. Em cada célula há duas informações distintas, a superior informa a porcentagem daquele grupo com relação à totalidade de casamentos; a segunda, entre parênteses, representa a frequência esperada do número de casamentos para aquela célula. Quando o primeiro valor da célula é maior que aquele em parênteses, isso significa que a proporção de casamentos daquele grupo está acima do esperado – para uma situação na qual exista independência entre a escolaridade dos cônjuges na distribuição dos matrimônios.

Tabela 3.9 Distribuição Percentual Original e Esperada das Uniões Matrimoniais Segundo Estratos de Escolaridade para Maridos e Esposas

Estrato Educacional do Marido	Estrato Educacional da Esposa					
	0-3 anos	4-7 anos	8-10 anos	11 anos	12-14 anos	15 ou + anos
0-3 anos	13.68% (5.31%)	7.44% (6.67%)	1.92% (3.80%)	1.67% (6.02%)	0.26% (1.12%)	0.27% (2.31%)
4-7 anos	5.17% (5.72%)	11.93% (7.19%)	4.47% (4.09%)	4.31% (6.48%)	0.52% (1.21%)	0.75% (2.49%)
8-10 anos	1.23% (3.03%)	3.65% (3.81%)	4.23% (2.17%)	4.10% (3.44%)	0.50% (0.64%)	0.71% (1.32%)
11 anos	0.74% (4.47%)	2.66% (5.62%)	3.66% (3.20%)	10.41% (5.07%)	1.50% (0.94%)	2.28% (1.95%)
12-14 anos	0.11% (0.77%)	0.36% (0.96%)	0.35% (0.55%)	1.23% (0.87%)	0.71% (0.16%)	0.89% (0.33%)
15 ou mais anos	0.09% (1.74%)	0.40% (2.19%)	0.43% (1.25%)	2.13% (1.97%)	0.95% (0.37%)	4.27% (0.76%)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

A distribuição dos casamentos segundo os estratos educacionais é consistente à abordagem do viés de distância social. Toda a diagonal principal da Tabela 3.9 apresenta frequência acima do esperado. Além disso, na diagonal principal, os dois extremos da distribuição são os pontos em que a frequência encontrada apresenta proporcionalmente as maiores distâncias das frequências esperadas.

Das dezesseis células que apresentam frequência encontrada acima da esperada, seis são da diagonal principal e oito são células adjacentes à diagonal principal. Esse fato também é coerente à abordagem do viés de distância social, quanto mais longe da diagonal principal, ou seja, quanto mais a diferença educacional cresce, menor a chance dos indivíduos interagirem de modo a formarem uma união matrimonial.

Todas as combinações de casamentos que envolveram somente parceiros no intervalo entre 11 anos a 15 ou mais anos de escolaridade apresentaram frequência encontrada maior do que a esperada. O mesmo comportamento não é observado entre as combinações de casamentos de indivíduos entre 0 a 8 anos de escolaridade. Esse fato indica que os indivíduos com credenciais educacionais medianas ou elevadas apresentam barreiras ao casamento com parceiros de baixa escolaridade.

Após encontrar tendência relevante à similaridade educacional nos casamentos brasileiros, é necessário verificar se essa condição ocorre também em função dos estratos de renda familiar *per capita*. Para tanto, serão observados separadamente os comportamentos da distribuição dos casamentos para os estratos dos pobres e dos ricos, respectivamente através das Tabelas 3.10 e 3.11, na próxima página.

A tendência à similaridade educacional entre os cônjuges continua nítida entre os estratos dos pobres e dos ricos. Todas as células da diagonal principal das duas tabelas apresentam frequência encontrada acima da frequência esperada. A exceção é o caso de casais semelhantes para ricos cuja educação se encontre no estrato de 12 a 14 anos de escolaridade. A PNAD de 2009 não apresenta nenhuma observação para essa combinação. Da mesma maneira como na população total de cônjuges, conforme cresce a diferença entre as escolaridades dos cônjuges, menor é a frequência de casamento entre indivíduos.

Entre os pobres, aqueles que detêm pelo menos nível de ensino superior são um grupo consideravelmente pequeno, do mesmo modo como para os ricos, são aqueles com escolaridade entre zero e três anos de escolaridade. No entanto, essas localizações apresentam participação nas distribuições dos casamentos, entre famílias pobres e ricas, consideravelmente desproporcionais ao que seria esperado em uma situação de independência entre os recursos em posse de cada cônjuge e a formação dos laços conjugais. Entre os pobres, o casamento entre dois indivíduos no extremo superior dos estratos educacionais ocorre com uma frequência, aproximadamente, quinze vezes superior ao esperado. Já entre os ricos, o casamento entre duas pessoas com escolaridade igual ou inferior a três anos ocorre com uma frequência 120 vezes superior ao esperado.

Tabela 3.10 Distribuição Percentual Original e Esperada das Uniões Matrimoniais Segundo Estratos de Escolaridade para Maridos e Esposas, Somente para Pobres

Estrato Educacional do Marido	Estrato Educacional da Esposa					
	0-3 anos	4-7 anos	8-10 anos	11 anos	12-14 anos	15 ou + anos
0-3 anos	22.882% (13.682%)	13.077% (14.825%)	3.072% (6.477%)	1.959% (5.704%)	0.252% (0.419%)	0.186% (0.321%)
4-7 anos	7.480% (10.793%)	15.352% (11.694%)	5.471% (5.109%)	3.896% (4.499%)	0.264% (0.331%)	0.218% (0.254%)
8-10 anos	1.685% (4.296%)	4.285% (4.655%)	4.136% (2.034%)	2.658% (1.791%)	0.118% (0.132%)	0.126% (0.101%)
11 anos	0.696% (3.654%)	2.594% (3.959%)	2.723% (1.729%)	4.694% (1.523%)	0.231% (0.112%)	0.124% (0.086%)
12-14 anos	0.165% (0.327%)	0.208% (0.354%)	0.148% (0.155%)	0.318% (0.136%)	0.123% (0.010%)	0.028% (0.008%)
15 ou + anos	0.119% (0.274%)	0.268% (0.297%)	0.083% (0.130%)	0.244% (0.114%)	0.024% (0.008%)	0.093% (0.006%)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Tabela 3.11 Distribuição Percentual Original e Esperada das Uniões Matrimoniais Segundo Estratos de Escolaridade para Maridos e Esposas, Somente para Ricos

Estrato Educacional do Marido	Estrato Educacional da Esposa					
	0-3 anos	4-7 anos	8-10 anos	11 anos	12-14 anos	15 ou + anos
0-3 anos	0.143% (0.001%)	0.222% (0.034%)	0.000% (0.035%)	0.473% (0.153%)	0.000% (0.057%)	0.000% (0.556%)
4-7 anos	0.000% (0.005%)	1.302% (0.143%)	0.494% (0.149%)	1.047% (0.642%)	0.127% (0.241%)	0.545% (2.335%)
8-10 anos	0.000% (0.006%)	0.214% (0.164%)	0.971% (0.171%)	1.467% (0.738%)	0.612% (0.277%)	0.776% (2.685%)
11 anos	0.000% (0.019%)	0.911% (0.537%)	0.683% (0.559%)	4.239% (2.410%)	1.637% (0.904%)	5.733% (8.773%)
12-14 anos	0.000% (0.008%)	0.081% (0.236%)	0.540% (0.246%)	0.742% (1.060%)	0.000% (0.398%)	4.444% (3.859%)
15 ou + Anos	0.000% (0.104%)	1.335% (2.951%)	1.547% (3.076%)	10.288% (13.253%)	4.474% (4.972%)	54.954% (48.243%)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

A partir da abordagem competitiva do mercado matrimonial é possível interpretar esse fenômeno para os pobres como uma tentativa dos indivíduos com elevada atratividade escolar, porém baixa atratividade econômica, de resguardar seus ativos vantajosos. Já entre os ricos de baixa escolaridade, a questão se apresenta como um movimento no interior do estrato dos ricos que pretere àqueles com baixa atratividade educacional.

Nos extremos opostos das distribuições dos casamentos de famílias ricas e pobres já era esperado que houvesse concentração dos matrimônios porque são as posições em que se encontram a escolaridade de grande parte dos indivíduos. Entretanto, ainda houve maior frequência entre os casamentos entre duas pessoas de 0 a 3 anos de escolaridade entre famílias pobres e entre duas pessoas de 15 ou mais anos de escolaridade entre famílias ricas do que o esperado.

Entre os pobres já era esperado que houvesse muitos casamentos entre pessoas de zero a três anos de escolaridade porque 41% dos maridos e 33% das esposas pobres apresentam essa escolaridade. Somente os casamentos envolvendo dois cônjuges com até três anos de escolaridades representa 28,88% do total de casamentos no estrato, enquanto a frequência esperada correspondia a 13,67% dos casamentos totais entre as famílias pobres.

No caso dos ricos, 66% das esposas e 72% dos maridos apresentavam escolaridade de 15 ou mais anos. Somente os casamentos entre indivíduos semelhantes nesse extremo da distribuição educacional já somam 54,95% do total, enquanto a frequência esperada era 48,24% dos casamentos do total entre as famílias ricas.

A partir dos dados apresentados é possível concluir que a concentração de credenciais educacionais acontece tanto na distribuição total dos matrimônios brasileiros, quanto nos casamentos no interior dos estratos de renda familiar *per capita*. Por esse motivo, diferentes núcleos familiares apresentarão concentrações consideravelmente variadas de recursos educacionais a disponibilizar para seus herdeiros.

Enquanto pouco mais da metade dos ricos apresenta a configuração máxima a respeito da posse de recursos educacionais, pouco mais da metade dos pobres não apresentam a posse da credencial mais baixa do sistema educacional brasileiro (Ensino Fundamental completo, ou seja, oito anos de escolaridade formal). O que demonstra a diferença de potencial dos núcleos familiares de diferentes estratos de renda em transmitir recursos educacionais aos seus filhos.

A Tabela 3.12 apresenta a distribuição dos casamentos somente entre cônjuges da mesma escolaridade de acordo com o estrato de renda da família. É possível ver com clareza

como mudam os intervalos de escolaridade em que se concentram os cônjuges semelhantes ao longo dos estratos da renda familiar *per capita*.

À medida que cresce o estrato de renda da família, cai a frequência de casamentos entre dois cônjuges de baixa escolaridade e cresce a frequência de uniões ente dois indivíduos de escolaridade elevada.

Tabela 3.12 Distribuição Percentual dos Matrimônios Educacionalmente Semelhantes, Segundo o Estrato da Renda Familiar *per capita*

Estrato Renda Familiar <i>per capita</i>	Estrato Educacional dos Cônjuges						Total
	0-3 anos	4-7 anos	8-10 anos	11 anos	12-14 anos	15 ou + anos	
Até 25%	48.40%	32.47%	8.75%	9.93%	0.26%	0.20%	100%
> 25 até 50%	35.96%	29.66%	11.13%	22.25%	0.38%	0.62%	100%
> 50 até 75%	26.40%	26.94%	10.20%	31.78%	1.62%	3.06%	100%
> 75 até 95%	6.37%	18.07%	8.74%	37.12%	5.04%	24.66%	100%
> 95 até 99%	0.35%	2.70%	1.83%	12.85%	3.53%	78.73%	100%
> 99 até 100%	0.23%	2.11%	1.58%	6.88%	0.00%	89.20%	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Os matrimônios entre dois cônjuges de baixa escolaridade, 0 a 3 ou 4 a 7 anos de escolaridade, são maioria para os três primeiros estratos da distribuição de renda familiar *per capita*. A frequência da similaridade entre cônjuges de escolaridade elevada, que se mantém em patamares reduzidos até o terceiro quartil da distribuição de renda, cresce rapidamente desse ponto em diante.

Somente no estrato “maior que 75 até 95%” a porção de casamentos ente indivíduos de escolaridade elevada passa a ser significativa, aproximadamente 25% do total. Já no extremo superior os matrimônios entre dois indivíduos de 15 ou mais anos de escolaridade são a maioria, 78,73% para o estrato “maior que 95 até 99%” e 89,20% para os ricos.

Novamente fica exposta a vantagem potencial dos ricos em transmitir recursos educacionais aos filhos. Através dos casamentos entre duas pessoas de escolaridade elevada os ricos concentram credenciais educacionais importantes que podem ser transmitidas aos filhos. Os demais estratos, à exceção do estrato “maior que 95 até 99%”, não apresentam capacidade próxima de concentrar recursos educacionais através do matrimônio.

Quanto maior o grau de fechamento de um grupo aos demais, menor é a possibilidade de que os recursos sociais de indivíduos desse grupo sejam acessíveis aos membros de outros. A concentração dos casamentos entre pessoas de escolaridade semelhante e, mais do que isso,

a concentração dos casamentos entre duas pessoas de escolaridade elevada ocorrer principalmente em famílias ricas apresenta o potencial de garantir a exclusividade da transmissão de credenciais educacionais elevadas aos filhos dos ricos. Se essas credenciais forem herdadas, então haverá transmissão intergeracional de vantagens que terão efeito sobre a desigualdade material da próxima geração, uma vez que a restrição de acesso a um recurso garante a elevada premiação por sua posse (Sørensen, 2005).

Os resultados encontrados nessa seção demonstram que ao longo da distribuição dos matrimônios existe uma tendência à formação de laços conjugais entre indivíduos com escolaridade semelhante. Também foi encontrado que nos estratos inferiores de renda familiar *per capita* predominam os casamentos entre duas pessoas de baixa escolaridade, enquanto entre famílias ricas, a maior parte dos casamentos entre indivíduos de mesma escolaridade ocorre entre os indivíduos com 15 ou mais anos de formação escolar.

Esses resultados tornam válidas as especulações sobre o efeito da configuração da distribuição dos casamentos brasileiros, segundo a escolaridade dos cônjuges, sobre a escolaridade de seus filhos. Os testes referentes a essa hipótese serão realizados no quinto capítulo.

3.3. Interpretação da Composição dos Matrimônios Brasileiros Segundo a Teoria do Capital Social

Como discutido no segundo capítulo através da revisão da literatura, uma rede de relacionamentos não se forma por acaso. Existem constrangimentos sociais que favorecem pessoas semelhantes a frequentarem os mesmos locais e ambientes. Quanto maior a frequência de contato entre indivíduos maior a chance de formação de laços afetivos entre eles. Por essa razão, as redes de relações sociais se formam principalmente entre indivíduos semelhantes.

Indivíduos semelhantes estão em posse de ativos semelhantes em volume e complementares com relação ao tipo. Quanto maior a posição de um indivíduo na estrutura social, maior a rentabilidade do volume e dos tipos de ativos em sua posse. Do mesmo modo, maior será a rentabilidade dos ativos em posse dos membros da rede de relacionamento desse indivíduo. Segundo esse raciocínio, quanto maior a posição social ocupada por uma pessoa, maior será o volume de capital social em circulação em sua rede. Desse modo, quanto maior a posição social de um indivíduo maior será a rentabilidade de suas transações com os demais

membros de sua rede, ou de modo mais geral, maiores as vantagens obtidas através da interação com os membros de sua rede de relacionamentos.

Aqueles indivíduos que são membros de redes de relações sociais no topo da estrutura social estão aptos a obter vantagens inacessíveis à maioria da população. Por essa razão, o pertencimento a diferentes redes localizadas em posições desiguais no interior da estrutura social pode ser estudado a fim de que se compreenda a desigualdade entre indivíduos.

A teoria do capital social aborda as redes de relações sociais de modo geral, para este trabalho é necessário discutir como essa abordagem abrangente pode auxiliar no estudo de uma rede particular que é a família e no efeito do acesso de seus recursos por parte de seus membros. Para tratar da distribuição dos casamentos brasileiros segundo os recursos econômicos e educacionais em posse de cada cônjuge é relevante a discussão da relação entre a distância social entre dois indivíduos, a possibilidade de formação de um laço afetivo entre os envolvidos e, por fim, quais os benefícios para as partes em interação.

A teoria do capital social é fundamentalmente uma teoria de localização e acesso a recursos sociais assimetricamente distribuídos, entre redes de relações sociais no interior da estrutura social, com o objetivo de aumentar as possibilidades de sucesso, de um indivíduo ou grupo, em uma ação propositada. Nesse contexto, as ações podem ser divididas segundo duas motivações principais: manutenção da posse sobre recursos pessoais e obtenção de novos recursos pessoais. Segundo Lin (2001) a manutenção de recursos pessoais seria a principal delas porque a perda de recursos na posse de alguém impõe prejuízos maiores a sua condição de existência do que deixar de obter um novo recurso. Então, os recursos sociais distribuídos na rede de relacionamento são utilizados principalmente para a manutenção dos recursos pessoais e somente quando esses estão garantidos é que os recursos sociais são utilizados para a obtenção de novos recursos pessoais.

Os laços entre indivíduos semelhantes – pessoas localizadas a curta distância na estrutura social – por apresentarem maior facilidade de se constituírem seriam utilizados principalmente para favorecerem a manutenção dos recursos em posse do indivíduo (Lin, 2001). Indivíduos semelhantes apresentam volumes e tipos de ativos em comum, por esse motivo, tendem a apresentar interesses de classe semelhantes (Sørensen, 2005) e promover ações que legitimem a posse sobre suas propriedades e credenciais, ao mesmo tempo em que excluem outros indivíduos de acesso a esses bens (Parkin, 2001; Sørensen, 2005).

As ações coletivas com o objetivo de manter a legitimidade sobre bens, e conseqüentemente sobre seus rendimentos, influenciam no grau de abertura ou fechamento de

um grupo (ou rede) à entrada de novos membros (Parkin, 2001). O controle sobre o grau de abertura da rede é relevante porque a entrada de novos membros em um grupo pode reduzir a raridade sobre o acesso a um recurso e, assim, reduzir seu valor de mercado (Sørensen, 2005).

Não é possível através dos dados, afirmar que há ação propositada dos indivíduos em garantir a restrição de ativos valiosos através dos casamentos. No entanto, independente de ser um evento proposital ou uma consequência de outros fenômenos, a distribuição dos casamentos brasileiros é constituída de parcela significativa de cônjuges cujas distâncias entre suas posições sociais são pequenas. Além disso, conforme cresce a distância social entre os cônjuges, menor a frequência de seus casamentos. Desse modo, a formação de laços matrimoniais e conseqüentemente de uma rede familiar implicam na restrição de acesso a recursos econômicos e educacionais por grupos específicos da estrutura social.

Já os laços entre indivíduos dessemelhantes – pessoas localizadas a longa distância na estrutura social – necessitam de um esforço maior por parte dos indivíduos em interação para se constituírem. Quanto maior a diferença entre os indivíduos, maior o esforço necessário para criar o laço em razão das dificuldades implicadas em manter a frequência de contato e da ausência de elementos comuns capazes de favorecer a afetividade (Verbrugge, 1977).

O custo de estabelecer laços entre pessoas dessemelhantes desestimula sua formação com a finalidade de manutenção dos recursos em posse de um indivíduo, porque para essa finalidade laços entre indivíduos semelhantes são mais simples de se estabelecerem e, em razão do compartilhamento dos mesmos recursos, haveria também compartilhamento de interesses comuns para a manutenção e restrição ao acesso desses recursos. A interação entre pessoas dessemelhantes implica em recursos diferentes em posse dos indivíduos e, por esse motivo, os interesses sobre a restrição ao acesso a essa ou àquela forma de ativo pode não ser compartilhada.

Por outro lado, quando se trata da obtenção de novos ativos, as interações entre pessoas dessemelhantes – que participam de redes de relações sociais em diferentes localizações na estrutura social – apresentam vantagens. A dessemelhança implica em posse sobre ativos diferentes, então é mais provável encontrar oportunidades de obter novos ativos a partir de uma relação com alguém dessemelhante, que por meio de uma relação com alguém semelhante (Granovetter, 1973; Lin, 2001).

Além disso, seria também mais vantajoso para um indivíduo estabelecer uma interação com alguém cuja posição social não só é diferente da sua, mas que também seja superior na estrutura social. Todo laço com um indivíduo dessemelhante permite acesso e, possivelmente,

obtenção de formas diferentes de ativos, entretanto, um laço com alguém acima da própria posição permite acesso a ativos mais rentáveis do que aqueles disponibilizados por alguém em uma posição social inferior à própria.

De modo geral, uma relação entre pessoas distantes dessemelhantes implica em interação entre indivíduos em posições sociais hierárquicas diferentes. Se para aquele que está na posição inferior o interesse e vantagens disponíveis através da interação são claramente encontrados, a razão para a outra parte participar da interação não é óbvia. O acesso a recursos menos rentáveis do que os atualmente disponíveis não parece ser o suficiente para motivar alguém a se engajar em uma interação com alguém dessemelhante, que possui maiores custos em sua formação e manutenção. Lin sumariza três motivos que promoveriam o interesse de um indivíduo em posição superior em estabelecer um laço com alguém em posição inferior, que são as interações de caráter: a) de pontes entre redes; b) transacional; e, c) relacional.

A primeira forma de interação é conhecida como ponte entre redes (Granovetter, 1973) ou *structural hole* (Burt, 2001). Segundo ela, a formação de laços entre indivíduos dessemelhantes pode originar uma conexão entre duas redes de relacionamento e os indivíduos que fazem essa “ponte” apresentariam vantagens por sua localização estrutural entre as redes. Qualquer recurso de uma rede que precise ser movimentado até a outra deve necessariamente passar pelos indivíduos que formam a ponte que conecta as duas redes. Além disso, os indivíduos que formam a ponte apresentam algum controle sobre quais dos membros da outra rede terão acesso a esses recursos, ou pelo menos a quem esses recursos chegam primeiro e mais rapidamente.

Esse tipo de interação está frequentemente associado ao estudo de organizações. Burt (2001) demonstrou que, nos Estados Unidos, indivíduos responsáveis por cargos de liderança como gerentes e diretores apresentam mais chances de obterem promoções e melhores remunerações quando são capazes de manter vínculos com o maior número de setores dentro da organização em que trabalham. Esses laços entre setores diferentes na empresa permitem acesso a maior número de informações e permitem escolhas com maior chance de sucesso. De modo geral, diferentes setores de uma empresa estão localizados em posições distintas dentro de sua hierarquia organizacional, o que demonstra a necessidade de estabelecer laços entre indivíduos dessemelhantes.

Para que as pontes entre redes apresentem vantagens ao indivíduo, é necessário que ele seja capaz de fazer a função de ponte entre diversas redes no interior de uma estrutura

social específica. Nas sociedades ocidentais contemporâneas não é legalmente possível estabelecer mais de uma ponte entre redes através do matrimônio, uma vez que a expectativa normativa é a monogamia. Por esse motivo, a interação do tipo ponte entre redes não parece ser justificativa suficiente para escolha de um indivíduo dessemelhante como cônjuge. Por outro lado, isso não significa que não seja possível aproveitar dos recursos transferidos da rede de relações sociais do cônjuge para a própria.

A interação do tipo transacional diz respeito a trocas estritamente econômicas. O laço criado entre pessoas distantes na estrutura social pode estar relacionado, por exemplo, ao custo de oportunidade do tempo do indivíduo em posição superior na estrutura social. Muitas vezes usar o próprio tempo em uma atividade produtiva menos rentável apresenta um custo maior para esse indivíduo do que pagar a outrem que realize essa tarefa enquanto o primeiro utiliza seu tempo em uma atividade cuja remuneração supera em valor monetário o custo do serviço que lhe foi prestado. Nesse caso, espera-se que a pessoa contratada esteja em uma posição inferior na estrutura social e, por possuir tipos menos rentáveis de ativos, esteja interessada em realizar a atividade. O mesmo raciocínio vale para a ausência de posse sobre um ativo pouco rentável, ou a falta de uma habilidade específica. Pode ser mais vantajoso contratar esses serviços do que arcar com os custos de sua obtenção ou aprendizado.

Lin (2001) ressalta que no caso das transações econômicas a troca é mais importante do que a relação entre os indivíduos e por essa razão, a equivalência de valores entre os recursos transacionados é fundamental. Isso não quer dizer que a posse de recursos entre as partes é equivalente. Significa que o pagamento entre ambas as partes no final do período acordado ou contratado é equivalente. O que motivou a relação foi exatamente a assimetria sobre a posse de ativos. Ainda, se a equiparação dos pagamentos entre as partes for rompida, é mais provável que aquele em desvantagem interrompa a interação do que arcar com os custos de manter uma transação desvantajosa. Desse modo, a durabilidade dos laços baseados em transações econômicas pode apresentar caráter limitado seja por conta de instabilidade na transação, seja em razão de delimitação contratual.

As interações de caráter transacional não parecem ser uma explicação razoável para o fenômeno da formação de laços conjugais. O casamento é um fenômeno complexo que não pode ser resumido a um conjunto de trocas monetárias para a prestação de serviços entre as partes em interação.

Para os casamentos modernos que são explicados pela abordagem competitiva do mercado matrimonial, a escolha de um parceiro que somente supra o custo de oportunidade de

realizar tarefas e serviços de baixa ou nenhuma rentabilidade não é lógica. Quanto maior o poder aquisitivo de um indivíduo, maior será o poder aquisitivo dos pretendentes que ele poderá atrair. Assim, seus parceiros em potencial poderiam propiciar uma condição de bem-estar superior a simples escolha de um parceiro para prestação de serviços domésticos.

Mesmo entre os casamentos de tipo tradicional, nos quais o homem seria o provedor material e em contrapartida a mulher se ocuparia do cuidado do lar e da criação dos filhos, a formação do laço matrimonial passa por questões relacionadas à atratividade física dos pretendentes, à reputação de cada um dos envolvidos e de suas famílias e, principalmente, é esperado que a relação conjugal seja duradoura e não seja interrompida caso uma das partes não possa mais cumprir sua parte na divisão das tarefas.

A interação do tipo relacional trabalha com a possibilidade de melhoria da reputação ou reconhecimento do indivíduo na posição superior. Nesse caso, a interação entre indivíduos dessemelhantes está caracterizada por uma assimetria entre os recursos transacionados, por exemplo, quando o recurso de uma das partes não é monetariamente mensurável. Essa interação é caracterizada pelo interesse da formação de um vínculo duradouro sem delimitação de tempo. Ela se fundamenta na confiança entre as partes envolvidas e na expectativa do indivíduo “credor” da existência de reciprocidade proveniente do sentimento de obrigação e dívida da contraparte “devedora” (Coleman, 1988). Como os favores podem ser cobrados em recursos diferentes daquele já transacionados, muitas das vezes criam-se novas relações de obrigatoriedade porque em cada troca os recursos não são equivalentes e não se estabelece a conclusão entre as transações através de um equilíbrio entre os pagamentos.

Esse tipo de interação promove o reconhecimento entre as partes de que o outro é uma pessoa cumpridora de suas obrigações, uma informação que quando passa a ser divulgada melhora a reputação de cada indivíduo na rede de relacionamento do outro. A melhora na reputação facilita a esses indivíduos promoverem novas interações com outras pessoas que fazem parte da rede de relacionamento de seu parceiro de interação. A reputação passa a ser um ativo ao reduzir os custos necessários a estabelecer novas interações em uma rede a qual o indivíduo não tinha acesso anteriormente (Coleman, 1988; Lin, 2001). As novas interações podem apresentar tanto ênfase relacional quanto podem ser transacionais ou ainda do tipo ponte entre redes.

A interação do tipo relacional pode explicar a formação de casamentos por interesse, entre indivíduos que apresentam distância social elevada entre si, em períodos históricos

específicos. Na transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas, no Ocidente, havia vantagens para grupos sociais dessemelhantes promoverem a formação de laços matrimoniais entre seus herdeiros. Por exemplo, o casamento entre nobres empobrecidos e burgueses economicamente ascendentes. Enquanto a nobreza poderia recuperar a condição material perdida, a burguesia obtia o prestígio e o reconhecimento necessários para continuar sua ascensão social. No entanto, após a consolidação do sistema capitalista, o casamento por interesse entre grupos sociais distintos não parece apresentar vantagens ao grupo que se localiza no topo da estrutura social. Assim, não haveria estímulo ao casamento entre indivíduos dessemelhantes através de interações do tipo relacional.

Nenhum dos três tipos de interação entre indivíduos socialmente distantes com o objetivo de favorecer o acesso e obtenção de novos recursos sociais parece relevante o suficiente para surtir efeito sobre a possibilidade de um indivíduo no topo da estrutura social formar um laço matrimonial com alguém cuja posição social seja distante, e nesse caso necessariamente inferior, à própria posição.

Essa conclusão é congruente à distribuição dos matrimônios brasileiros com relação à semelhança entre os recursos individuais (renda e escolaridade) em posse de cada cônjuge. A justificativa para esse fenômeno é que o efeito das interações entre indivíduos dessemelhantes para a obtenção de novos recursos ou vantagens não apresenta a mesma força quanto mais próxima aos extremos é a posição social de um indivíduo. Lin (2001) argumenta que, devido aos estrangimentos estruturais, os indivíduos nos extremos da estrutura social tendem a utilizar interações entre indivíduos semelhantes tanto para ações com o objetivo de manter os recursos já disponíveis quanto para a obtenção de novos recursos.

Um vínculo entre um indivíduo rico e outro não-rico para o último é necessariamente o laço mais vantajoso possível para o acesso a recursos. Para o não-rico o custo de estabelecer interação com um rico é viabilizado pela perspectiva de vantagens através do acesso a melhores ativos. Já para o indivíduo rico, um laço com alguém não-rico não apresentará acesso a recursos melhores do que aqueles disponíveis na sua própria rede. O saldo entre o custo e o ganho provenientes da interação com alguém em posição inferior na estrutura social apresentará menor chance de ser vantajoso quando comparado ao pequeno custo de iniciar uma amizade com outro rico que ainda não pertença a sua rede e ao retorno que a complementaridade entre seus ativos pode proporcionar. Ainda, quanto maior a distância social, entre um rico e um não-rico, maior será o custo necessário à formação do vínculo e menor a probabilidade de haver vantagem proveniente desse laço para o rico.

A vantagem da interação entre indivíduos dessemelhantes para o rico nunca é direta, ela só é possível quando um dos tipos de interação transacional, relacional ou de pontes entre redes é viável. No que diz respeito aos laços matrimoniais, nenhuma delas seria favorável ao casamento entre ricos e não-ricos, principalmente quando a distância social entre os ricos e não-ricos é elevada.

Por essa razão, Lin (2001) argumenta que a contingência estrutural sobre a distribuição de recursos no interior das redes de relações sociais favorece as ações de indivíduos ricos em direção à interação com outros ricos tanto para a manutenção de recursos, quanto para a obtenção de novos recursos. A implicação dessa conclusão para a distribuição dos casamentos brasileiros seria a tendência à formação de laços matrimoniais entre indivíduos em posse de recursos individuais semelhantes, como apontaram os resultados apresentados.

O argumento de Lin é coerente à visão de Parkin (2001) e Sørensen (2005) a respeito do grau de fechamento mais elevado encontrado entre os indivíduos possuidores dos ativos com maior rentabilidade. Já que, entre os ricos, o casamento entre dois indivíduos em posições sociais semelhantes é mais vantajoso comparado ao casamento entre duas pessoas em posições sociais distantes, então, o estrato superior tende a apresentar um grau de fechamento e homogeneidade maior àquele apresentado pelos estratos inferiores na estrutura social. Esse movimento, ao estabelecer uma rede de relações sociais fechada a outros grupos, garante a reserva dos recursos ali disponíveis e restrição ao seu acesso. Esse fato garantiria a manutenção da rentabilidade dos recursos através da escassez de sua disponibilidade a outros grupos. O que está de acordo com o entendimento do conflito de interesses entre classes se fundamentar na busca de uma classe por salvaguardar a rentabilidade de seus ativos enquanto combate a rentabilidade de ativos na posse de outra através de pressões para facilitar do acesso à posse desses ativos que não possuem.

3.4. Conclusões Preliminares

A partir dos resultados encontrados, é possível concluir que: i) a distribuição dos matrimônios brasileiros não é independente da distribuição dos recursos econômicos e educacionais entre os cônjuges; ii) a distribuição dos casamentos apresenta concentração de uniões entre cônjuges em posse de montantes semelhantes de recursos acima do que seria estatisticamente esperado; iii) os ricos apresentam proporcionalmente as maiores taxas de

casamentos entre dois indivíduos do mesmo estrato; iv) conforme cresce a distância social entre os estratos, menor é a frequência de casamentos entre seus membros.

Esses resultados corroboram o postulado apresentado no segundo capítulo, o qual afirma que indivíduos adultos solteiros na medida em que oferecem seus recursos no mercado matrimonial com o objetivo de encontrar o parceiro mais atrativo possível oferecem capital social.

Ao oferecer sua escolaridade e rendimentos com o objetivo de atrair o parceiro mais atrativo possível, esses ativos passam a ser um recurso social que pode ser utilizado para aumentar a chance de sucesso em uma ação propositada (Lin, 2001), qual seja, a formação de um novo núcleo familiar que disponha do maior montante de recursos possíveis para satisfazer às necessidades materiais da família a que dá origem e colocá-la na melhor posição possível na estrutura social.

Tal como descreve a teoria do capital social a respeito dos laços entre indivíduos semelhantes, aqueles indivíduos que estiverem no topo da estrutura social segundo rendimentos individuais e escolaridade, ao se inserirem no mercado matrimonial, obtêm vantagens maiores ao criarem laços conjugais com alguém que ocupe posição equivalente.

A queda gradativa da taxa de matrimônios, conforme aumenta a assimetria dos recursos em posse dos indivíduos, corrobora o postulado da existência de um componente estrutural relacionado ao viés de distância social. Para que a taxa de homogamia entre os ricos alcance o patamar verificado, o mais provável é que existam estrangulamentos estruturais que favoreçam a interação endógena dos ricos brasileiros. Como sugerem os resultados de pesquisas anteriores, esse componente estrutural permitiria a maior interação dos ricos entre si, enquanto os distanciariam dos outros estratos.

Dado que existe proximidade entre a renda do indivíduo e de seu cônjuge, principalmente entre os ricos, é possível supor que a composição dos matrimônios brasileiros acarrete em concentração de riqueza e, desse modo, garanta a manutenção de uma posição social elevada para aqueles que antes da união já apresentavam uma posição privilegiada. Essa hipótese será testada no próximo capítulo.

Ainda, os ricos são o estrato da sociedade brasileira com maior proporção de indivíduos portadores de ensino superior. A tendência à similaridade educacional na composição dos matrimônios ao concentrar credenciais educacionais sob o controle de um conjunto reduzido de famílias ricas teria, então, o efeito de favorecer, sobretudo, a

transmissão de recursos educacionais aos herdeiros dessa minoria. Essa hipótese será testada no quinto capítulo.

4. Composição dos Matrimônios e a Formação dos Ricos

Este capítulo testa a primeira hipótese proposta: a composição dos matrimônios brasileiros, segundo critérios de similaridade econômica, é um determinante da formação dos ricos no Brasil. Busca-se demonstrar que a existência de similaridade entre os rendimentos individuais dos cônjuges, acima do que seria estatisticamente provável, funcionaria como mecanismo de concentração de renda.

O capítulo está dividido em quatro seções. A primeira parte trata dos resultados de pesquisas anteriores a respeito da relação entre a composição dos matrimônios e a distribuição de renda. O terceiro capítulo discutiu, através da teoria do capital social, como a formação dos laços matrimoniais está envolvida na questão do acesso ou restrição a recursos sociais – ou ativos – como o rendimento e as credenciais educacionais do cônjuge. No presente capítulo, a preocupação é verificar o efeito dessa situação de acesso ou restrição de recursos através da composição dos matrimônios sobre a distribuição da renda familiar *per capita*, e, especialmente, sobre a possibilidade de alcançar a condição de rico.

A seção seguinte está incumbida da apresentação dos procedimentos de pesquisa. Cabe à terceira, verificar se a composição dos matrimônios brasileiros comparada a um cenário aleatório – no qual há independência entre os rendimentos individuais de cada cônjuge – é capaz de surtir efeito sobre a distribuição de renda e, especificamente, na formação dos ricos. A última seção apresenta as conclusões preliminares dessa pesquisa.

4.1. Estrutura Familiar, Composição dos Matrimônios e Desigualdade de Renda

A abordagem competitiva sobre o mercado matrimonial segundo recursos socioeconômicos ganhou espaço nas últimas décadas em razão da crescente participação feminina no mercado de trabalho. Treas (1987) apresenta um estudo de síntese a respeito das pesquisas já realizadas que tratam da entrada das mulheres no mercado de trabalho norte-americano e suas consequências para a distribuição de renda no país. Nos Estados Unidos a entrada no mercado de trabalho pelas mulheres se iniciou como uma forma de complementar a renda do marido em momentos de necessidade financeira e apresentava caráter temporário. Em razão do motivo que impulsionou a atividade econômica feminina, houve um predomínio da entrada de mulheres de baixa renda na população economicamente ativa, em um primeiro momento.

Esse fato levou a participação feminina no mercado de trabalho a apresentar caráter equalizador da distribuição da renda norte-americana. Por mais que a remuneração obtida pelas mulheres apresentasse maior variação em sua distribuição e fosse menor do que a obtida pelos maridos, pelo fato da renda feminina se concentrar entre as famílias de menor renda houve queda na desigualdade de renda. No entanto, a maioria das pesquisas projetava que conforme a entrada de mulheres casadas com maridos com maiores rendimentos aumentasse e que as mulheres jovens e solteiras que priorizaram a carreira ao casamento formassem novos núcleos familiares, a participação das mulheres no mercado de trabalho passaria a apresentar caráter favorável à desigualdade de renda (Treas, 1987).

O primeiro estudo brasileiro encontrado semelhante aos realizados internacionalmente foi produzido por Barros & Mendonça (1989) a partir da PNAD de 1985. No Brasil assim como nos Estados Unidos, a entrada da mulher no mercado de trabalho esteve atrelada a complementação da renda dos esposos. A taxa de ocupação entre mulheres casadas com homens desempregados foi maior do que a apresentada por mulheres casadas com maridos ocupados, para todas as nove regiões metropolitanas estudadas. A taxa de ocupação entre as regiões metropolitanas variou entre 35,1% em São Paulo até 47,2% em Porto Alegre. Já a contribuição média das esposas para orçamento familiar variava entre 12,2% na região metropolitana de Recife até 17% em Porto Alegre.

Os resultados dos autores a respeito do efeito dos rendimentos das esposas sobre a distribuição de renda apontou caráter concentrador. Resultado contrário aos apresentados pelas pesquisas apresentadas por Treas (1987) para a sociedade norte-americana. Um dos motivos levantados por Barros & Mendonça seria a maior variância dos rendimentos femininos comparados aos dos cônjuges. Os pesquisadores brasileiros projetaram que conforme a penetração feminina no mercado de trabalho crescesse haveria melhor distribuição dos rendimentos entre as mulheres, o que ocasionaria uma mudança do caráter concentrador da renda das esposas para um perfil redistributivo.

Leone & Baltar (2008), a partir da PNAD 2006, encontraram entre as mulheres brasileiras taxa de participação da ordem de 52,6% e taxa de ocupação em torno de 42,4%. A semelhança entre os valores apresentados por Leone & Baltar e Barros & Mendonça são somente aparentes, dado que o trabalho anterior contemplava somente as maiores áreas metropolitanas brasileiras – em que se espera encontrar maior atividade econômica e maior rapidez da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Hoffmann & Leone (2004) encontraram crescimento da participação das esposas na composição das rendas domiciliares brasileiras entre 1981 e 2002 passando de 15,7% para 23,8%. Apesar da distância ainda elevada, houve progresso na relação entre os salários femininos e masculinos de 55,7% para 70,6%, no mesmo período. Os autores encontraram ainda que a desigualdade na remuneração feminina, mensurada pela decomposição do Coeficiente de Gini, cresceu entre 1981 e 2002. Esse fato somado ao aumento da participação feminina na composição dos rendimentos domiciliares aumentou a participação do rendimento das mulheres sobre a desigualdade na distribuição de renda, no período estudado, de 16,7% para 24,9%.

Os resultados de Hoffmann & Leone refutam a expectativa de Barros & Mendonça a respeito do impacto da renda das mulheres sobre a redução da desigualdade da distribuição de renda. O mesmo resultado serve de indício para a confirmação da hipótese que a proximidade de rendimentos entre os cônjuges favorece a concentração de riqueza no Brasil. Se a tônica da composição dos matrimônios brasileiros não fosse a similaridade de rendimentos entre os cônjuges, a maior participação da renda das mulheres poderia contrabalancear a distribuição de renda masculina.

Não foram encontrados estudos a respeito do Brasil que verificassem diretamente como a composição dos matrimônios tem efeito sobre a distribuição de renda. No entanto, trabalhos internacionais a esse respeito podem trazer elementos úteis a essa discussão.

Martin (2006) ao estudar o efeito da estrutura familiar na distribuição de renda encontrou que uniões oficiais apresentam a menor desigualdade de renda intra-grupo e maiores chances de estarem no topo da estratificação por renda. Essa pesquisa separa uniões oficiais de casais coabitantes, sendo os últimos menos propensos que as uniões oficiais a se encontrarem no topo da distribuição de renda e são menos homogêneos quanto à distribuição de renda. Ressalta-se que os dois modelos de família compostos por dois membros no núcleo são os dois grupos com maiores chances de se encontrarem no topo da distribuição de renda. Em seguida e em ordem decrescente encontram-se as estruturas familiares: pais solteiros; viúvos (ambos os sexos), mulheres divorciadas; e por fim, mães solteiras que não casaram.

O estudo de Martin mostra a importância do papel da formação de laços conjugais para a futura condição socioeconômica de um indivíduo adulto e seus filhos. Encontrar um parceiro duradouro é elemento importante tanto para a manutenção de uma posição privilegiada quanto para a tentativa de alcançar uma posição melhor do que a sua condição original. Essa é exatamente a conclusão de Ermisch *et al.* (2005) a respeito da possibilidade

de mobilidade econômica intergeracional para o Reino Unido e Alemanha. Segundo os autores, em ambos os países a posição de destino de um indivíduo depende consideravelmente do cônjuge escolhido. De 40 a 50% da covariância entre o rendimento da família atual de um indivíduo e o rendimento da família de seus pais pode ser atribuído ao processo de seleção de parceiros para o casamento.

Fernández *et al.* (2005) estudaram 34 países, inclusive o Brasil, a respeito do efeito da variação dos prêmios educacionais na intensidade de homogamia e, em seguida, o efeito da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda. Os resultados apontaram que a proximidade da escolaridade e da renda entre os cônjuges cresce conforme: 1) eleva-se a diferença dos prêmios educacionais para indivíduos com e sem nível de ensino superior; 2) cresce a diferença na taxa de participação no mercado de trabalho masculina e feminina; 3) aumenta o hiato entre as remunerações obtidas por mulheres e homens.

Segundo os autores, à medida que cresce a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho, diminui o número de parceiras com potencial socioeconômico relevante para os homens. Esse fato é agravado quando a diferença de premiação educacional para indivíduos com e sem nível educacional superior é elevada. Essa situação levaria a uma crescente atratividade das poucas mulheres bem estabelecidas no mercado de trabalho e que prefeririam e poderiam escolher os parceiros economicamente mais vantajosos.

Fernández *et al.* (2005) demonstram também que quanto mais a composição dos matrimônios de uma sociedade tende a similaridade educacional entre os cônjuges, maior é a sua desigualdade de renda. Como a proximidade entre a escolaridade dos cônjuges é maior em sociedades com os maiores prêmios educacionais para os níveis de ensino superiores, é possível supor que exista correlação positiva entre a similaridade de renda dos cônjuges e a desigualdade de distribuição de renda.

Os trabalhos de Barros & Mendonça (1989), Hoffmann & Leone (2004) e Leone & Baltar (2008) apontam que o papel da mulher no mercado de trabalho brasileiro e na composição da renda familiar cresce de modo a corroborar a abordagem competitiva do processo de seleção do cônjuge; no qual as características socioeconômicas femininas passam a ser um atrativo relevante à escolha masculina de uma parceira, do mesmo modo que já ocorreria na decisão feminina sobre seu parceiro.

Entretanto, no Brasil, a inserção feminina no mercado de trabalho e sua participação na composição da renda familiar ainda não alcançou o padrão de países desenvolvidos e mesmo de alguns países da América Latina (Fernández *et al.*, 2005). Por essa razão, é

possível que a similaridade de renda e educacional entre os cônjuges continue a crescer ou mantenha-se em um estado elevado e, desse modo, contribua com a desigualdade na distribuição de renda brasileira.

Ainda, a bibliografia internacional (Ermisch *et al.*, 2005 e Martin, 2006) aponta para a importância da estrutura familiar e do laço matrimonial para a definição da posição social de destino de um indivíduo. Tais resultados favorecem o argumento que um indivíduo ao oferecer os próprios rendimentos com o objetivo de atrair um parceiro economicamente atraente, a renda individual passa a ser um recurso social que pode ser utilizado para aumentar a chance de sucesso em uma ação propositada (Lin, 2001), qual seja, a formação de um novo núcleo familiar que disponha do maior montante de recursos econômicos possíveis para satisfazer às necessidades materiais da família a que dá origem e colocá-la na melhor posição possível na estrutura social.

Pode-se afirmar, então, que a sociedade brasileira apresenta todos os pré-requisitos necessários para que a composição dos matrimônios seja um elemento relevante na explicação da desigualdade na distribuição de renda brasileira e, por conseguinte, na condição de rico.

4.2. Definição do Procedimento de Pesquisa

4.2.1. Orientação e Objetivo

Para testar o efeito da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda e a condição de rico, será comparado o estado dos casamentos brasileiros com uma situação contrafactual em que os indivíduos adultos envolvidos em uma relação conjugal serão descasados e, em seguida, recasados com parceiros diferentes e definidos aleatoriamente.

Serão executados dois modelos distintos para a realização das recombinações dos cônjuges. O primeiro apresenta um procedimento de aleatorização baseado em um parâmetro que condiciona a manutenção de algumas características do núcleo familiar original: a) unidade federativa em que residem os parceiros; b) faixa etária dos cônjuges envolvidos; c) número total de membros na família. O segundo modelo executa uma nova combinação aleatória dos cônjuges independente de qualquer critério.

A utilização destes dois grupos de controle distintos permite aumentar a robustez do resultado encontrado ao observar como algumas escolhas/características dos cônjuges podem afetar o teste.

Para a realização do teste foi utilizada a PNAD 2009. A mensuração da renda individual foi realizada através da variável “renda individual proveniente de todas as fontes”.

Para calcular a renda familiar *per capita* foi utilizada a mesma definição e operacionalização das famílias realizada no terceiro capítulo. Os estratos segundo a renda familiar *per capita* permanecem com a mesma definição dos intervalos já utilizados.

A seguir, será apresentado o procedimento de pareamento aleatório necessário à verificação do efeito da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda e a condição de rico.

4.2.2. Operacionalização do Pareamento Aleatório dos Cônjuges

O procedimento para a realização do pareamento aleatório é simples e sofre pequena alteração entre o Modelo 1, em que a aleatorização é condicionada por um parâmetro, e o Modelo 2, no qual ocorre uma aleatorização simples. Como a diferença entre os dois modelos é um passo adicional no Modelo 1, a explicação do procedimento será realizada conjuntamente.

1º Passo Excluir indivíduos que residam em um domicílio sem apresentarem grau de parentesco com o núcleo da família.

É o caso dos indivíduos definidos como “agregado”, “pensionista”, “empregado doméstico” e “parente do empregado doméstico”.

2º Passo Exclusão de famílias nas quais se encontra, em pelo menos um de seus membros, problemas na declaração das variáveis a respeito dos rendimentos, da escolaridade e da cor/raça.

É necessário retirar a família inteira do entrevistado com erros de declaração porque se fosse retirado somente o indivíduo haveria alteração nas informações da renda familiar per capita, por exemplo. A exclusão de famílias com erros de declaração nas variáveis sobre escolaridade e cor/raça se justifica nos procedimentos realizados nos testes do próximo capítulo. O objetivo é tratar exatamente das mesmas famílias e indivíduos em todos os procedimentos.

3º Passo Exclusão de famílias formadas por núcleos homoafetivos.

Essa decisão é de ordem estritamente metodológica. Houve declaração de 64 uniões homoafetivas na PNAD 2009, em um total de 156 pessoas entre cônjuges (128), filhos (15) e outros parentes (13). Em razão do pequeno conjunto de observações haveria grande chance de

que as recombinações dos cônjuges fossem iguais às combinações originais; principalmente no Modelo 1 em que existe um parâmetro que condiciona a aleatorização dos parceiros.

Além disso, no momento da análise da tabela a respeito da taxa de casais semelhantes, se fosse utilizada a informação de casais homossexuais e heterossexuais simultaneamente não seria possível observar diferenças de gênero porque em cada um dos eixos da tabela haveria indivíduos dos dois sexos.

Como Fernández *et al.* (2005) demonstrou a importância das diferenças entre homens e mulheres com relação à distribuição de rendimentos para o estudo da composição dos matrimônios e o número de observações de uniões homoafetivas, na melhor das hipóteses, permitiria alguma inferência estatística sofrível se optou por não realizar, por hora, estudo conjunto entre núcleos familiares compostos por casais homossexuais e heterossexuais.

Após os Passos 1 a 3, que dizem respeito ao tratamento da base de dados necessário para o procedimento de aleatorização, somente 4.93% das observações originais foram eliminadas da PNAD 2009.

Passo Extra Passo exclusivo para o Modelo 1. Gerar parâmetro que contenha, na ordem, as seguintes informações: i) unidade federativa (UF) em que residem os cônjuges; ii) faixa etária da esposa; iii) faixa etária do marido; iv) número total de membros da família.

Os critérios utilizados têm por objetivo controlar algumas decisões tomadas pelo núcleo familiar e ao mesmo tempo controlar questões estruturais relacionadas ao mercado de trabalho. A condição i obriga aos parceiros recombinados residirem originalmente na mesma UF porque é mais plausível que pessoas geograficamente mais próximas se encontrem com maior facilidade. A utilização de uma coordenada geográfica mais restritiva que a UF aumentaria a chance de após a aleatorização a recombinação coincidir com o núcleo familiar original. Essa condição ainda permite controle sobre a segmentação regional do mercado de trabalho.

As condições ii e iii permitem que a faixa etária do parceiro escolhido permaneça a mesma. Essas condicionantes são importantes para controlar questões referentes às escolhas pessoais como a maturidade do parceiro escolhido, a estabilidade da carreira do pretendente e critérios de atratividade física.

A última condição é um controle do número total de indivíduos de cada família que compartilham o montante da renda dos indivíduos adultos que trabalham. Essa variável é importante por indicar escolhas com respeito ao planejamento familiar.

O Modelo 1 fixa as escolhas e características demográficas e geográficas dos cônjuges. Nesse sentido, ele se orienta pelas decisões tomadas pelos indivíduos. Ao mesmo tempo, esse modelo impede os indivíduos que se encontravam casados de escolherem seu novo parceiro diretamente através da atratividade econômica. Desse modo é possível verificar em que medida a da atratividade econômica dos potenciais cônjuges é relevante para a formação dos laços matrimoniais.

O Modelo 2 não apresenta esse parâmetro para servir de contraponto a essas escolhas presentes no Modelo 1 e também à situação original. Seu objetivo é verificar como se comportaria a composição dos matrimônios caso não houvesse elementos socioeconômicos, demográficos ou geográficos envolvidos na escolha de um cônjuge. No limite, esse caso representaria como a afetividade “livre” de condicionantes estruturais atuaria na escolha do parceiro.

4º Passo Imputar nas esposas informações a respeito do número total de moradores do domicílio e a renda de filhos e outros parentes.

A função desse passo é garantir que após a recombinação seja possível calcular a renda familiar *per capita*. Para isso é necessário saber o montante total da renda familiar e o número total de membros da família. O montante total da renda familiar é a soma da renda de todos os membros da família acima dos 18 anos.

No modelo 1 não há problemas a respeito da variável número total de membros da família porque ambos os parceiros terão a mesma informação a esse respeito. Com respeito à existência de rendimentos oriundos dos filhos ou de outros parentes, no entanto, as informações podem ser diferentes. Nesse caso, serão utilizadas sempre as informações imputadas nas esposas a respeito da renda de seus filhos ou de seus outros parentes.

No modelo 2 tanto as variáveis número total de membros da família e os rendimentos provenientes de filhos ou parentes poderão ser diferentes. Novamente serão utilizadas as informações imputadas para as esposas.

5º Passo Separar maridos e esposas em duas bases de dados distintas.

A separação de esposas e maridos em bases de dados diferentes prepara as bases para a aleatorização da ordem em que as observações estão dispostas.

6º Passo Modelo 1: Acrescentar ao código do parâmetro criado no *Passo Extra* um código aleatório de seis dígitos. Na base de dados para maridos e na base dados para esposas.

Modelo 2: Gerar um código aleatório de seis dígitos. Na base de dados para maridos e na base dados para esposas.

O código aleatório permitirá a aleatorização das observações da base de dados. Ressalta-se que no Modelo 1, o parâmetro e o código aleatório não são somados um ao outro. Os dois códigos serão utilizados conjuntamente para ordenar a base de dados.

7º Passo Modelo 1: Reordenar as duas bases de dados segundo o parâmetro e o código aleatório.

Modelo 2: Reordenar as duas bases de dados segundo o código aleatório.

Por meio da aleatorização da ordem das observações, quando as bases de esposas e maridos forem unidas novamente, haverá o encontro de novos parceiros.

8º Passo Criar a variável denominada “identificador de cônjuge”, que vá de 1 até n, com n igual ao número total de observações nas bases.

A variável “identificador de cônjuge” permite a cada observação da base de dados das esposas e da base de dados dos maridos uma classificação particular de acordo com sua posição na ordem realizada através aleatorização. Cada esposa e cada marido terá somente um parceiro na outra base com o mesmo número de identificação.

É importante notar que o número total de observações nas duas bases é igual, antes da separação cada marido estava ligado a uma esposa e após a aleatorização cada marido estará ligado a uma nova esposa.

9º Passo Fundir a base de dados dos maridos à base de dados das esposas a partir da variável “identificador de cônjuge”.

Dado que o “identificador de cônjuge” para maridos e esposas varia de 1 a n, com n igual ao total de observações e as duas bases apresentam o mesmo tamanho, cada mulher e cada homem apresentaram somente um parceiro com o mesmo identificador. As informações de cada dupla composta por um marido e uma esposa darão origem a um novo núcleo familiar. O número de famílias no caso original é igual ao encontrado nos modelos aleatórios.

A respeito do sucesso do procedimento de aleatorização proposto é preciso dizer que, após o tratamento dos dados realizados nos Passos 1 a 3, havia 76358 núcleos familiares compostos por dois cônjuges. No Modelo 1 ocorreu a reincidência dos núcleos originais em 5103 casos, o que significa 6.68% dos casos. Como o Modelo 1 controla a aleatorização por meio de quatro condicionantes a margem de reincidência foi considerada aceitável. O Modelo

2, por se tratar de uma aleatorização plena das observações, não apresentou qualquer caso de reincidência dos núcleos originais.

As Tabela 4.1 e 4.2 apresentam as distribuições dos matrimônios segundo os Modelos 1 e 2. Cada uma das tabelas informa também qual seria a frequência esperada caso haja independência entre as variáveis de remuneração individual das esposas e dos maridos. Em cada célula há duas informações distintas, a superior informa a frequência dos casamentos aleatoriamente formados, e a inferior, entre parênteses, representa a frequência esperada.

Tabela 4.1 Frequência Relativa dos Matrimônios Segundo Estratos de Renda Individual de Todos os Rendimentos para Maridos e Esposas (Modelo 1 e Esperada)

Estratos de Renda Individual dos Maridos	Estratos de Renda Individual das Esposas					
	Até 25%	> 25 até 50%	> 50 até 75%	> 75 até 95%	> 95 até 99%	> 99 até 100%
Até 25%	5,338% (5,120%)	4,879% (4,727%)	3,979% (3,839%)	2,867% (2,757%)	0,665% (0,632%)	0,165% (0,153%)
> 25 até 50%	7,371% (7,055%)	6,923% (6,513%)	5,476% (5,290%)	4,095% (3,799%)	0,914% (0,871%)	0,205% (0,211%)
> 50 até 75%	7,791% (8,101%)	7,340% (7,479%)	6,053% (6,074%)	4,194% (4,363%)	1,004% (1,000%)	0,250% (0,242%)
> 75 até 95%	7,050% (7,444%)	6,411% (6,872%)	5,285% (5,582%)	3,754% (4,009%)	0,824% (0,919%)	0,215% (0,223%)
> 95 até 99%	1,675% (1,598%)	1,457% (1,476%)	1,173% (1,198%)	0,887% (0,861%)	0,200% (0,197%)	0,041% (0,048%)
> 99 até 100%	0,494% (0,400%)	0,426% (0,370%)	0,316% (0,300%)	0,208% (0,216%)	0,060% (0,049%)	0,013% (0,012%)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Tabela 4.2 Frequência Relativa dos Matrimônios Segundo Estratos de Renda Individual de Todos os Rendimentos para Maridos e Esposas (Modelo 2 e Esperada)

Estratos de Renda Individual dos Maridos	Estratos de Renda Individual das Esposas					
	Até 25%	> 25 até 50%	> 50 até 75%	> 75 até 95%	> 95 até 99%	> 99 até 100%
Até 25%	5,346% (5,120%)	4,874% (4,727%)	3,945% (3,839%)	2,891% (2,757%)	0,670% (0,632%)	0,162% (0,153%)
> 25 até 50%	7,344% (7,055%)	6,873% (6,513%)	5,507% (5,290%)	4,089% (3,799%)	0,900% (0,871%)	0,208% (0,211%)
> 50 até 75%	7,797% (8,101%)	7,345% (7,479%)	6,033% (6,074%)	4,202% (4,363%)	1,014% (1,000%)	0,253% (0,242%)
> 75 até 95%	7,078% (7,444%)	6,448% (6,872%)	5,292% (5,582%)	3,732% (4,009%)	0,835% (0,919%)	0,204% (0,223%)
> 95 até 99%	1,655% (1,598%)	1,472% (1,476%)	1,191% (1,198%)	0,884% (0,861%)	0,190% (0,197%)	0,048% (0,048%)
> 99 até 100%	0,498% (0,400%)	0,425% (0,370%)	0,316% (0,300%)	0,207% (0,216%)	0,058% (0,049%)	0,013% (0,012%)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Ao comparar a frequência das distribuições dos Modelos 1 e 2 com a frequência esperada, é possível verificar que os valores de cada distribuição na mesma célula são

bastante próximos. Assim, está garantido que os Modelos 1 e 2 cumpriram satisfatoriamente sua função de recasar os cônjuges de forma que não houvesse relação de dependência entre as variáveis dos recursos econômicos em posse de esposas e maridos.

4.2.3. Limitações do Procedimento

O procedimento de pesquisa proposto é de caráter contrafactual e estacionário. Ele captura uma situação instantânea da distribuição de renda brasileira em um ponto específico no tempo, 26 de setembro de 2009². O procedimento compara a situação original com uma situação hipotética idêntica à anterior, exceto no que diz respeito à relação entre os recursos econômicos individuais na posse das esposas e seus maridos.

Esse exercício condiciona a todos os outros determinantes da distribuição de renda que permaneçam constantes e que não sofram alteração quando os laços matrimoniais forem alterados. Seu objetivo é visualizar, tudo o mais constante, o efeito imediato das transformações nos núcleos familiares sobre a distribuição de renda.

Obviamente, essa abordagem carrega consigo um risco. É desnecessário afirmar que alterações na renda familiar *per capita* interferem no mercado de trabalho de maneiras diretas e indiretas. Alguns indivíduos poderiam deixar de trabalhar, enquanto outros passariam a trabalhar, em razão da mudança de situação econômica dos cônjuges para melhor, ou pior, estado. Haveria mudança na escolaridade dos indivíduos uma vez que alguns poderiam ser beneficiados por investimentos educacionais do parceiro, enquanto outros deixariam de ser favorecidos em razão da pior condição financeira do novo par. Ainda, os novos casais poderiam mudar suas decisões a respeito do número de filhos que desejam ter e de receber outros parentes em sua casa.

Essas transformações inexistentes no procedimento proposto alterariam a oferta de mão de obra qualificada e os prêmios educacionais segundo as credenciais escolares disponíveis. Também ocorreriam mudanças de ordem demográfica. Esse conjunto de mudanças de segunda ordem impactaria na distribuição final da renda familiar *per capita*.

Apesar das limitações discutidas, um estudo dinâmico a respeito do efeito dos critérios de formação dos laços matrimoniais sobre a distribuição da renda familiar *per capita* exigiria um nível de complexidade e sofisticação técnica com custos elevados.

² A data de referência da PNAD 2009 é 26 de setembro de 2009.

Seria necessário um modelo capaz de prever quais indivíduos entrariam e deixariam a população economicamente ativa. Essa decisão deveria levar em conta não somente a nova renda familiar *per capita* obtida após a aleatorização dos cônjuges, como também: a oferta e qualificação da mão de obra disponível; os novos valores dos prêmios por credenciais educacionais; o número de vagas disponíveis no mercado; e se os novos níveis dos salários atrairiam determinado indivíduo.

Seria necessária, também, a previsão das taxas de fertilidade para cônjuges em diferentes estratos de renda e de escolaridade. Ainda seria preciso estabelecer se as transformações de ordem socioeconômica e demográficas ocorreriam simultaneamente ou se em uma ordem lógica pré-estabelecida.

Em razão dos obstáculos a serem solucionados para a realização de um estudo dinâmico dessa envergadura e de não haver sido encontrado estudo brasileiro anterior a respeito do efeito da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda; a realização de um modelo estacionário permite averiguar a validade da hipótese proposta, antes da realização de um modelo dinâmico.

Uma limitação de outra ordem é a incapacidade do procedimento em estudar novas estruturas nucleares díades como as uniões entre homossexuais. As razões para não haver incluído as uniões homoafetivas já foram discutidas no 3º Passo da seção anterior. Não foi encontrado estudo brasileiro a respeito da composição dos matrimônios entre parceiros homossexuais e sua relação com a distribuição de renda. Os trabalhos internacionais estudados também não tratam do assunto. Acrescentar essa questão em estudos futuros é importante, uma vez que não foi encontrada informação que indique se as uniões homo e heterossexuais seguem os mesmos princípios e se apresentam o mesmo efeito sobre a distribuição de renda.

4.3. Verificação do Efeito da Composição dos Matrimônios Sobre a Distribuição de Renda Brasileira.

O teste realizado nesta seção fará uso dos modelos de aleatorização dos parceiros envolvidos em relações matrimoniais. Será observada a distribuição de renda das famílias brasileiras na condição original e nos dois modelos de aleatorização dos cônjuges propostos.

O objetivo é verificar o efeito da similaridade na remuneração individual de cada cônjuge sobre a distribuição de renda em toda a sociedade. A condição da distribuição da

renda familiar *per capita* da sociedade brasileira em 2009 será, então, comparada com os novos núcleos familiares estabelecidos pelos modelos aleatórios.

É esperado que as taxas de homogamia proporcionalmente maiores encontradas entre os indivíduos detentores das maiores rendas individuais e o viés de distância social que reduz os casamentos conforme cresce a distância entre estratos³ impulsionem a concentração de renda no Brasil. Desse modo, os modelos aleatórios devem apresentar distribuições de renda menos desiguais entre as famílias.

Antes de passar para o teste do efeito da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda e a formação dos ricos, é necessário discutir as medidas de desigualdades que serão utilizadas.

4.3.1. Medidas de Desigualdade P_α e R_α

As medidas trabalhadas serão as mesmas utilizadas por Medeiros (2005) em seu estudo sobre a formação dos ricos. No trabalho, o autor explica a necessidade de medidas que sigam os axiomas da monotonicidade e da transferência (originalmente explicitados por Sen, 1976).

O primeiro axioma tem por objetivo garantir a sensibilidade da medida de pobreza a uma redução na renda de um pobre e a sensibilidade da medida de riqueza a um incremento no rendimento de um rico. A finalidade do segundo axioma é assegurar que caso haja transferência direta de remuneração de um pobre para um rico a medida de pobreza se assevere; do mesmo modo, caso aconteça transferência de recursos de um rico para um pobre a medida de riqueza será reduzida.

O cumprimento desses dois axiomas permite a uma medida de pobreza ou riqueza a sensibilidade i) à incidência; ii) à intensidade e; iii) à desigualdade da distribuição dos recursos interna ao grupo. A incidência é a proporção de um grupo na população total. A intensidade diz respeito à magnitude da condição de pobreza ou riqueza. Por fim, a medição da desigualdade da distribuição interna ao grupo corresponde à interação entre incidência e intensidade.

³ Como já discutido, não foi possível detectar o efeito do viés de distância social entre os membros do estrato inferior da renda individual. A explicação oferecida (p. 40 e seguintes) diz respeito à discriminação da mulher no mercado de trabalho e ao tipo de união de caráter tradicional, na qual a mulher não participa como provedora da família. As uniões tradicionais não se adéquam à abordagem competitiva do mercado matrimonial utilizada.

A classe de indicadores P_α , proposta por Foster, Greer & Thorbecke (1984) cumpre com os axiomas da monotonicidade e transferência. Outra vantagem dessa classe de indicador é sua simplicidade conceitual. Sua fórmula geral é assim definida:

$$P_\alpha = \frac{1}{n} \sum_{l=1}^q \left(\frac{z_p - y_l}{z_p} \right)^\alpha, \text{ tal que } z_p \geq y_l \text{ e } \alpha = 0, 1, 2, \dots, n$$

P_α é a medida de pobreza, n o tamanho da população⁴, l representa o número de indivíduos pobres que varia de 1 até q . Z_p é a linha de pobreza e y_l , a renda familiar *per capita* de cada indivíduo, l , cuja renda é igual ou menor a linha de pobreza. O índice α define se o indicador mensura a incidência, intensidade ou desigualdade de distribuição interna, quando α assume valor igual à zero, um ou dois, respectivamente.

Quando $\alpha = 0$, o termo entre parênteses será necessariamente igual a um. Assim o somatório dos l pobres de 1 a q será igual a q . P_α assumirá o valor de $\frac{q}{n}$, ou seja, a incidência de pobreza na população. No caso, P_0 já está definido em 0.25 porque a linha de pobreza foi definida para considerar pobre todo aquele indivíduo cuja renda *per capita* for menor ou igual àquela assumida pelo vigésimo quinto percentil.

Para $\alpha = 1$, será mensurada a intensidade de pobreza. O somatório, para todo indivíduo pobre, da diferença entre a linha de pobreza e sua renda, padronizada pela linha de pobreza⁵, é o hiato agregado de pobreza. Quanto maiores forem as diferenças entre a renda familiar *per capita* dos habitantes à linha de pobreza, maior será o valor de P_1 .

Quando $\alpha = 2$, P_2 mensura a interação entre a intensidade e a incidência de pobreza em uma distribuição. A razão para isso é o fator quadrático aumentar o peso no resultado das diferenças que apresentam maior incidência, ou seja, frequência. Isso permite comparar distribuições em que há poucos pobres e eles estão distantes da linha de pobreza e outras com muitos pobres e todos próximos à linha de pobreza, por exemplo.

O indicador R_α proposto por Medeiros (2005) é análogo ao P_α , todavia, no lugar de ser uma medida de pobreza é uma medida de riqueza. A conversão da classe de indicadores P_α em R_α é simples porque o núcleo conceitual do primeiro é a linha de pobreza, de tal forma

⁴ A divisão do somatório pelo número de habitantes é uma padronização que permite a comparação entre distribuições de renda de sociedades com populações de tamanhos diversos, ou ao longo do tempo para uma mesma sociedade.

⁵ A padronização pela linha de pobreza tem por objetivo permitir a comparação do indicador entre diferentes distribuições de renda.

que ao se aplicar o mesmo raciocínio através da utilização da linha de riqueza é possível encontrar R_α . Sua fórmula é definida da seguinte forma:

$$R_\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^m \left(\frac{y_i - z_r}{z_r} \right)^\alpha, \text{ tal que } y_i \geq z_r \text{ e } \alpha = 0, 1, 2, \dots, n$$

R_α é a medida de riqueza, n o tamanho da população, i representa o número de indivíduos ricos que varia de 1 até m . Z_r é a linha de riqueza e y_i , a renda familiar *per capita* de cada indivíduo, i , cuja renda é maior ou igual a linha de riqueza. O índice α define se o indicador mensura a incidência, intensidade ou desigualdade de distribuição interna, quando α assume valor igual à zero, um ou dois, respectivamente.

De forma análoga à classe de indicadores P_α , R_0 mensura a incidência de riqueza, R_1 a intensidade de riqueza e R_2 a interação entre incidência e intensidade de riqueza. R_0 também já está definido em 0.01 porque a linha de riqueza foi definida para considerar rico todo aquele indivíduo cuja renda *per capita* for maior ou igual àquela assumida pelo nonagésimo nono percentil.

A desvantagem das classes de indicadores P_α e R_α é a dificuldade de sua interpretação individualmente, uma vez que seus valores podem variar de forma ilimitada. Isso torna os indicadores P_α e R_α menos compreensíveis, a princípio, do que o Coeficiente de Gini, cuja variação ocorre em um intervalo limitado entre zero e um.

No entanto, uma vez que a utilização dessas classes de indicadores seja comparativa, entre diferentes distribuições de renda, sua interpretação é simples. Dado que P_α e R_α assumem somente valores positivos, qualquer variação negativa entre um par de indicadores P_α ou R_α significará queda na concentração de pobreza ou riqueza, respectivamente. Do mesmo modo, uma variação positiva significa incremento na concentração de pobreza ou riqueza.

A seguir serão apresentados os resultados a respeito da distribuição de renda da sociedade brasileira para a situação original. Ela será comparada às distribuições de renda do Modelo 1 e Modelo 2, nos quais foram realizados aleatorização dos cônjuges. Desse modo será possível verificar como a composição dos matrimônios interfere na distribuição de renda brasileira e na condição de ser rico.

4.3.2. Resultados

O teste do efeito da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda das famílias brasileiras será dividido em duas partes. Na primeira será observado o efeito da composição dos matrimônios sobre a subpopulação das famílias compostas por dois cônjuges. Em seguida, será observada a condição da distribuição de renda brasileira para todas as famílias independente de sua estrutura demográfica.

Há uma diferença importante nas duas partes do teste. Na primeira, todas as famílias envolvidas passaram pelo processo de aleatorização dos membros que compõem o núcleo, ou seja, os cônjuges. No segundo caso, existem famílias monoparentais e unipessoais, por exemplo. Uma vez que essas famílias não estavam efetivamente envolvidas em uma união matrimonial em 2009, não faria sentido envolvê-las em um procedimento de aleatorização de cônjuges.

Esse fato terá uma implicação importante na segunda etapa do teste. Parte da distribuição de renda das famílias nos modelos aleatórios será idêntica à distribuição original. Por essa razão, é esperado que o efeito da composição dos matrimônios seja maior para a subpopulação de famílias compostas por dois cônjuges do que para todo o conjunto de famílias brasileiras.

Antes de apresentar os dados resta esclarecer que os valores definidores das linhas de pobreza e riqueza foram estabelecidos através dos percentis da distribuição de renda das famílias e não dos indivíduos. Essa seção discute sobre o 1% das famílias mais ricas e os 25% das famílias mais pobres. A linha de pobreza foi estabelecida em R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais) *per capita*, a linha de riqueza, por sua vez, assume o valor de R\$ 5790,00 (cinco mil setecentos e noventa reais) *per capita*.

Ainda, as linhas de riqueza e pobreza foram estabelecidas a partir de todo o conjunto de estruturas familiares, por essa razão os valores de P_0 e R_0 somente assumirão, respectivamente, os valores 0,25 e 0,01 quando se tratar da tabela que leva em conta o conjunto de todas as famílias. No caso da subpopulação de famílias formadas por núcleos díades, P_0 e R_0 não necessariamente assumirão esses valores.

A Tabela 4.3 apresenta as medidas das classes de indicadores P_α e R_α para as distribuições da base de dados original da PNAD 2009 e os dois modelos aleatórios utilizados. A partir dessas informações será possível observar o efeito da composição dos matrimônios sobre os dois extremos da distribuição de renda familiar *per capita*.

Tabela 4.3 Testes P_α e R_α , Somente para a Subpopulação de Famílias Compostas por Dois Cônjuges

	Base original	Modelo 1		Modelo 2	
	Resultado	Resultado	Varição para o original	Resultado	Varição para o original
P_0	0,265075	0,243449	-8,16%	0,233730	-11,82%
P_1	0,104755	0,095427	-8,90%	0,088326	-15,68%
P_2	0,060618	0,056156	-7,36%	0,050922	-15,99%
R_0	0,007449	0,005769	-22,56%	0,005255	-29,45%
R_1	0,004298	0,003138	-26,98%	0,002273	-47,12%
R_2	0,009779	0,007471	-23,60%	0,005605	-42,68%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Como esperado, a distribuição original apresentou maior concentração de pobreza e riqueza do que os modelos aleatórios. Além disso, o Modelo 2 apresentou maior redução em seus indicadores do que o Modelo 1. A maior parte dessa redução provavelmente se deve a ausência de controle para a região onde residem os cônjuges e para o número de membros na família.

A segmentação regional do mercado de trabalho tem efeito sobre a remuneração individual que compõe o montante da renda familiar. Ao ignorar o número de membros da família no momento da aleatorização, o Modelo 2 altera o divisor da fórmula da renda *per capita*. O efeito das variáveis de controle é maior sobre a intensidade e desigualdade interna do que sobre a incidência de pobreza. O que indica que esses elementos seriam mais importantes para explicar desigualdades dentro do grupo do que a existência da pobreza em si.

A diferença de variação entre as classes P_α e R_α na comparação da base original com os modelos propostos é evidente. O controle da formação dos laços matrimoniais, segundo critérios econômicos, contribui com maior intensidade para a redução da riqueza do que para a diminuição da pobreza.

Uma razão para o pequeno efeito na concentração de pobreza quando comparado ao efeito obtido para a concentração de riqueza é a baixa remuneração individual de todas as fontes entre os mais pobres. Supondo uma família composta por dois cônjuges – provedores – e dois filhos – sem rendimentos – para que ela esteja acima da linha de pobreza seria necessária uma remuneração superior a R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) por cônjuge. Uma vez que 65,96% das mulheres e 27,53% dos homens ganham até R\$ 470,00; a probabilidade de se formem famílias pobres é significativa.

Ainda para o exemplo acima, a união entre uma pessoa com remuneração abaixo de R\$ 470,00 com alguém cuja remuneração supere a sua diferença – e de seus dependentes –

para a linha da pobreza retira a família formada da condição de pobreza. O raciocínio análogo permite explicar que pessoas cujos rendimentos estão pouco acima de R\$ 470,00 podem formar famílias pobres desde que casem com parceiros cujo rendimento esteja suficientemente abaixo de R\$ 470,00.

Como o número de indivíduos com remuneração pouco superior a R\$ 470,00 é maior que o número de indivíduos cuja remuneração é consideravelmente superior a R\$ 470,00, então, a quantidade de casamentos que dará origem a novas famílias pobres é significativo.

Sob a ótica da teoria do capital social, os indivíduos sem ativos valiosos que casaram com pessoas na mesma condição não acumularam, através do laço matrimonial, os recursos sociais necessários para a formação de uma família que ocupe uma posição mais elevada na estrutura social.

A respeito dos ricos, é importante ressaltar que o maior efeito da composição dos matrimônios sobre esse estrato é coerente com o fato de sua taxa de casais semelhantes ser, proporcionalmente, a maior encontrada no terceiro capítulo, quando foi estudada a similaridade de remuneração entre os cônjuges de diferentes estratos.

Ao compararmos a situação da concentração de riqueza entre a situação original e o Modelo 1, que mantém as decisões dos cônjuges a respeito de questões demográficas e geográficas, se observa que a ausência do critério da condição econômica do parceiro reduziu, sozinho, a incidência de riqueza em mais de 22%. A intensidade caiu em quase 27% e a desigualdade interna do grupo se reduziu em mais de 23%.

A variação negativa entre a situação original e o Modelo 2 é ainda mais intensa. A interação entre a mudança de formação dos laços com as características demográficas e geográficas reduziu em mais de 29% a incidência de riqueza, em quase metade o indicador de intensidade e em mais de 42% a desigualdade interna do grupo.

Provavelmente a mudança nas taxas de fertilidade dos ricos, ao permitir casamentos independentemente do número de membros na família, foi o fator de maior interação com a ausência de critérios econômicos na formação dos laços matrimoniais. Medeiros (2005) aponta que a proporção de adultos entre os ricos é maior do que nos demais estratos e Wajnman *et al.* (2007) argumentam que a porção desses adultos com até 29 anos caiu nos últimos anos, enquanto subiu a parcela daqueles acima dos 30 anos. Isso significa que os ricos apresentam menos dependentes em suas famílias.

Por essa razão ao alterar simultaneamente o cônjuge de um indivíduo, que anteriormente pertencia a uma família rica, para um parceiro de menor remuneração e

umentar o número total de membros dependentes na família houve uma mudança significativa na renda familiar *per capita* daqueles que anteriormente estavam no topo da distribuição.

Medeiros (2005), ao estudar isoladamente a relação entre a taxa de fertilidade e a formação dos ricos, não encontrou efeito relevante. Esse fato corrobora as conclusões de Mare (2000) e Fernández & Rogerson (2001) da necessidade de trabalhar conjuntamente as transformações relacionadas ao diferencial nas taxas de fertilidade por segmentos da sociedade e ao processo de formação dos laços matrimoniais.

No entanto, a conclusão de Medeiros (2005) sobre a diferença da taxa de fertilidade entre ricos e não-ricos não ser capaz de explicar a formação da elite econômica brasileira continua válida. Ao se comparar os indicadores R_α dos Modelos 1 e 2, é perceptível que a variação deles com relação à base original apresenta pequena diferença no que diz respeito a incidência de riqueza. A diferença significativa entre os dois modelos se encontra na intensidade e na desigualdade interna do grupo.

O fato dos modelos aleatórios apresentarem R_0 próximos, porém R_1 e R_2 significativamente diferentes leva a interpretação que a interação entre a taxa de fertilidade e a formação dos laços matrimoniais é mais importante para explicar a diferença no nível de riqueza entre as famílias ricas do que especificamente a condição de ser rico. O elemento capaz de explicar a formação dos ricos é a composição dos matrimônios que apresenta grande proporção de cônjuges com remunerações similares.

A partir da teoria do capital social, é possível concluir que o casamento de dois indivíduos é um laço importante para o acesso a um montante de recursos sociais suficientemente grande que permita à família desse casal alcançar uma posição no topo da estrutura social.

Quando houve a aleatorização dos laços matrimoniais, ocorreu uma redistribuição dos ativos entre os novos casais que impediu a concentração de – ou restrição de acesso a – renda no montante necessário para que se alcançasse a condição de família rica. Por esse motivo, a similaridade entre a renda de mulheres e homens que possuem remuneração elevada é uma condição necessário para que eles, ao se casarem, constituam uma família rica.

A taxa de homogamia mais elevada entre os ricos aponta para que esses indivíduos participem de uma rede de relações sociais com grau de fechamento superior àquelas em que se localizam membros de outros estratos. Esse nível de fechamento parece funcionar como

um mecanismo de restrição ao acesso à interação de indivíduos de outros estratos com os parceiros em potencial para o matrimônio que sejam economicamente atrativos.

Através do grau de fechamento e da conseqüente restrição do acesso aos parceiros mais atrativos economicamente, a rede de relacionamento dos ricos permite o caráter endógeno do matrimônio entre seus membros. Decorre dessa situação a similaridade de remuneração entre os cônjuges e a concentração dos recursos econômicos no interior dos matrimônios da rede daqueles indivíduos que já ocupariam uma posição privilegiada na estrutura social. Desse modo, o casamento entre os ricos tem o efeito de manutenção de suas posições na estrutura social, ou seja, o casamento é um elemento explicativo da condição de riqueza.

Agora será discutido o efeito da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda de todo o conjunto de famílias brasileiras. Os resultados podem ser observados na Tabela 4.4.

Tabela 4.4 Testes P_α e R_α , para Toda a População de Famílias Brasileiras

	Base original	Modelo 1		Modelo 2	
	Resultado	Resultado	Varição para o original	Resultado	Varição para o original
P_0	0,249932	0,235854	-5,63%	0,229585	-8,14%
P_1	0,102273	0,096101	-6,03%	0,091458	-10,57%
P_2	0,062415	0,059462	-4,73%	0,056010	-10,26%
R_0	0,010007	0,008896	-11,11%	0,008451	-15,55%
R_1	0,006547	0,005783	-11,68%	0,005204	-20,51%
R_2	0,016772	0,015245	-9,10%	0,014035	-16,32%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

A diferença mais significativa entre o que foi encontrado nas Tabelas 4.3. e 4.4 é a magnitude das variações entre o caso original quando comparado aos dois modelos aleatórios. A interpretação continua a mesma, a mudança está no efeito inferior da composição dos matrimônios sobre a distribuição de renda do conjunto de todas as estruturas familiares da sociedade brasileira. O que já era esperado.

A interferência da composição dos matrimônios sobre a concentração de pobreza se tornou bastante reduzida no Modelo 1 e diminuiu também no Modelo 2. Houve queda também no efeito sobre a concentração de riqueza, todavia a composição dos matrimônios permanece mais importante para a explicação da concentração de riqueza do que da concentração de pobreza.

Novamente a interação das características demográficas e geográficas, controladas no Modelo 1 e sem controle no Modelo 2, com a composição dos matrimônios foram mais relevantes no efeito sobre R_1 e R_2 do que sobre a incidência de riqueza. Isso é consistente com interpretação proposta, segundo a qual, a interação entre a taxa de fertilidade e a composição dos matrimônios é mais importante para explicar a diferença no nível de riqueza entre as famílias ricas do que especificamente a formação de uma família rica.

A composição dos matrimônios continua a apresentar maior importância na explicação da formação dos ricos do que as variáveis de controle. Seu efeito continua significativo mesmo em um contexto mais amplo, no qual foram incluídas as demais estruturas familiares brasileiras.

4.4. Conclusões Preliminares

Os resultados dos testes desse capítulo informam que a tendência à similaridade de renda entre os cônjuges tem efeito na direção da concentração de recursos econômicos para uma minoria da população, os ricos. Por esse motivo, a condição de rico depende da tendência à similaridade de renda na composição dos matrimônios brasileiros.

Ao comparar uma situação hipotética, na qual existe independência na distribuição dos rendimentos de esposas e maridos, com a distribuição dos rendimentos dos cônjuges brasileiros, em 2009, se encontrou que os laços matrimoniais são responsáveis por acumular o montante de recursos econômicos necessários para que uma família alcance a condição de rico.

Na situação hipotética da redistribuição dos cônjuges um número ainda menor de famílias foi capaz de alcançar a posição de rico, quando comparada à situação original. Poucas e específicas combinações de cônjuges estão aptas a alcançar o montante de rendimentos necessários a essa meta. De modo geral, somente dois indivíduos com remunerações elevadas apresentam a possibilidade de constituírem uma família rica.

Ao impor independência entre os recursos econômicos dos cônjuges no momento da formação dos laços matrimoniais, essa combinação específica se provou menos provável de ocorrer do que acontece no conjunto dos matrimônios brasileiros originais. Desse modo, a importância explicativa da tendência à similaridade socioeconômica entre os cônjuges para a origem de famílias ricas foi validada pelos testes propostos.

Uma vez que uma parte significativa dos brasileiros não é capaz de garantir sozinha a condição de riqueza de sua família e para tal objetivo depende do laço estabelecido com seu

cônjuge, é possível afirmar que a família é uma rede importante para a transmissão e a acumulação do capital social necessário para que se alcance uma posição no topo da estrutura social.

5. Homogamia Educacional e Transmissão Intergeracional de Escolaridade

Este capítulo testa a segunda hipótese proposta: a similaridade do nível de escolaridade dos cônjuges é um determinante da formação intergeracional dos ricos no Brasil. Busca-se demonstrar que a concentração de credenciais educacionais sob o controle de um conjunto reduzido de famílias ricas dá origem a transmissão de maior volume de recursos educacionais aos filhos dos ricos.

O capítulo está dividido em cinco seções. A primeira parte trata dos resultados de pesquisas anteriores a respeito da relação entre a distribuição da escolaridade entre os cônjuges e a transmissão de recursos educacionais aos filhos. O terceiro capítulo discutiu, através da teoria do capital social, como a formação dos laços matrimoniais está envolvida na questão do acesso ou restrição a recursos sociais – ou ativos – como o rendimento e as credenciais educacionais do cônjuge. No presente capítulo, a preocupação é verificar o efeito dessa situação de acesso ou restrição de recursos educacionais através da composição dos matrimônios sobre a escolaridade de seus dependentes.

A seção seguinte está incumbida da apresentação dos procedimentos de pesquisa. Cabe à terceira, verificar se existe diferença na capacidade de transmissão de recursos educacionais aos filhos de acordo com a estrutura da família. A quarta seção verifica se a tendência de similaridade educacional entre cônjuges favorece a formação dos filhos dos ricos, uma vez que entre eles está a maior proporção de indivíduos de escolaridade superior casados entre si. A última seção apresenta as conclusões preliminares dessa pesquisa.

5.1. Transmissão Intergeracional de Capital Social na Forma de Recursos Educacionais

A família apresenta potencialmente todos os mecanismos que facilitariam a fluidez e intensidade da transmissão de recursos sociais entre seus membros. O compartilhamento de valores e a forte carga afetiva favorece a relação de reciprocidade entre os membros. A durabilidade do laço garante que favores realizados serão retribuídos em seu devido tempo. O fato de haver relação de autoridade entre gerações permite a efetividade da punição no caso de a geração mais nova cometer desvios às normas estabelecidas. Ainda, o desrespeito às normas pode ser punido com a quebra de um laço familiar, o que acarreta em um prejuízo emocional significativo e desestimulante aos desvios de conduta.

Por esse motivo, é possível que famílias, que possuem maior volume de recursos educacionais, sejam capazes de transmitir um montante maior de recursos educacionais aos

seus dependentes. Nesse caso, o sucesso educacional dos indivíduos estaria relacionado a um fator estrutural fora do controle individual. Essa possibilidade torna relevante conhecer o efeito da formação do laço matrimonial no sucesso educacional do filho e, antes disso, se estruturas familiares específicas podem favorecer a transmissão de recursos educacionais.

A partir de dados a respeito dos estudantes matriculados na rede pública de ensino norte-americana em 1980, e de suas condições em 1982, Coleman (1988) observa como características da família podem funcionar como mecanismos de transmissão de recursos sociais capazes de influenciar na evasão escolar dos estudantes. Os resultados obtidos indicam que famílias biparentais, com dois filhos e cuja mãe aspira que o filho chegue ao nível superior apresentam menor proporção de evasão escolar entre seus filhos que suas contrapartes, famílias monoparentais, com mais de dois filhos e cuja mãe não tem expectativa que o filho alcance o nível superior.

Famílias biparentais proporcionariam um melhor ambiente escolar aos seus filhos porque o grau de fechamento desse tipo de estrutura familiar seria maior, o que favoreceria a transmissão de capital social. O fato de haver dois responsáveis pelos filhos no domicílio, também favorece a quantidade de tempo disponível ao acompanhamento escolar das crianças e reforça o efeito das sanções em caso de mau comportamento. Na mesma linha de raciocínio, quanto menor o número de filhos, maior a atenção que os pais podem dar individualmente a eles. A razão entre número de responsáveis e número de filhos também é importante para definir a quantidade de recursos materiais disponíveis para investimento no capital humano de cada criança.

A expectativa da mãe a respeito do sucesso escolar de seu filho permitiria, em alguma medida, avaliar o seu empenho no acompanhamento das atividades de seus dependentes. Além disso, se uma mãe aspira que o filho alcance níveis de ensino elevados é provável que ela transmita às crianças valores que deem destaque positivo à educação. Se a família a qual essa mãe faz parte for também biparental e contiver poucos filhos, ainda maior será a possibilidade de transmissão desses valores. Estudantes em posse de uma perspectiva que valorize a educação estariam menos suscetíveis à evasão escolar.

Os resultados encontrados por Coleman (1988) motivaram Teachman *et al.* (1996, 1997) a estudar como diferentes mecanismos de transmissão de recursos sociais podem favorecer a permanência na escola de estudantes e também verificar a interação entre esses mecanismos de transmissão com diferentes recursos sociais necessários ao impedimento da evasão escolar. A partir de um estudo longitudinal, para o sistema de ensino norte-americano,

os autores verificaram a taxa evasão de estudantes entre a oitava e décima série – que cobre a passagem da *elementary school* para a *high school* – (Teachman *et al.*, 1996) e, em seguida, entre a décima e a décima segunda série – que corresponde aos últimos anos do ensino básico – (Teachman *et al.*, 1997).

Teachman *et al.* (1996) testam com mais precisão as condições propostas Coleman (1988) como determinantes da evasão escolar. Os autores criaram índices que mensuram o grau de conexão entre pais e filhos e entre os pais e a escola. Também acrescentaram informações a respeito do número de mudanças de escola dos filhos e se algum irmão do estudante já havia evadido a escola. Além disso, incluíram em seus modelos informações a respeito de outros recursos sociais disponíveis na família: educação dos responsáveis e renda familiar.

De modo geral, os resultados de Teachman *et al.* (1996) corroboraram Coleman (1988). Outras estruturas familiares que não a biparental apresentam maiores chances de evasão escolar de seus dependentes. Nesse caso, os autores encontraram resultados mais contundentes com relação à necessidade de fechamento da rede familiar. Famílias biparentais formadas por um segundo casamento do responsável pelo estudante, ou seja, quando o estudante convive com madrasta ou padrasto, apresentam maior chance de evasão escolar de seus dependentes quando comparada às famílias biparentais em que os dois parceiros são os pais biológicos ou criaram o filho desde o início.

A intensidade das conexões entre pais e filhos e entre pais e escola também se mostraram importantes para as chances de evasão escolar. Quanto mais intensas são essas conexões, menor a chance de evasão escolar. Não por acaso, o número de mudanças de escola durante a vida do estudante foi o elemento com maior efeito para o aumento da possibilidade de evasão escolar. O estudante ao trocar de instituição de ensino rompe sua conexão com a escola (não mensurada) e também a conexão entre pais e escola.

O número de irmãos do estudante não foi significativo à chance do estudante evadir a escola. Por outro lado, se o estudante tem um irmão que já evadiu a escola, suas chances de também evadir aumentam. Não foi discutido pelos autores se essas suas variáveis de controle apresentavam alta correlação, de maneira que não é possível saber se utilizadas separadamente, o número de irmãos poderia passar a ser estatisticamente significativo. De todo modo, o fato de um irmão mais velho influenciar a evasão do mais jovem destaca a importância da transmissão de valores no interior da rede familiar, mesmo com controles sobre o tipo de estrutura familiar e sobre o acompanhamento dos pais sobre os filhos.

A renda familiar e a escolaridade dos responsáveis que convivem com o filho apresentaram efeito inversamente proporcional sobre a probabilidade de evasão escolar do filho, como esperado. A escolaridade dos pais apresentou um efeito superior ao encontrado para a renda familiar. O conhecimento escolar dos pais pode ser diretamente transmitido aos filhos, por exemplo, ao acompanhar as tarefas escolares. Como estudantes bem sucedidos na escola correm menos riscos de evadir (Teachman, 1987), o efeito da escolaridade dos pais é marcante.

A renda dos pais, por outro lado, precisa ser investida de alguma forma para se converter em melhor desempenho escolar do filho. Como nos Estados Unidos a educação básica pública é oferecida universalmente com qualidade satisfatória, investir em educação privada para os primeiros níveis educacionais não apresenta um retorno elevado. Diferente do caso brasileiro, por exemplo, em que a diferença do ensino básico público e privado é significativa. Por essa razão, é necessário algum meio de transmissão que converta a renda familiar em melhor desempenho para os filhos e menor taxa de evasão.

Teachman *et al.* (1997) passam a se dedicar à compreensão de quais dos mecanismos de transmissão estudados interagem com a renda familiar, e a escolaridade dos pais, de modo a interferir nas chances de evasão escolar dos estudantes. Como verificado inicialmente, a educação dos pais apresenta a facilidade de ser transmitida sem intermediários, enquanto a renda sofre interferência, positiva e negativa, dos meios de transmissão disponíveis à família.

Com relação à estrutura familiar, a única estrutura que favorece a transmissão de renda para melhorar o desempenho escolar é a biparental entre os responsáveis originais da criança. Não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre família monoparental com mãe divorciada e a renda familiar, ainda, famílias biparentais oriunda do segundo casamento do responsável pelo estudante apresenta efeito negativo na capacidade de transmissão de recursos econômicos com o objetivo de auxiliar o desempenho escolar do filho. Esse resultado corrobora o trabalho de Coleman (1988) acerca da importância do grau de fechamento de uma rede para que a transmissão de recursos em seu interior seja efetiva.

O número de mudanças de escola também prejudicou a transmissão de recursos econômicos. A ruptura na relação entre os pais e a antiga escola obriga a formação de uma nova conexão com a próxima instituição de ensino. O mais provável é que a perda do contato com a escola, durante a fase de readaptação, pode impedir ou dificultar o investimento dos pais em atividades complementares à formação do filho ou prejudicar seu acompanhamento psicopedagógico.

Com relação efetivamente a conexão entre pais e escola e a renda familiar, a interação entre as variáveis é prejudicial à população de baixa renda. No modelo sem interações a relação entre pais e escola não foi significativa. Contudo, no modelo específico sobre sua interação com os recursos econômicos e educacionais das famílias seu efeito passou a ser estatisticamente relevante e negativo. Somente a interação entre a renda e a conexão entre pais e escola apresentava efeito a favor da queda na evasão escolar. Desse modo, para que o efeito da interação entre renda e conexão pais-escola superasse o efeito negativo da variável conexão pai-escola era necessário que a família possuísse uma renda elevada.

A justificativa de Teachman *et al.* (1997) para essa duplicidade no efeito da relação entre a renda familiar e a conexão entre pais e a instituição de ensino se encontra no fato de famílias de baixa renda apresentarem com mais frequência condições de vulnerabilidade que atrapalhem a relação entre os responsáveis e a instituição de ensino. Além disso, é possível que os pais com renda familiar elevada possam, a partir das informações trocadas com a escola, investir em melhores ferramentas de acompanhamento da educação do filho, por exemplo, pagamento de reforço escolar ou algum acompanhamento especializado e específico às necessidades do filho.

A conexão entre pais e filhos interage com a renda familiar de modo a reduzir a possibilidade de evasão do estudante. Esse resultado é coerente ao trabalho de Coleman (1988); quanto maior for a intensidade da relação no interior da rede familiar, menores os custos de transferências dos recursos disponíveis no interior da rede. Assim, os recursos econômicos podem ser mais bem aplicados pelos pais na educação dos filhos.

Os resultados de Teachman *et al.* (1996, 1997) demonstram que o argumento de Coleman (1988) a respeito da importância de mecanismos que facilitem a transmissão de recursos de familiares que são insumo à formação educacional dos estudantes é válido. As variações de: i) intensidade dos laços no interior de uma rede familiar e; ii) fechamento da rede familiar podem alterar positiva ou negativamente nas possibilidades de conclusão do ciclo básico de ensino.

Não foi encontrado nenhum trabalho semelhante aos de Coleman (1988) e Teachman *et al.* (1996, 1997) referentes ao Brasil. No entanto, Barros *et al.* (2001) estuda uma série de condições que afetam o desempenho escolar dos estudantes, entre 11 e 25 anos, no Brasil.

Entre os resultados obtidos por Barros *et al.* (2001), serão discutidos somente aqueles que são importantes a esta pesquisa. Tanto a renda domiciliar *per capita* quanto a escolaridade

dos pais são determinantes importantes a formação educacional dos filhos. Dentre todos os fatores estudados, a educação dos pais foi aquele que obteve impacto mais robusto.

A educação dos responsáveis afeta de modo diferente a escolaridade dos filhos de acordo com o gênero da criança. Filhas são mais influenciadas pela mãe, enquanto os filhos, pelo pai. No geral, a escolaridade da mãe é mais relevante para a determinação da escolaridade dos filhos do que a formação escolar do pai. Ainda, o impacto total da escolaridade da mãe e do pai é maior para os filhos do que para as filhas. Barros *et al.* (2001) não discutem esse resultado. É possível que o maior efeito da educação dos pais sobre a formação escolar dos filhos homens se deva a algum resquício de comportamentos tradicionais que privilegiam a formação educacional dos homens em detrimento da formação escolar das mulheres.

O efeito da elevação em um ano da escolaridade dos pais é equivalente ao impacto de se elevar em três anos a escolaridade média dos professores do estudante. Evidentemente é mais caro elevar em um ano a escolaridade dos todos os adultos com filhos em idade escolar do que elevar em três anos a escolaridade de todos os professores. No entanto, esse fato demonstra a importância da transmissão intergeracional de conhecimento escolar.

A magnitude do impacto da formação escolar dos pais sobre a educação dos filhos encontrada por Barros *et al.* (2001) é congruente ao resultado do estudo de mobilidade educacional realizado por Ferreira & Veloso (2003), no qual os filhos de indivíduos de baixa escolaridade, – analfabetos ou com escolaridade inferior a 4 anos – apresentam chances significativamente menores de superar a escolaridade dos pais.

Os estudos de Ferreira & Veloso (2003) encontraram, a partir da PNAD de 1996, que a mobilidade educacional no Brasil é baixa. O grau de persistência educacional⁶ foi mensurado em 0,7. Em sua revisão de literatura (Ferreira & Veloso, 2003, p.484, tabela 1), os autores apresentam resultados de diversos pesquisadores acerca do grau de persistência educacional para EUA, entre 0,25 e 0,35; Alemanha, 0,20; Malásia, 0,19; México e Peru, 0,50; e Colômbia, 0,7. O resultado encontrado para o Brasil está aquém não só daqueles encontrados por sociedades chamadas desenvolvidas, como também de outras sociedades em desenvolvimento.

Uma vez que a formação escolar dos pais é o principal determinante da escolaridade dos filhos e esta, por sua vez, será um determinante importante da renda dos filhos na fase

⁶ O grau de persistência educacional é uma medida que varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, menor é a mobilidade educacional.

adulta; Barros *et al.* (2001) finalizam o trabalho com a conclusão que a transmissão intergeracional de escolaridade é um mecanismo de geração de desigualdade de oportunidade e de transmissão intergeracional de pobreza.

A presente pesquisa deseja verificar, então, se a transmissão intergeracional de recursos educacionais, além de ser uma explicação para a condição de pobreza, também pode ser uma explicação para a condição de riqueza no Brasil.

A partir dos resultados do terceiro capítulo foi possível demonstrar que a composição dos laços matrimoniais brasileiros apresenta um caráter concentrador das credenciais educacionais em posse de um conjunto reduzido de famílias. Os indivíduos que apresentam nível superior são aqueles que apresentam maior propensão a estabelecer laços conjugais com outras pessoas de mesma escolaridade.

Ribeiro & Silva (2009) chegaram a conclusões próximas a esse respeito, ao estudarem os censos brasileiros de 1960, 1980 e 2000, e encontraram mudanças na composição dos matrimônios brasileiros acerca da escolaridade dos parceiros. A barreira entre grupos educacionais adjacentes⁷ foi reduzida, o que diminuiu a similaridade educacional entre os cônjuges brasileiros. Entretanto, com o crescente acesso a educação superior pelas mulheres nessas quatro décadas, aumentou o número de parceiras similares aos homens com maior escolaridade. Por essa razão, houve aumento da similaridade educacional entre cônjuges de escolaridade elevada nesse período, apesar da tendência geral de queda.

Esse trabalho concluiu ainda, que permanece incomum o casamento entre indivíduos com grande diferença educacional. Desse modo, em acordo com a abordagem competitiva do mercado matrimonial, a distância social – medida através da escolaridade dos cônjuges – entre indivíduos é elemento determinante no processo de formação dos laços matrimoniais brasileiros.

No terceiro capítulo dessa dissertação, se encontrou também que os ricos apresentam a maior proporção de casamentos entre dois indivíduos de nível superior. Por essa razão, os ricos são capazes de concentrar através do casamento um volume de recursos educacionais que não é facilmente acumulado por casais que se encontram em outros estratos de renda.

A concentração de recursos educacionais no núcleo de famílias ricas pode ter como consequência a transmissão de maior volume de recursos educacionais, dos responsáveis para seus dependentes, entre famílias desse estrato quando comparadas a famílias de estratos

⁷ Ribeiro; Silva (2009) propõem grupos escolares a partir dos intervalos: 0-3; 4-7; 8; 9-11 e 12 ou mais anos de escolaridade.

inferiores. Segundo esse raciocínio, os herdeiros dos ricos apresentariam vantagens para acumular os recursos educacionais necessários à posse de credenciais educacionais elevadas, que por serem encontradas em menor frequência apresentam maior rentabilidade.

Essa possibilidade de desigualdade oriunda da transmissão intergeracional de recursos educacionais que favorecem aos filhos de famílias em que ambos os cônjuges apresentam nível superior foi verificada para a sociedade americana por Mare (1991, 2000).

Inicialmente o autor encontrou uma mudança na dinâmica de formação dos laços matrimoniais ao longo do século XX. Nas primeiras décadas do século, a maior parte dos casamentos entre indivíduos de mesma escolaridade acontecia entre aqueles com nível secundário completo (*high school*). Havia poucas mulheres com nível superior nessa época, o que impedia a existência de uniões entre dois indivíduos de escolaridade elevada. No entanto, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho estimulou a expansão educacional feminina; uma vez que ao investirem em sua educação, as mulheres poderiam alcançar melhores postos de trabalho.

Ao final do século XX, a principal barreira educacional para o casamento entre indivíduos já era aquela que separa os detentores de nível superior daqueles sem essa credencial. Esse cenário tornou propício, nos Estados Unidos, a concentração de recursos educacionais em famílias em que ambos os cônjuges apresentassem escolaridade elevada.

Como esperado, Mare (1991) encontrou que conforme cresce a barreira para o casamento entre indivíduos em estratos educacionais diferentes, acentua-se a desigualdade educacional interfamiliar e, do mesmo modo, a desigualdade nas características socioeconômicas das crianças que são determinadas pelas características educacionais dos pais.

Os testes apresentados adiante têm por objetivo verificar se os mesmos resultados encontrados para os Estados Unidos são válidos para a sociedade brasileira uma vez que, nesse país, existem todas as condições necessárias para que ocorra transmissões desiguais de recursos educacionais entre as famílias e que elas favoreçam, não somente, os filhos de casais em que ambos os responsáveis apresentem escolaridade elevada, como também, os filhos de um estrato de renda específico que é o dos ricos, os quais apresentam a maior proporção de famílias com dois cônjuges de escolaridade elevada.

5.2. Definição dos Procedimentos de Pesquisa

Os testes para a verificação da hipótese proposta foram divididos em dois segmentos. O primeiro verifica a existência de vantagens na transmissão de recursos educacionalmente úteis aos filhos de acordo com a estrutura familiar. Será comparado o desempenho escolar de estudantes oriundos de famílias biparentais e monoparentais. O objetivo é verificar, no caso da sociedade brasileira, se estruturas familiares diferentes da biparental reduzem o efeito de transmissão de vantagens aos filhos, como concluíram Teachman *et al.* (1996, 1997) para famílias norte-americanas.

O teste da diferença de capacidade de transmissão de recursos educacionais segundo a estrutura familiar, além de ser importante por si só, é necessário para que seja possível separar os efeitos da estrutura familiar daqueles provenientes da distribuição dos recursos educacionais conforme a composição dos matrimônios.

O segundo segmento está a cargo, efetivamente, de verificar se a composição dos matrimônios, segundo a escolaridade dos cônjuges, tem efeito sobre a distribuição da escolaridade da geração seguinte. Para tanto, será repetida a abordagem contrafactual do quarto capítulo a partir do pareamento aleatório dos cônjuges brasileiros em novos núcleos familiares. Em seguida os filhos serão distribuídos também aleatoriamente entre essas novas famílias para verificar a diferença de transmissão de recursos úteis à formação escolar.

A transmissão de escolaridade entre pais e filhos será medida através de um modelo estatístico que mensure o efeito da escolaridade dos pais sobre a escolaridade dos filhos, nos casos originais de famílias biparentais e monoparentais. Em seguida os coeficientes encontrados para o efeito da escolaridade dos pais serão utilizados para prever a escolaridade dos filhos nos respectivos modelos aleatórios.

Nos modelos aleatórios biparentais, espera-se encontrar uma distribuição educacional, entre os pais/cônjuges, menos concentrada e que isso repercuta na formação escolar dos filhos, quando comparadas suas escolaridades nos modelos aleatórios e na situação original. Essa situação deve impactar de modo a reduzir a escolaridade dos estudantes que originalmente se encontravam em famílias ricas.

Desse modo, os filhos verdadeiros dos ricos no cenário aleatório não devem apresentar a mesma concentração de escolaridade encontrada originalmente, o que favoreceria o acesso de credenciais educacionais a uma parcela maior da população e melhor distribuída entre os estratos de riqueza.

Para a realização dos testes, a base de dados utilizada permanece a PNAD 2009. Foi mantida inalterada uma série de procedimentos de operacionalização de variáveis. Os estratos de renda são os mesmos elaborados, exclusivamente, a partir da renda familiar *per capita*: “até 25%”; “maior que 25 até 50%”; “maior que 50 até 75%”; “maior que 75 até 95%”; “maior que 95 até 99%”; “maior que 99 até 100%”. O primeiro deles corresponde aos pobres e o último aos ricos.

Os procedimentos para organização das famílias e seu número de membros permanecem os mesmos. Qualquer observação além dos parentes consanguíneos ou definida como “outro parente” foi retirada do domicílio de modo que a cada domicílio restou somente uma família.

As escolaridades de pais e mães serão variáveis explicativas dos modelos referentes ao desempenho dos estudantes. As faixas de escolaridade utilizadas para diferenciar casais de escolaridade semelhante, ou não, serão as mesmas utilizadas no terceiro capítulo: 0 a 3; 4 a 7; 8 a 10; 11; 12 a 14; 15 ou mais anos de estudos. A escolaridade dos estudantes será a variável explicada.

A variável referente ao número de anos escolares concluídos com aprovação varia entre zero e quinze. Sua construção segue o modelo em que o Ensino Básico é composto por onze anos de escolaridades e o Ensino Superior, quatro anos. A Lei nº 11274 de 6 de fevereiro de 2006 alterou o Ensino Fundamental para nove anos e, desse modo, o Ensino Básico para doze anos, todavia essa mudança somente se tornou obrigatória a partir de 2010. Em razão de a base de dados utilizada se referir às informações do ano de 2009, se optou por manter a antiga contagem dos anos escolares.

Os indivíduos que i) nunca frequentaram escola; ii) não foram aprovados na primeira série do Ensino Fundamental, ou; iii) foram alfabetizados sem frequentar escola não apresentam escolaridade formal e, portanto, sua escolaridade foi definido como igual a zero. Já os indivíduos que concluíram graduação, que iniciaram curso de pós-graduação ou que já concluíram curso de pós-graduação estão todos definidos como portadores de 15 anos de escolaridade formal. Ainda, indivíduos que realizaram curso superior com duração menor que quatro anos – como é o caso dos cursos tecnológicos – tiveram seu número de anos de estudo mantidos sem alteração.

A variável responsável por informar a autodeclaração de cor ou raça foi codificada em uma variável binária que distingue àqueles que se declaram brancos daqueles que se declararam conforme as demais opções oferecidas. Essa variável será um dos controles dos

modelos estatísticos referentes ao desempenho dos estudantes e do efeito de características dos responsáveis no desempenho escolar dos filhos.

Farão parte dos testes os estudantes entre oito e dezoito anos de idade. A idade é uma variável importante porque define em qual série deve estar matriculado cada criança ou adolescente. A idade mínima foi estabelecida em oito anos porque segundo o modelo Não serão estudados estudantes acima de dezoito anos porque parte desse grupo mora fora da residência dos pais e para essa parcela não há informação sobre seus progenitores.

Além de utilizar a informação da idade dos estudantes será utilizado um polinômio de segundo grau a partir da idade de cada indivíduo: $(idade/8)^2$. A necessidade de inclusão desse polinômio se deve a relação não-linear estabelecida entre desempenho escolar e a idade dos estudantes (Barros *et al.*, 2001).

A seguir serão apresentados os procedimentos empíricos utilizados para a realização de cada etapa dos testes propostos e seus respectivos resultados.

5.3. Efeitos da Estrutura Familiar Sobre a Escolaridade dos Filhos

Esta etapa dos testes investiga se os resultados de Coleman (1988) e Teachman *et al.* (1996, 1997), a respeito da maior capacidade de famílias biparentais em transmitir aos filhos recursos educacionais com o objetivo de impedir a evasão escolar, também podem ser encontrados para a escolaridade dos estudantes entre oito e dezoito anos.

Além de distinguir o pertencimento dos estudantes a famílias monoparentais ou a famílias biparentais, a escolaridade dos estudantes é investigada segundo o estrato de renda familiar *per capita* em que suas famílias se encontram. Não basta verificar se a estrutura familiar impacta na transmissão de escolaridade de pais para filhos, é necessário também descobrir se a estrutura familiar apresenta efeitos distintos em famílias ricas e de outros estratos.

A razão da estratificação das famílias por renda é verificar se os efeitos da estrutura familiar interagem com a posse de recursos econômicos como foi verificado por Teachman *et al.* (1997). Nesse caso, famílias ricas biparentais, que já concentram recursos educacionais, teriam aumentadas as suas vantagens na transmissão aos filhos de benefícios que estimulam a formação educacional.

Em razão da amplitude da faixa etária dos estudantes que fazem parte dos testes, os resultados serão apresentados separadamente para indivíduos nas faixas entre 8 a 10 anos, 11

a 14 anos e 15 a 18 anos. Essa medida facilitará a observação das diferenças de comportamento e distribuição da escolaridade dos estudantes.

A comparação do desempenho dos estudantes será medida através da média de anos de escolaridade dos indivíduos pertencentes à mesma faixa etária e estrato de renda para famílias monoparentais e biparentais. Será também verificada a distribuição do desempenho escolar no interior de cada um desses grupos através do coeficiente de variação.

O coeficiente de variação é uma medida padronizada calculada através da razão entre o desvio-padrão e a média das observações encontradas para a variável estudada. Quanto menor o coeficiente de variação, menor é a dispersão relativa em torno da média.

Se a transmissão intergeracional de recursos educacionais for afetada pela estrutura familiar, então a média de anos escolares dos filhos de famílias biparentais será maior do que aquela apresentada por estudantes oriundos de famílias monoparentais.

Do mesmo modo, a distribuição da escolaridade dos membros de famílias biparentais deve apresentar maior concentração próxima à média do que sua contraparte vinda de famílias monoparentais. Isso significa haver menor coeficiente de variação entre filhos de famílias biparentais quando comparado ao coeficiente de membros de famílias monoparentais; sempre para a mesma faixa etária e estrato de renda.

Não serão observadas diferenças entre os tipos de famílias biparentais e monoparentais. Em razão da necessidade de separar as famílias por estratos da renda familiar *per capita*, se fosse realizada concomitantemente distinção entre subtipos de estruturas familiares, alguns estratos de renda apresentariam quantidade reduzida de observações.

Além das estatísticas descritivas, será realizado teste de tratamento para verificar o efeito da estrutura familiar e de suas interações com a renda familiar *per capita* e a escolaridade dos pais dos estudantes.

Será utilizado o teste contrafactual *average treatment on treated* (ATT), tal como apresentado em Wooldridge (2002, p. 608 a 614), através do qual as famílias monoparentais funcionam como grupo de controle das famílias biparentais (grupo tratado). Controladas, questões como renda familiar *per capita*, escolaridade dos pais e características individuais dos estudantes; será possível isolar o efeito da diferença entre famílias biparentais e monoparentais na escolaridade dos filhos.

5.3.1. Observação da Escolaridade dos Filhos Segundo a Estrutura Familiar

Inicialmente, será observado o comportamento da distribuição de escolaridade dos estudantes através da média e coeficiente de variação. A verificação da escolaridade dos estudantes somente através de sua média é problemática porque essa medida de síntese não é capaz de informar o comportamento da distribuição da variável medida. Por esse motivo foi incluída a observação do coeficiente de variação, que informa a dispersão relativa dos dados em torno da média.

As Tabelas 5.1 a 5.3 apresentam as médias e coeficientes de variação de escolaridade dos filhos de famílias monoparentais e biparentais, para todo o grupo e em função dos estratos da renda de suas famílias, segundo a faixa etária.

Tabela 5.1 Médias e Coeficientes de Variação da Escolaridade de Estudantes, de 8 a 10 anos, Segundo Estrutura Familiar e Estrato da Renda Familiar

Estratos por Renda Familiar <i>per capita</i>	Famílias Biparentais		Famílias Monoparentais	
	Média	CV	Média	CV
Geral	1.57	0.721	1.52	0.751
Até 25%	1.36	0.810	1.41	0.802
> 25 até 50%	1.68	0.663	1.60	0.723
> 50 até 75%	1.81	0.617	1.83	0.563
> 75 até 95%	1.95	0.583	2.02	0.571
> 95 até 99%	1.94	0.583	1.87	0.617
> 99 até 100%	1.89	0.490	2.17	0.461

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Tabela 5.2 Médias e Coeficientes de Variação da Escolaridade de Estudantes, de 11 a 14 anos, Segundo Estrutura Familiar e Estrato da Renda Familiar

Estratos por Renda Familiar <i>per capita</i>	Famílias Biparentais		Famílias Monoparentais	
	Média	CV	Média	CV
Geral	4.58	0.379	4.39	0.400
Até 25%	4.07	0.435	4.04	0.435
> 25 até 50%	4.80	0.337	4.66	0.356
> 50 até 75%	5.11	0.299	5.08	0.312
> 75 até 95%	5.38	0.274	5.33	0.279
> 95 até 99%	5.58	0.257	5.20	0.238
> 99 até 100%	5.23	0.262	6.93 (*)	0.111

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Tabela 5.3 Médias e Coeficientes de Variação da Escolaridade de Estudantes, de 15 a 18 anos, Segundo Estrutura Familiar e Estrato da Renda Familiar

Estratos por Renda Familiar <i>per capita</i>	Famílias Biparentais		Famílias Monoparentais	
	Média	CV	Média	CV
Geral	7.82	0.301	7.46	0.331
Até 25%	6.81	0.361	6.61	0.376
> 25 até 50%	7.87	0.283	7.64	0.300
> 50 até 75%	8.67	0.214	8.66	0.225
> 75 até 95%	9.21	0.177	9.04	0.197
> 95 até 99%	9.17	0.167	8.90	0.299
> 99 até 100%	9.44	0.133	9.08	0.110

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

A distinção de um estrato numericamente restrito, como é o caso dos ricos, traz consigo problemas no momento da interpretação de efeitos de média. Um caso em que o pequeno número de observações deu origem a um desvio significativo da média está marcado com (*), na célula correspondente a média dos estudantes ricos de famílias monoparentais entre 11 e 14 anos.

O estrato dos ricos de famílias monoparentais corresponde a uma parte reduzida da amostra. O fato dos estratos superiores da distribuição de renda serem grupos minoritários, por definição, já reduz o número de observações disponíveis. Além disso, esses estratos também apresentam um número menor de filhos por família. Por esse motivo, principalmente para as famílias monoparentais que são um conjunto de dados quase três vezes menor que a base de famílias biparentais, a análise desses estratos fica prejudicada. Coincidentemente, o pequeno número de estudantes desse subconjunto que tiveram suas informações coletadas para a PNAD 2009 apresentava escolaridade elevada. Essa é a razão para esse grupo apresentar desvio significativo.

Apesar de se esperar – por definição de hipótese da pesquisa – que os estudantes ricos apresentassem escolaridade superior àquela dos estudantes dos demais estratos, se observa que os estudantes de 11 a 14 anos, ricos e de família monoparentais, apresentam média de escolaridade superior em mais de um ano e meio à média de sua contraparte oriunda de famílias biparentais.

De modo geral, como se observa nas Tabelas 5.1 a 5.3, a diferença entre famílias biparentais e monoparentais no que diz respeito à escolaridade média de seus filhos é pequena e varia entre 0,01 e 0,38 anos de escolaridade. Essa situação torna pouco verossímil a diferença de média entre estudantes ricos de famílias monoparentais entre 11 e 14 anos

apresentarem média superior em 1,7 anos de escolaridade. Não existem elementos que justifiquem esse desvio além do número reduzido de observações coletadas.

No que diz respeito à distribuição geral da escolaridade dos estudantes, aqueles provenientes de famílias biparentais apresentam maiores médias e menores coeficientes de variação para todas as faixas etárias observadas.

Para estudantes de 8 a 10 anos, quando segmentados por estratos da renda familiar, as famílias monoparentais apresentaram médias superiores em quatro dos seis subgrupos apresentados, inclusive os ricos. Para esses mesmos estratos foram encontrados menores coeficientes de variação para as famílias monoparentais. Nos anos iniciais da trajetória escolar, a presença de dois pais no domicílio não se fez notar na escolaridade dos filhos.

Por outro lado, para os estudantes entre 11 a 14 anos e 15 a 18 anos, as vantagens para estudantes de famílias biparentais aparecem e com mais intensidade do que aconteceu para as famílias monoparentais entre os estudantes de 8 a 10 anos. Quanto mais velhos os estudantes, maior o período de tempo que os mesmos estão sob os efeitos da estrutura familiar em que vivem. Desse modo, as diferenças educacionais entre filhos de famílias de diferentes estruturas familiares tendem a se realçar conforme a faixa etária passa a representar indivíduos mais velhos.

Entre os estudantes de 11 a 14 anos, o único estrato que apresenta vantagens para estudantes de famílias monoparentais, na média e no coeficiente de variação, representa os ricos. Como já foi apresentado acima, dado a segmentação da base de dados utilizada, esse subgrupo apresenta um número reduzido de observações e sua confiabilidade é questionável.

Para a faixa etária de 15 a 18 anos, para a média de escolaridade, houve melhor resultado para famílias biparentais em cinco estratos de renda familiar e um empate. No que diz respeito ao coeficiente de variação, as famílias biparentais foram menos dispersas em torno da média em todos os estratos à exceção dos ricos.

Para as faixas etárias de 11 a 14 e 15 a 18 anos, as famílias biparentais apresentaram tendência clara a possuírem médias de escolaridade dos filhos superiores aos estudantes de famílias monoparentais, segundo o estrato de renda. Diferente do grupo de 8 a 10 anos que apresentou maiores médias e para estudantes de famílias monoparentais. Entretanto, independente da faixa etária, nenhuma das diferenças de média confiáveis entre estratos apresentaram magnitude elevada.

A mesma conclusão vale para os coeficientes de variação. A dispersão da distribuição de escolaridade de 8 a 10 anos foi menor para os estudantes de famílias monoparentais,

quando estudada por estratos de renda familiar. Nas duas outras faixas etárias as menores dispersões foram majoritariamente entre os estudantes de famílias biparentais.

A respeito dos ricos, não é possível chegar a uma conclusão do efeito da estrutura familiar sobre a média porque houve vantagem para famílias monoparentais na faixa etária mais jovem e para famílias biparentais na faixa etária mais velha. Os dados a respeito do grupo de 11 a 14 anos não são confiáveis.

Sobre o coeficiente de variação, as famílias monoparentais apresentaram estudantes com escolaridade menos dispersa entre os ricos para as faixas de 8 a 10 e 15 a 18 anos. A estrutura familiar biparental não parece auxiliar os ricos a manterem maior similaridade educacional entre os seus membros.

Se as diferenças de distribuição da escolaridade entre estudantes de um mesmo estrato de renda, mas de estruturas familiares diferentes, são reduzidas, o mesmo não pode ser dito para os estudantes pertencentes a diferentes estratos de renda no interior da mesma estrutura familiar. Isso significa que mesma que exista efeito da estrutura familiar na escolaridade dos estudantes, há outros efeitos que interferem na escolaridade de estudantes de famílias em diferentes estratos de renda.

É possível detectar tendência à elevação da média de escolaridade dos filhos conforme cresce o estrato de renda ao qual a famílias pertence. A tendência da redução da dispersão em torno da média de escolaridade é ainda mais claro conforme aumenta renda familiar. As duas afirmações são válidas para as duas estruturas familiares estudadas. Portanto, é possível dizer que existe um efeito isolado da renda familiar que afeta positivamente a escolaridade das crianças.

Foram encontradas vantagens para o grupo no último quartil da distribuição de renda familiar *per capita*, quando comparados aos estudantes dos estratos inferiores a respeito da média de escolaridade. No entanto, não foi possível observar vantagens exclusivas para o estrato dos ricos. Esse resultado dá indícios que recursos econômicos favorecem a formação escolar dos filhos, mas não é necessário estar no extremo superior da distribuição de renda para se aproveitar dessas vantagens.

Já no que diz respeito à dispersão relativa em torno da média de escolaridade, a vantagens para os estudantes ricos é clara. Conforme as famílias se aproximam do topo da distribuição de renda, a distribuição de escolaridade dos estudantes se torna menos dispersa. Por esse motivo, filhos de famílias ricas apresentam maior similaridade educacional. Além

disso, essa similaridade se dá em uma posição educacional mais elevada, quando comparada aos estratos inferiores ao terceiro quartil da distribuição de renda.

O mesmo estrato em que se encontram os adultos com menor dispersão na escolaridade é aquele em que se encontram as crianças com escolaridade mais concentrada próxima à média. Essa situação favorece o argumento a respeito do efeito da maior frequência entre os ricos de escolaridade elevada casar entre si sobre a escolaridade de seus filhos.

Ainda, a existência de menor dispersão da escolaridade e maior média educacional, entre os ricos, significa menor desvio idade-série. Isso permite aos estudantes desse estrato concluir as etapas de ensino dentro do período esperado com maior frequência, o que por sua vez estimula a continuidade dos estudos (Teachman, 1987).

Estudantes que concluem o Ensino Médio dentro do tempo esperado apresentam mais chances de iniciar estudos de nível superior antes de se engajarem no mercado de trabalho, por exemplo. Para aqueles que iniciam estudos universitários é maior a chance de encontrarem parceiros que também apresentam escolaridade elevada (Mare, 1991). Indivíduos, que iniciam a formação universitária e optam por casar após a conclusão do curso, fazem parte de uma rede de relacionamento que favorece a interação com outras pessoas de escolaridade elevada. Por essa razão, quando eles tomarem a decisão de formar um laço matrimonial, apresentarão mais chances de encontrar um cônjuge com a mesma escolaridade.

A partir desse raciocínio, a maior similaridade educacional entre os filhos do extremo superior da distribuição de renda pode favorecer a manutenção da coesão do grupo na próxima geração através da tendência de interação entre indivíduos com escolaridade semelhante e elevada. Esses laços, por sua vez, podem dar origem a laços matrimoniais com maior frequência, o que explicaria a maior incidência de similaridade educacional entre cônjuges ricos.

Uma vez que a magnitude da diferença entre as médias escolares de estudantes de famílias biparentais e monoparentais foi reduzida, restam dúvidas sobre até que ponto é possível afirmar que a estrutura famílias apresenta efeito significativo sobre a escolaridade dos estudantes. O teste *average treatment on treated*, que será exposto a seguir, verifica o efeito da estrutura familiar na escolaridade dos estudantes, e também, as interações da estrutura familiar com recursos econômicos e educacionais.

5.3.2. Verificação dos Efeitos da Estrutura Familiar Sobre a Escolaridade dos Filhos Através de Teste de Tratamento Médio

A partir da abordagem *average treatment on treated* (ATT) é possível responder a seguinte pergunta: qual o efeito médio de um tratamento sobre o grupo tratado. O grupo tratado, nesse caso, são os estudantes de famílias biparentais. Os estudantes de famílias monoparentais são o grupo de controle.

Esse teste pode ser compreendido como um experimento natural porque não depende voluntariamente dos estudantes, que são filhos, pertencerem a uma família biparental ou monoparental.

Nos dois modelos ATT propostos, serão utilizadas como variáveis de controle características individuais dos estudantes e de seus pais. No primeiro teste será utilizada a renda e no segundo, a escolaridade dos pais. A variável que indica o tratamento é necessariamente dicotômica e apresenta valor igual a um para as famílias biparentais e zero para famílias monoparentais.

Segue a especificação do modelo ATT1 e ATT2.

$$Edu_{filho} = \beta_0 + \alpha\delta_T + \beta_1 Renda_{fpc} + \beta_2 Idade_{filho} + \beta_3 \left(\frac{Idade_{filho}}{8}\right)^2 + \beta_4 \delta_{g_{filho}} + \beta_5 \delta_{cr_{filho}} + \sum_{i=1}^5 \sum_{j=1}^5 \beta_j \delta_T \times (X_i - m_{iT}) + \varepsilon \quad (ATT1)$$

$$Edu_{filho} = \beta_0 + \alpha\delta_T + \beta_1 Edu_{responsável} + \beta_2 Idade_{filho} + \beta_3 \left(\frac{Idade_{filho}}{8}\right)^2 + \beta_4 \delta_{g_{filho}} + \beta_5 \delta_{cr_{filho}} + \beta_6 n_{irmãos} + \sum_{i=1}^6 \sum_{j=1}^6 \beta_j \delta_T \times (X_i - m_{iT}) + \varepsilon \quad (ATT2)$$

A variável Edu_{filho} corresponde a escolaridade dos filhos oriundos de famílias biparentais e é a variável explicada do modelo. O coeficiente α representa o efeito da variável dicotômica de tratamento, δ_T , que assume o valor 1 para famílias biparentais e 0 no caso de famílias monoparentais. Cada β sucedido de um índice de 1 a 5, em ATT1 e de 1 a 6, em ATT2, corresponde ao respectivo parâmetro de uma das variáveis explicativas; β_0 é o intercepto.

No modelo ATT1, $Renda_{fpc}$ corresponde à renda familiar *per capita* disponível a cada estudante. No modelo ATT2, $Edu_{responsável}$ corresponde à média ponderada da escolaridade da mãe e do pai de cada estudante, no caso de famílias biparentais ou a escolaridade do único responsável no caso de famílias monoparentais.

Para calcular a média ponderada da escolaridade de mães e pais de estudantes que vivem em famílias biparentais foi utilizada uma regressão auxiliar que estimou o coeficiente

da escolaridade dos pais sobre a educação do filho separadamente segundo o gênero e a cor/raça do estudante. Como pode ser visto, a seguir, na Tabela 5.4.

A necessidade de trabalhar com a média ponderada, da escolaridade de pais e mães de estudantes de famílias biparentais, se deve ao fato de não ser possível informar a escolaridade de mais de um responsável para as famílias monoparentais.

Tabela 5.4 Coeficientes da Escolaridade de Mães e Pães Estimados Através das Regressões Auxiliares, Segundo Gênero e Cor/raça dos Filhos

Variáveis	Homem e Branco		Homem e Não-Branco		Mulher e Branca		Mulher e Não-Branca	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
Escolaridade da Mãe	0.074	< 0.001	0.058	< 0.001	0.108	< 0.001	0.097	< 0.001
Escolaridade do Pai	0.063	< 0.001	0.040	< 0.001	0.077	< 0.001	0.040	< 0.001
Idade Filho	1.085	< 0.001	1.002	< 0.001	0.972	< 0.001	1.012	< 0.001
(Idade Filho/8) ²	-0.535	< 0.001	-0.168	0.060	-0.533	< 0.001	-0.374	< 0.001
Intercepto	-8.588	< 0.001	-7.872	< 0.001	-7.777	< 0.001	-7.967	< 0.001

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Se fosse imputado o valor zero para o pai ou a mãe ausente de um estudante em uma família monoparental, o efeito dos pais presentes em famílias biparentais seria supervalorizado. Escolher o responsável da família biparental com maior escolaridade poderia ser enganoso porque não necessariamente o responsável com maior escolaridade é aquele que de fato transmite com maior intensidade seus recursos educacionais. Escolher a escolaridade do pai ou da mãe isoladamente não seria uma boa solução, nesse caso, em razão da diferença de transmissão entre pai e mãe de acordo com as características sociodemográficas dos filhos (Barros *et al.*, 2001).

A média ponderada por outro lado balanceia o efeito do pai e da mãe sobre a escolaridade das crianças de acordo com suas características sociodemográficas e é capaz de aproveitar a informação dos dois responsáveis de uma só vez, sem supervalorizar esse efeito como seria o caso da imputação de zero para o responsável ausente em famílias monoparentais.

Nos modelos ATT1 e ATT2, as características individuais dos estudantes são variáveis de controle. $Idade_{filho}$ informa a idade de cada estudante e $\left(\frac{Idade_{filho}}{8}\right)^2$ é o polinômio quadrático definido a partir da idade dos estudantes. $\delta_{g_{filho}}$ é uma variável binária que corresponde ao gênero do filho e assume valor igual a 1 para homens. $\delta_{cr_{filho}}$ é a variável

binária que informa a cor/raça do filho e assume valor igual a 1 para brancos e 0 para não-brancos.

O número de irmãos de cada estudante é informado pela variável $n_irmãos$. De modo geral, a maioria dos estudos tem apontado para um efeito negativo da elevação do número de irmãos em uma família. Sobre situações específicas em que o número de irmãos pode beneficiar a trajetória escolar de uma criança ver Buchmann & Hannum (2001).

O número de irmãos não é utilizado em ATT1 porque a variável que especifica a renda familiar *per capita* é função da razão entre o montante da renda familiar e o número de moradores do domicílio. Como o número de irmãos e o número de moradores do domicílio são linearmente dependentes é preferível não utilizar as duas variáveis simultaneamente, assim se evita efeitos indesejados de colinearidade.

As variáveis do somatório precedidas por um coeficiente β_j correspondem à interação da variável tratamento, T, com cada uma das variáveis explicativas, X_i , após serem subtraídas de suas médias, m_{iT} que são elaboradas separadamente para grupo de controle e tratamento (famílias monoparentais e biparentais, respectivamente). Por fim, ε representa o efeito de características não observáveis pelo modelo e recebe o nome de resíduo.

Os resultados dos testes ATT1 e ATT2 se encontram na Tabela 5.5 apresentada na página seguinte.

Tanto em ATT1, quanto em ATT2, houve efeito isolado e positivo da estrutura familiar biparental comparada à estrutura familiar monoparental. Como observado na seção anterior, o efeito médio de fazer parte uma família biparental é pequeno, porém estatisticamente significativo.

Em ATT1, é possível observar também o efeito isolado da renda sobre a escolaridade dos filhos. Como esperado, a relação entre renda familiar *per capita* e a escolaridade do filho é positiva.

O efeito da interação entre viver em uma estrutura biparental e a renda familiar *per capita*, por outro lado, não foi aquele que se esperava. A interação é estatisticamente significativa e indica relação inversa entre a renda e a estrutura familiar biparental.

Esse resultado aponta na direção contrária ao efeito da interação entre pertencer a famílias biparentais e apresentar rendas maiores sobre a escolaridade dos filhos encontrado por Teachman *et al.* (1997). O fato de pertencer a uma família biparental é mais vantajoso para os estudantes oriundos de famílias em posições inferiores da distribuição de renda.

Tabela 5.5 Efeito da Estrutura Familiar Sobre a Escolaridade dos Estudantes

Variáveis	ATT1			ATT2		
	Coeficientes	p-valor	Coef. Padronizado	Coeficientes	p-valor	Coef. Padronizado
Biparental	0.231	0.000	0.030	0.325	< 0.001	0.043
Renda Familiar <i>per capita</i>	0.000589	0.000	0.129851			
(Renda Familiar <i>per capita</i> - X_T)*biparental	-0.000203	0.000	-0.041766			
Escolaridade Responsável				0.126	< 0.001	0.167
(Escolaridade Responsável- X_T)*biparental				0.001	0.757	0.001
<i>Controles</i>						
Idade Filho	0.896	0.000	0.902	0.912	< 0.001	0.919
(Idade Filho/8) ²	-0.256	0.015	-0.105	-0.271	0.006	-0.111
Gênero Filho	-0.591	0.000	-0.097	-0.575	< 0.001	-0.094
Cor/raça Filho	0.510	0.000	0.083	0.320	< 0.001	0.052
Número de Irmãos				-0.146	< 0.001	-0.068
(Idade- X_T)*biparental	0.101	0.036	0.092	0.122	0.008	0.111
((Idade Filho/8) ² - X_T)*biparental	-0.138	0.241	-0.050	-0.190	0.087	-0.070
(Gênero Filho- X_T)*biparental	0.161	0.000	0.024	0.151	< 0.001	0.022
(Cor/raça Filho- X_T)*biparental	-0.047	0.150	-0.007	-0.075	0.017	-0.011
(Número de Irmãos- X_T)*biparental				0.012	0.271	0.005
Intercepto	-6.333	0.000		-6.825	< 0.001	

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

A interpretação para a relação inversa à esperada, entre renda e estrutura biparental, aponta não para uma melhor capacidade de transmissão de recursos econômicos em uma família composta por dois cônjuges, e sim, na direção de que a estrutura biparental favorece as famílias mais pobres ao suprir a ausência de recursos econômicos para se investir na educação dos filhos.

Nesse caso, segundo a abordagem de Coleman (1988), a estrutura familiar biparental não seria um mecanismo mais eficiente de transmissão de recursos sociais que as famílias monoparentais. A importância das famílias biparentais estaria relacionada à importância de uma rede fechada para a coesão da família. Em uma família coesa seria possível garantir maior atenção à formação escolar dos filhos.

Em ATT2, se encontra o efeito isolado da escolaridade dos responsáveis sobre a escolaridade dos filhos. Como esperado, a relação entre escolaridade dos responsáveis e a escolaridade do filho é positiva.

No caso da interação entre pertencer a famílias biparentais e a escolaridade dos pais o efeito foi não foi estatisticamente significativo. Mesmo resultado encontrado por Teachman *et al.* (1997), porém diferente daquele esperado pela hipótese testada.

Famílias biparentais não transmitem melhor esses recursos educacionais, ou seja, famílias biparentais não transmitem melhor capital social do tipo educacional. A conclusão, portanto é a mesma a que chegou Teachman *et al.* (1997), os recursos educacionais não precisam de agente catalisador para sua transmissão. O que parece ser importante é a presença de alguém no domicílio com recursos educacionais elevados disponíveis para favorecer a formação escolar do estudante.

Os resultados dessa seção são indicativos para que a similaridade entre os cônjuges acerca da posse, em volume elevado, de recursos econômicos e educacionais tenham efeito sobre a transmissão intergeracional de escolaridade dos responsáveis para os filhos. Se o que mais importa não é a melhor capacidade de transmissão de recursos sociais em função da estrutura familiar, e sim, a presença de pessoas com escolaridade e renda elevada; então, é possível supor que uma família, com a mãe e o pai em posse de escolaridade elevada, transmita mais recursos educacionais do que famílias com somente um adulto com escolaridade elevada ou sem nenhum responsável com escolaridade elevada. O mesmo raciocínio pode ser aplicado para a renda dos cônjuges e o investimento na formação escolar de seus filhos.

A partir desse resultado é possível propor que a existência a similaridade dos cônjuges, acerca do volume de ativos em posse de cada um, ao concentrar esses recursos sociais em um grupo reduzido de casais, cria a condição para que os seus herdeiros apresentem vantagens cumulativas diferenciadas através da transmissão intergeracional de recursos sociais.

Para que na próxima etapa de testes seja encontrado algum efeito da similaridade entre os cônjuges sobre a transferência de escolaridade entre pais e filhos, é preciso que após a aleatorização dos cônjuges e dos filhos, a distância entre a escolaridade prevista para os estudantes no caso aleatório e aquela encontrada na situação original seja maior entre famílias biparentais do que o resultado encontrado para famílias monoparentais.

Caso contrário, o efeito encontrado será o da simples mudança de atributos dos responsáveis dos pais, ou seja, como foi apontado nessa seção, importaria mais apresentar alguém com recursos vantajosos do que a concentração em si de recursos escolares proveniente da composição dos matrimônios. Nesse caso, somente um responsável com elevada escolaridade já seria o suficiente para alcançar o máximo de transmissão de recursos educacionais aos filhos.

5.4. Efeito da Semelhança Educacional entre Cônjuges Sobre a Escolaridade dos Filhos

Para estudar o efeito da similaridade de recursos em posse dos cônjuges sobre a transmissão intergeracional de recursos sociais é necessário, primeiramente, excluir qualquer possível efeito da estrutura familiar que possa estar envolvido.

Não basta que a escolaridade de pais de famílias biaparentais tenha efeito sobre na escolaridade dos filhos, para que haja efeito específico da composição dos matrimônios, é necessário que o fenômeno seja mais intenso nessas famílias do que a simples mudança de um responsável como se verifica no caso de famílias monoparentais.

Como já foi demonstrado por Barros *et al.* (2001), a diferença de recursos educacionais dos pais tem efeito sobre a escolaridade dos filhos. Desse modo, a simples substituição da mãe e/ou do pai de um estudante já afetará sua escolaridade desde que a pessoa que os substitua apresente uma quantidade diferente de recursos educacionais.

Por esse motivo, as famílias monoparentais serão um dos grupos de controle do efeito da similaridade dos cônjuges sobre a escolaridade dos filhos. Como em famílias monoparentais não se faz sentir efeito de composição dos matrimônios, esse tipo de estrutura familiar é um grupo de controle para o efeito “puro” da substituição do responsável.

O outro grupo de controle é um grupo contrafactual no qual os membros das famílias com filhos serão aleatorizados. No caso de famílias biparentais, o seu grupo de controle contrafactual será semelhante em todas as características exceto na frequência de matrimônios entre indivíduos de escolaridade semelhante e em características não-observáveis. O grupo de controle contrafactual de famílias monoparentais será semelhante em todas as características exceto naquelas não-observáveis. Será assumido que as características não-observáveis se comportam da mesma maneira em famílias biparentais e monoparentais.

Para construir os grupos de controle contrafactuais foi realizado um procedimento de pareamento aleatório segundo os mesmos princípios daquele realizado no quarto capítulo. A principal diferença se encontra no fato de além de se aleatorizar os cônjuges, somente em famílias biparentais, também ocorre a aleatorização dos filhos, em ambas as estruturas familiares. Esse procedimento será apresentado na seção 5.4.1.

A seção 5.4.2 apresenta o procedimento utilizado para prever a escolaridade dos filhos através de características individuais dos estudantes e características dos pais. Foram utilizados modelos estatísticos distintos, porém análogos, para estudantes oriundos de famílias biparentais e monoparentais.

Os coeficientes das variáveis explicativas desses modelos foram utilizados nos grupos de controle contrafactuais para prever a nova escolaridade dos filhos em suas novas famílias.

A seção 4.4.3 apresenta e discute o teste através de grupos de controle contrafactuais e apresenta os resultados encontrados para o efeito conjecturado da similaridade educacional entre os cônjuges sobre a escolaridade dos filhos.

5.4.1. Procedimento de Pareamento Aleatório

Serão desenvolvidos procedimentos de pareamento aleatório distintos para famílias biparentais e monoparentais. A observação da mudança do desempenho escolar de estudantes filhos de famílias monoparentais antes e depois da aleatorização funciona como um grupo controle do procedimento análogo realizado para famílias biparentais.

Não basta que haja mudança entre o desempenho de estudantes oriundos de famílias biparentais após a aleatorização, para que haja efeito específico da composição dos matrimônios, é necessário que essa transformação seja mais intensa do que a simples mudança de um responsável como se verifica no caso de famílias monoparentais.

Se as mudanças de comportamento do desempenho escolar dos estudantes oriundos de famílias monoparentais e biparentais, antes e depois da aleatorização, forem equivalentes, isso

significa que a transmissão de recursos escolares independente da concentração de recursos educacionais provenientes do casamentos entre indivíduos semelhantes que apresentam escolaridade elevada.

No caso das famílias biparentais é necessário, primeiramente, aleatorizar as uniões matrimoniais para, em seguida, aleatorizar as famílias em que cada estudante pertencerá. Para o procedimento de aleatorização dos cônjuges não será utilizado duas formas distintas de aleatorização como ocorreu no Capítulo 3.

No capítulo passado, no Modelo 1 a aleatorização foi condicionada por um parâmetro, que mantém certas características demográficas e geográficas dos cônjuges idênticas, e no Modelo 2 ocorreu uma aleatorização simples. A utilização de um parâmetro de pareamento foi prejudicial ao procedimento de aleatorização como será explicado durante o detalhamento do procedimento de aleatorização. Por esse motivo, o Modelo 1 não foi utilizado neste capítulo para os testes. Somente o Modelo 2 foi executado nos testes da seção 5.4.3.

Para as famílias monoparentais, somente é necessário aleatorizar o pertencimento dos filhos às famílias disponíveis. Será realizado somente o procedimento de aleatorização simples dos filhos entre os responsáveis porque em famílias monoparentais não existem cônjuges a serem aleatorizados.

Antes de iniciar a descrição do procedimento resta informar que as limitações desse procedimento são as mesmas já discutidas na seção 4.2.3 (p. 79 a 80). A justificativa pela escolha de um modelo estatístico também permanece a mesma. Basta salientar que enquanto no capítulo 3, o modelo estático não dá conta de prever mudanças no interesse dos cônjuges de se inserirem ou de saírem do mercado de trabalho de acordo com a mudança de renda de seus parceiros; nesse capítulo, a diferença de escolaridade do novo parceiro pode tanto estimular quanto desestimular a continuidade dos estudos de seu cônjuge.

O primeiro procedimento apresentado corresponde ao pareamento aleatório de famílias biparentais. O procedimento proposto é análogo àquele proposto na seção 4.2.2 (p. 74 a 78) do capítulo anterior. Alguns dos passos apresentados são equivalentes aos propostos anteriormente. Nesses casos não será apresentada novamente sua explicação para facilitar a leitura daqueles já familiarizados. Aos demais leitores, sugere-se retornar à seção 4.2.2.

1º Passo Excluir indivíduos que residam em um domicílio sem apresentarem grau de parentesco com o núcleo da família.

2° *Passo* Exclusão de famílias nas quais se encontra, em pelo menos um de seus membros, problemas na declaração das variáveis a respeito dos rendimentos, da escolaridade e da cor/raça.

3° *Passo* Exclusão de famílias formadas por núcleos homoafetivos.

Essa decisão é de ordem estritamente metodológica. Houve declaração de 64 uniões homoafetivas na PNAD 2009, em um total de 156 pessoas entre cônjuges (128), filhos (15) e outros parentes (13). Em razão do pequeno conjunto de observações haveria grande chance de que as recombinações dos cônjuges fossem iguais às combinações originais; principalmente no Modelo 1 em que existe um parâmetro que condiciona a aleatorização dos parceiros.

Além disso, no momento da análise dos modelos estatísticos em que se distinguem a escolaridade do pai e da mãe do estudante, se fosse utilizada a informação de casais homossexuais e heterossexuais simultaneamente não seria possível observar diferenças de gênero.

Como Barros *et al.* (2001) demonstrou a importância das diferenças entre homens e mulheres com relação ao efeito de suas escolaridades no desempenho escolar de seus filhos e o número de observações de uniões homoafetivas se utilizados separadamente, na melhor das hipóteses, permitiria alguma inferência estatística sofrível; se optou por não realizar, por hora, estudo conjunto entre núcleos familiares compostos por casais homossexuais e heterossexuais.

Após os Passos 1 a 3, que dizem respeito ao tratamento da base de dados necessário para o procedimento de aleatorização, somente 4.93% das observações originais foram eliminadas da PNAD 2009.

4° *Passo* Imputar nas esposas informações a respeito do número total de moradores do domicílio e a renda de filhos e outros parentes.

5° *Passo* Separar maridos, esposas e filhos em três bases de dados distintas.

1° *Passo Novo* Excluir maridos e esposas sem filhos.

Os matrimônios que não deram origem a herdeiros não são relevantes ao estudo de transmissão intergeracional de recursos educacionais. Uma vez que na situação original esses casamentos não impactam diretamente na transmissão de recursos a estudantes, o mesmo deve acontecer nos modelos aleatórios. Por esse motivo, as observações referentes a cônjuges sem filhos devem ser excluídas.

2º Passo Novo Expandir a base dos maridos e das esposas pelo número de filhos sob a responsabilidade de cada indivíduo.

Uma vez que existem casais com mais de um filho, ao simplesmente separar e depois reunir de forma aleatória maridos, esposas e filhos não haveria responsáveis suficientes para cada estudante. Através da expansão pelo número de filhos sob a responsabilidade de cada indivíduo adulto, haverá exatamente o número de pais e mães necessários para que cada estudante apresente os dados referentes a um pai e uma mãe.

Como a preocupação desse teste é encontrar a diferença do efeito sobre os estudantes das características de seus progenitores a escala de análise é individual e não familiar. A família é proposta como causa da transmissão de recursos, o efeito é medido através dos estudantes. Por esse motivo, a expansão do número de progenitores não interfere na inferência, desde que a análise seja realizada no âmbito individual e não familiar.

Quando os dados de pais, mães e filhos forem reunidos, a base de dados se apresentará como uma base típica de estudos de mobilidade social, na qual cada observação individual apresenta informações sobre seus antepassados.

Esse procedimento de expandir o número de pais e mães segundo o número de filho foi o responsável pelo problema aleatorização que ocorreu no Modelo 1. Houve reincidência de recasamento dos cônjuges em 11228 casos, o que significa 10.08% do total.

O Modelo 1, além de contar com um parâmetro que controla a aleatorização segundo quatro variáveis, o que dificulta a aleatorização, também passou por outro problema. Em muitos dos casos de repetição de cônjuges, ela ocorreu porque não havia outros núcleos familiares com as mesmas combinações das variáveis de controle. Quando esses casos foram expandidos pelos números de filhos ligados aos cônjuges, houve obrigatoriamente aumento no número de repetições que desfavorecem a aleatorização.

O Modelo 1 apresentou uma aleatorização de cônjuges deficiente e sua utilização e interpretação deveria ser feita com cautela. No que diz respeito ao reencontro ente pais e filhos, houve somente um caso de repetição. Entre mães e filhos o número de casos foram quatro. Não houve coincidência perfeita entre esposa, marido e filho. Em razão do número elevado de repetições de casamento entre cônjuges, como dito anteriormente, se optou por não utilizar esse modelo para os testes deste capítulo.

6º Passo Gerar um código aleatório de seis dígitos. Na base de dados para maridos e na base dados para esposas.

7º Passo Reordenar as duas bases de dados segundo o código aleatório.

- 8° Passo* Criar a variável denominada “identificador de cônjuge”, que vá de 1 até n, com n igual ao número total de observações nas bases.
- 9° Passo* Fundir a base de dados dos maridos à base de dados das esposas a partir da variável “identificador de cônjuge”. O que dá origem a base “esposas–maridos”.
- 3° Passo Novo* Gerar um código aleatório de seis dígitos. Na base de dados dos filhos e na base “esposas–maridos”.

O código aleatório permitirá a aleatorização das observações da base de dados.

- 4° Passo Novo* Reordenar as duas bases de dados segundo o código aleatório.

Por meio da aleatorização da ordem das observações, quando a base “esposas–maridos” for fundida à base dos filhos, haverá a formação de novas famílias.

- 5° Passo Novo* Criar a variável denominada “identificador de família”, que vá de 1 até n, com n igual ao número total de observações nas bases.

A variável “identificador de família” permite a cada observação da base “esposas–maridos” e da base de dos filhos uma classificação particular de acordo com sua posição na ordem realizada através aleatorização. Cada núcleo familiar e cada filho terá somente uma observação na outra base com o mesmo número de identificação.

- 6° Passo Novo* Fundir a base de dados dos filhos à base de dados “esposas–maridos” a partir da variável “identificador de família”.

Dado que o “identificador de família” para núcleos familiares e filhos varia de 1 a n, com n igual ao total de observações e as duas bases apresentam o mesmo tamanho, cada núcleo familiar e cada filho apresenta somente uma observação com o mesmo identificador.

A respeito do sucesso do procedimento de aleatorização proposto é preciso dizer que, após o tratamento dos dados realizados nos Passos 1 a 3, havia 111344 observações de filhos oriundos de famílias biparentais. No Modelo 2, houve cinco casos de repetição de casamentos entre os cônjuges originais, seis casos de pais que coincidiram com o filho original e 2 casos de reincidência do par mãe e filho. Não houve coincidência perfeita entre esposa, marido e filho originais.

O próximo procedimento apresentado corresponde ao pareamento aleatório de famílias monoparentais.

- 1º Passo* Excluir indivíduos que residam em um domicílio sem apresentarem grau de parentesco com o núcleo da família.
- 2º Passo* Exclusão de famílias nas quais se encontra, em pelo menos um de seus membros, problemas na declaração das variáveis a respeito dos rendimentos, da escolaridade e da cor/raça.
- 3º Passo* Exclusão de famílias formadas por núcleos homoafetivos.
- 4º Passo* Separar pessoas de referência (pai ou mãe, sem cônjuge) e filhos em duas bases de dados distintas.
- 5º Passo* Excluir pessoas de referência sem filhos.
- 6º Passo* Expandir a base das pessoas de referência pelo número de filhos sob a responsabilidade de cada indivíduo.
- 7º Passo* Gerar um código aleatório de seis dígitos. Na base de dados dos filhos e na base das pessoas de referência.
- 8º Passo* Reordenar as duas bases de dados segundo o código aleatório.
- 9º Passo* Criar a variável denominada “identificador de família”, que vá de 1 até n, com n igual ao número total de observações nas bases.
- 10º Passo* Fundir a base de dados dos filhos à base de dados das pessoas de referência a partir da variável “identificador de família”.

A respeito do sucesso do procedimento de aleatorização proposto é preciso dizer que, após o tratamento dos dados realizados nos Passos 1 a 3, havia 36666 observações de filhos oriundos de famílias monoparentais. Para o estudo das famílias monoparentais só foi apresentado um procedimento de aleatorização denominado Modelo 2, em razão da similaridade do procedimento com a versão homônima para famílias biparentais. Por se tratar de uma aleatorização plena das observações, o Modelo 2 apresentou raros casos de repetições. Houve três casos de repetição de filhos com seus responsáveis originais.

A próxima seção trata dos modelos estatísticos para a previsão da escolaridade dos filhos de famílias biparentais e monoparentais. Através dessa previsão será possível imputar a nova escolaridade dos filhos aleatorizados segundo o procedimento que foi apresentado nesta seção.

5.4.2. Modelos Estatísticos Empregado na Previsão da Escolaridade dos Estudantes Oriundos de Famílias Biparentais e Monoparentais

O modelo estatístico proposto a seguir pretende encontrar o efeito da escolaridade de pais e mães sobre seus filhos. As bases de dados originais de famílias biparentais e monoparentais serão estudadas a partir de modelos semelhantes, porém com adequações às diferenças de estrutura familiar.

Os coeficientes encontrados para as bases originais serão aplicados às mesmas variáveis dos novos responsáveis pelos estudantes nas respectivas bases de dados dos modelos aleatórios. Desse modo será possível prever a escolaridade dos estudantes em função de sua nova família.

O modelo para a previsão da escolaridade dos filhos segundo características individuais e características dos pais e mães em famílias biparentais é descrito da seguinte maneira:

$$Edu_{filho} = \beta_0 + \beta_1 Edu_{pai} + \beta_2 Edu_{mãe} + \beta_3 Idade_{filho} + \beta_4 \left(\frac{Idade_{filho}}{8} \right)^2 + \beta_5 \delta_g + \beta_6 \delta_{cr_filho} + \beta_7 \delta_{cr_pai} + \beta_8 \delta_{cr_mãe} + \beta_9 n_irmãos + \varepsilon$$

Edu_{filho} corresponde a escolaridade dos filhos oriundos de famílias biparentais e é a variável explicada do modelo. Cada β sucedido de um índice de 1 a 9 corresponde ao respectivo parâmetro de uma das variáveis explicativas; β_0 é o intercepto. Edu_{pai} e $Edu_{mãe}$ correspondem, respectivamente, a escolaridade do pai e da mãe de cada estudante. $Idade_{filho}$ informa a idade de cada estudante e $\left(\frac{Idade_{filho}}{8} \right)^2$ é o polinômio quadrático definido a partir da idade dos estudantes. δ_g é uma variável binária que corresponde ao gênero do filho; não é necessário acrescentar variáveis de gênero para os responsáveis porque cada estudante apresenta todas as informações separadamente para o pai e a mãe. δ_{cr_filho} , δ_{cr_pai} e $\delta_{cr_mãe}$ são variáveis binárias que informam a cor/raça do filho, pai e mãe respectivamente. O número de irmão de cada estudante é informado pela variável $n_irmãos$. Por fim, ε representa o efeito de características não observáveis pelo modelo e recebe o nome de resíduo.

A informação da idade e o polinômio quadrático referente à idade são necessários porque todos os estudantes de diferentes idades estão inseridos nesse modelo, dessa forma é importante controlar a diferença entre os estudantes mais jovens e mais velhos que dizem respeito somente a essa diferença de faixa etária. Não foram promovidos diferentes modelos

por faixa etária porque o ajuste do modelo perdeu capacidade explicativa quando isso foi tentado.

A importância da variável binária de gênero se deve às mudanças que ocorreram na escolaridade de estudantes homens e mulheres. Atualmente o desempenho escolar feminino tem superado o masculino. As variáveis de cor/raça empregadas visam ao controle sobre efeitos relacionados à discriminação racial que possam afetar a escolaridade dos estudantes.

O emprego do número de irmãos é justificado pela maior dificuldade de transmitir recursos educacionais em famílias compostas por grande número de membros dependentes do núcleo familiar.

O modelo para a previsão da escolaridade dos filhos segundo características individuais e características dos responsáveis em famílias monoparentais é descrito da seguinte maneira:

$$Edu_{filho} = \beta_0 + \beta_1 Edu_{responsável} + \beta_2 Idade_{filho} + \beta_3 \left(\frac{Idade_{filho}}{8} \right)^2 + \beta_4 \delta_{g_{filho}} + \beta_5 \delta_{cr_{filho}} + \beta_6 \delta_{g_{responsável}} + \beta_7 \delta_{cr_{responsável}} + \beta_8 n_{irmãos} + \varepsilon$$

Edu_{filho} corresponde a escolaridade dos filhos oriundos de famílias monoparentais e é a variável explicada do modelo. Cada β sucedido de um índice de 1 a 8 corresponde ao respectivo parâmetro de uma das variáveis explicativas; β_0 é o intercepto. $Edu_{responsável}$ corresponde a escolaridade do pai ou da mãe de cada estudante. $Idade_{filho}$ informa a idade de cada estudante e $\left(\frac{Idade_{filho}}{8} \right)^2$ é o polinômio quadrático definido a partir de sua idade. $\delta_{g_{filho}}$ é uma variável binária que corresponde ao gênero do filho; $\delta_{g_{responsável}}$ informa o gênero para os responsáveis porque cada estudante apresenta somente as informações para o pai ou para a mãe. $\delta_{cr_{filho}}$ e $\delta_{cr_{responsável}}$ são variáveis binárias que informam a cor/raça do filho, e responsável respectivamente. O número de irmão de cada estudante é informado pela variável $n_{irmãos}$. Por fim, ε representa o efeito de características não observáveis pelo modelo e recebe o nome de resíduo.

Novamente, não foram promovidos diferentes modelos por faixa etária dos estudantes porque o ajuste do modelo perdeu capacidade explicativa quando isso foi tentado.

As justificativas para as variáveis de controle acrescentadas ao modelo de famílias monoparentais são as mesmas para famílias biparentais. O fato de trabalhar em um mesmo modelo famílias monoparentais chefiados por mulheres e homens se deve ao fato de aproximadamente 90% das observações de famílias monoparentais serem chefiadas por

mulheres. Seria difícil obter significância estatística para os estratos superiores de renda para famílias monoparentais chefiadas por homens se elas fossem trabalhadas separadamente.

A Tabela 5.6 apresenta os resultados dos coeficientes das variáveis explicativas, e suas versões padronizadas, obtidos para a previsão da escolaridade de estudantes nascidos, respectivamente, em famílias biparentais e monoparentais.

Os coeficientes das variáveis análogas na Tabela 5.6 obtiveram valores semelhantes o que demonstra a semelhança entre famílias biparentais e monoparentais no que diz respeito aos mecanismos de transmissão de escolaridade dos responsáveis para os filhos.

Todas as variáveis dos dois modelos apresentaram elevada significância estatística. A única variável explicativa que foi significativa somente para o nível de 95% foi o gênero do responsável no modelo para famílias monoparentais. O motivo para isso provavelmente é a baixa frequência de famílias monoparentais chefiadas por homens que possuam filhos.

Os coeficientes padronizados são independentes da escala de medida das diferentes variáveis explicativas. Nota-se que, entre as variáveis explicativas que dizem respeito às características dos responsáveis, as escolaridades foram aquelas que apresentaram maior efeito. Tal fato corrobora os resultados encontrados em Barros *et al.* (2001).

O coeficiente de determinação, R^2 , expressa o quanto o modelo explica da variabilidade total da variável dependente, escolaridade dos filhos. A versão ajustada do R^2 implica que a inclusão de variáveis independentes sem significância estatística não aumentará o valor do coeficiente. Os valores encontrados para o R^2 ajustado indicam que o modelo proposto é satisfatório para a estimação da escolaridade e pode ser utilizado na previsão da escolaridade dos filhos após os procedimentos de aleatorização discutido na seção anterior.

Como os R^2 ajustados dos dois modelos apresentam valores próximos é possível assumir que o efeito das características não-observáveis se comportam da mesma maneira em famílias biparentais e monoparentais.

Na próxima seção será discutido o teste realizado a partir dos grupos de controle contrafactual elaborados através dos procedimentos de aleatorização e predição da escolaridade dos filhos.

Tabela 5.6 Coeficientes das Variáveis Explicativas Encontrados na Estimação da Escolaridade de Estudantes, Segundo a Estrutura Familiar

Variáveis	Famílias Biparentais			Famílias Monoparentais		
	Coeficientes	Coeficientes Padronizados	p-valor	Coeficientes	Coeficientes Padronizados	p-valor
Escolaridade da Mãe	0.076	0.109	< 0.001			
Escolaridade do Pai	0.048	0.070	< 0.001			
Cor/raça da Mãe	0.122	0.020	< 0.001			
Cor/raça do Pai	0.099	0.016	< 0.001			
Escolaridade do Responsável				0.124	0.179	< 0.001
Gênero do Responsável				-0.111	-0.011	0.021
Cor/raça do Responsável				0.133	0.021	< 0.001
<i>Controles</i>						
Número de Irmãos	-0.131	-0.061	< 0.001	-0.145	-0.068	< 0.001
Idade do Filho	1.034	1.039	< 0.001	0.915	0.919	< 0.001
(idade/8) ²	-0.461	-0.188	< 0.001	-0.280	-0.116	0.008
Gênero do Filho	-0.433	-0.071	< 0.001	-0.571	-0.094	< 0.001
Cor/raça do Filho	0.117	0.019	< 0.001	0.246	0.040	< 0.001
Intercepto	-7.741		< 0.001	-6.842		< 0.001
R ² ajustado	76.63%			71.02%		

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

5.4.3. Efeito da Similaridade Educacional entre Cônjuges Sobre a Escolaridade dos Filhos

A abordagem do teste realizado nessa seção é uma adaptação dos testes de efeito de tratamento e se aproxima do teste da diferença em diferenças (*difference-in-differences* ou *diff-in-diff*, ver Lee, 2005). Esse procedimento verifica o efeito médio do tratamento (efeito médio da variável explicativa em um grupo de observações) ao comparar a média da variável explicada em um grupo tratado antes e depois do tratamento com as médias dessa variável em um grupo de controle nos mesmos pontos no tempo.

A comparação da variável explicada antes e depois do tratamento tem por objetivo mensurar o efeito do tratamento, enquanto a comparação desse resultado com aquele encontrado para o grupo de controle no mesmo intervalo de tempo tem por objetivo isolar a interferência de efeitos não-observáveis.

Por exemplo, na verificação da eficácia da implantação de um programa de transferência condicional de renda no país X, a simples observação da condição das famílias antes e depois da entrada no programa não é suficiente para saber o impacto do programa. É necessário verificar o que aconteceu com um grupo de famílias que não participa do programa, com as mesmas características, durante o mesmo intervalo de tempo.

Se o país X estiver em um momento de crescimento econômico intenso é possível que a melhora da condição de vida das famílias atendidas tenha ocorrido em razão de mudanças externas ao programa, por isso é importante verificar o que aconteceu com um grupo equivalente ao tratado que não está inscrito no programa. Do mesmo modo, se o país X vive um cenário de crise econômica é possível que ainda com a condição de vida do grupo tratado pior após a inserção da família no programa, o tratamento seja eficaz desde que as famílias do grupo de controle vivenciem um piora ainda maior de sua condição de vida no mesmo período de tempo.

Fundamentalmente, o teste da diferença em diferenças é um teste de comparação do efeito de tratamento em um intervalo de tempo determinado. Intervalo de tempo que se inicia antes do tratamento e termina após o mesmo.

No caso do teste de hipótese proposto neste capítulo, é necessário adaptar o modelo de *diff-in-diff* porque não é possível observar a escolaridade dos filhos antes do tratamento, qual seja o casamento de seus pais. De modo geral, os filhos nascem após o casamento de seus

pais, então as crianças viverão, em sua maioria, sob o efeito do laço matrimonial constituído por seus pais durante toda sua trajetória escolar.

Para realizar as adaptações foram construídos grupos de controles contrafactuais. Não se trata mais de comparação de situações em dois pontos no tempo. O que se compara é o comportamento da distribuição de escolaridade das crianças em duas situações. Na situação original, a composição dos matrimônios brasileiros condiciona uma distribuição desigual de recursos econômicos e educacionais entre os cônjuges que constituem os núcleos familiares. No cenário contrafactual, a composição do conjunto de matrimônios brasileiros é independente da similaridade entre os recursos econômicos e educacionais em posse de cada um dos cônjuges.

Observe a diferença da confrontação dos efeitos sobre a e b , respectivamente a escolaridade média das crianças em suas famílias biparentais originais e em suas famílias biparentais contrafactuais. Atente para quais são os efeitos que interferem na escolaridade dos filhos em cada condição proposta.

a : famílias biparentais originais (grupo tratado)

efeito de características observáveis: composição dos matrimônios; estrutura familiar

efeito de características não-observáveis: sim

b : famílias biparentais aleatórias (grupo de controle contrafactual de a)

efeito de características observáveis: estrutura familiar

efeito de características não-observáveis: não

Efeito de $a-b$:

$$\underbrace{a - b}_{\text{composição_dos_matrimônios+não_observáveis+viés_de_substituição}}$$

Existem vários efeitos distintos oriundos das características familiares sobre a escolaridade das crianças.

Observa-se que ao utilizar famílias biparentais contrafactuais como controle das famílias biparentais originais é possível eliminar o efeito da estrutura familiar no resultado da escolaridade dos filhos, todavia, não é possível excluir o efeito de características não-observáveis do modelo. Esse fato se deve ao procedimento de aleatorização dos membros da família. É da natureza da aleatorização minimizar efeitos de características não-observáveis ao reduzir a heterogeneidade dessas características ao longo da distribuição das novas famílias.

Ainda, a confrontação da situação original e contrafactual dá origem a um viés oriundo da substituição dos pais de cada criança. A distinção entre o efeito de composição dos matrimônios e o *viés de substituição* é relevante porque ambos tratam da distribuição dos recursos sociais em posse dos responsáveis pelos estudantes.

Ao final da seção 5.3.2 foi discutida a importância de distinguir o efeito da concentração de recursos proveniente da composição dos matrimônios brasileiros, na qual há considerável similaridade entre os recursos em posse de cada um dos parceiros, do efeito da simples mudança dos atributos dos responsáveis por cada criança. Neste último caso, o importante para a escolaridade da criança seria simplesmente a presença de pelo menos um responsável em posse de escolaridade elevada.

O *viés de substituição* trata da diferença de um adulto para outro na posse de recursos que podem ser úteis para a formação escolar de um estudante sob sua responsabilidade. O efeito de composição dos matrimônios trata da acumulação em poucas famílias de uma porção significativa do volume total de recursos úteis a formação escolar dos filhos através do casamento; dado que existe uma tendência na formação de laços matrimoniais entre indivíduos que possuem quantidades equivalentes de recursos econômicos e educacionais.

Para controlar os efeitos de características não-observáveis e do *viés de substituição* é necessário um novo grupo de controle. Observe a diferença da confrontação dos efeitos sobre *c* e *d*, respectivamente a escolaridade média das crianças em suas famílias monoparentais originais e em suas famílias monoparentais contrafactuais. Atente para quais são os efeitos que interferem na escolaridade dos filhos em cada condição proposta.

c: famílias monoparentais originais (grupo de controle)

efeito de características observáveis: estrutura familiar

efeito de características não-observáveis: sim

d: famílias monoparentais aleatórias (grupo de controle contrafactual de *c*)

efeito de características observáveis: estrutura familiar

efeito de características não-observáveis: não

Efeito de *c-d*:

$$\frac{(c - d)}{\text{não_observáveis+viés_de_substituição}}$$

Nos grupos *c* e *d* não é possível observar efeitos da composição dos matrimônios porque não existem dois responsáveis que possam afetar através da escolaridade na formação

de seus filhos. Só é possível observar o efeito da estrutura familiar, em c e d , e de características não-observáveis, em c .

Após a confrontação entre os casos original e contrafactual, observa-se que restam como efeitos sobre a escolaridade, as características não-observáveis e o *viés de substituição*.

Isoladamente, nem c nem d seriam um controle eficiente para famílias a , contudo, o conjunto $(c-d)$ é um controle adequado a $(a-b)$. Observe abaixo o que acontece quando se comparam conjuntamente os dois grupos.

$$\frac{(a - b) - (c - d)}{\text{composição_dos_matrimônios} - (\text{não_observáveis} + \text{viés_de_substituição}) - \text{composição_dos_matrimônios}}$$

Após a primeira diferença entre $(a-b)$ restam efeitos indesejados, porém, após a diferença entre diferenças $(a-b)-(c-d)$ resta somente o efeito de interesse, ou seja, o efeito da similaridade de recursos em posse dos cônjuges existente na composição dos matrimônios brasileiros.

Assume-se que os efeitos de características não-observáveis sobre a escolaridade de estudantes de famílias biparentais e monoparentais se anulam porque, como foi discutido na seção 5.4.2, os modelos de estimação da escolaridade de estudantes nascidos em famílias biparentais e monoparentais apresentam coeficiente de determinação, R^2 , suficientemente próximos. Isso significa que o efeito de características não-observáveis também é próximo para crianças nascidas nas duas estruturas familiares.

Assume-se também não haver relação de dependência entre *viés de substituição* e a estrutura familiar, o que implica em:

$$E(\text{viés de substituição} | \text{estrutura familiar}) = E(\text{viés de substituição})$$

Essa proposição não parece forçosa, uma vez que o *viés de substituição* tem origem na aleatorização da distribuição das famílias e a comparação das famílias originais e contrafactuais. Como a aleatorização da distribuição da escolaridade dos pais e mães entre as famílias minimiza os efeitos de características não-observáveis que interferem na distribuição da escolaridade desses adultos ao longo da distribuição das novas famílias, não parece ser o caso de haver dependência do tipo de estrutura familiar e o *viés de substituição*. Essa afirmação garante que os efeitos do viés de substituição de famílias biparentais e monoparentais se anulem.

As Tabelas 5.7 a 5.9, a seguir, apresentam as médias de escolaridade dos estudantes do grupo de tratamento a e dos grupos de controle b , c e d , além das primeiras diferenças $(a-b)$ e $(c-d)$ e a segunda diferença $(a-b)-(c-d)$, de acordo com a faixa etária dos estudantes. Os testes são apresentados, ainda, separadamente segundo os estratos originais da renda familiar *per capita* aos quais os estudantes pertencem. Não é possível apresentar o resultado conjunto para a sociedade porque a distribuição geral de a e b , bem como de c e d , são as mesmas de modo que as médias da escolaridade dos controles contrafactuais (b e d) anulariam os valores assumidos pela média de escolaridade dos estudantes em suas estruturas familiares originais (a e c).

Do mesmo modo como ocorreu na seção 5.3.1, a distinção de um estrato numericamente restrito, como é o caso dos ricos, traz consigo problemas no momento da interpretação de efeitos de média. Os casos em que o pequeno número de observações dá origem a um desvio significativo das médias estão marcados com (*).

No primeiro caso, a distribuição aleatória das variáveis explicativas do grupo de controle d do estrato dos ricos não foi muito bem sucedida. Quando se observa as médias dos outros estratos é possível perceber que elas são próximas umas das outras, como é esperado em um processo de aleatorização, o qual tem por objetivo gerar um cenário em que as variáveis explicativas apresentem independência da variável explicada. Quanto menor é o subconjunto que se deseja aleatorizar, maiores são as chances de problemas com o procedimento.

Tabela 5.7 Escolaridade Média dos Grupos de Tratamento e Controle Segundo os Estratos de Renda Familiar *per capita* Originais dos Estudantes Entre 8 e 10 Anos

	Estratos da Renda Familiar <i>per capita</i>					
	Até 25%	> 25 até 50%	> 50 até 75%	> 75 até 95%	> 95 até 99%	> 99 até 100%
a	1.36	1.68	1.81	1.95	1.94	1.89
b	1.55	1.57	1.59	1.66	1.60	1.45
c	1.41	1.60	1.83	2.02	1.87	2.17
d	1.45	1.52	1.54	1.59	1.55	2.53 (*)
$(a-b)$	-0.19	0.10	0.22	0.29	0.35	0.44
$(c-d)$	-0.04	0.08	0.29	0.43	0.33	-0.36
$(a-b)-(c-d)$	-0.15	0.03	-0.07	-0.14	0.02	0.80

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Tabela 5.8 Escolaridade Média dos Grupos de Tratamento e Controle Segundo os Estratos de Renda Familiar *per capita* Originais dos Estudantes Entre 11 e 14 Anos

	Estratos da Renda Familiar <i>per capita</i>					
	Até 25%	> 25 até 50%	> 50 até 75%	> 75 até 95%	> 95 até 99%	> 99 até 100%
<i>a</i>	4.07	4.80	5.11	5.38	5.58	5.23
<i>b</i>	4.58	4.66	4.71	4.70	4.80	4.67
<i>c</i>	4.04	4.66	5.08	5.33	5.20	6.93 (*)
<i>d</i>	4.33	4.48	4.45	4.60	4.34	5.27
(<i>a-b</i>)	-0.52	0.14	0.40	0.68	0.78	0.55
(<i>c-d</i>)	-0.29	0.18	0.64	0.73	0.86	1.66
(<i>a-b</i>)-(<i>c-d</i>)	-0.23	-0.04	-0.23	-0.05	-0.08	-1.11

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Tabela 5.9 Escolaridade Média dos Grupos de Tratamento e Controle Segundo os Estratos de Renda Familiar *per capita* Originais dos Estudantes Entre 15 e 18 Anos

	Estratos da Renda Familiar <i>per capita</i>					
	Até 25%	> 25 até 50%	> 50 até 75%	> 75 até 95%	> 95 até 99%	> 99 até 100%
<i>a</i>	6.81	7.87	8.67	9.21	9.17	9.44
<i>b</i>	7.74	7.85	7.90	8.05	7.95	7.80
<i>c</i>	6.61	7.64	8.66	9.04	8.90	9.08
<i>d</i>	7.30	7.45	7.63	7.64	7.74	7.61
(<i>a-b</i>)	-0.93	0.02	0.77	1.17	1.22	1.63
(<i>c-d</i>)	-0.70	0.19	1.03	1.39	1.16	1.47
(<i>a-b</i>)-(<i>c-d</i>)	-0.23	-0.17	-0.25	-0.23	0.06	0.16

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

No segundo caso, o grupo de controle *c* do estrato dos ricos, que é um grupo da base monoparental original, corresponde a uma parte reduzida da amostra. Coincidentemente, o pequeno número de estudantes dessa faixa etária que tiveram suas informações coletadas para a PNAD 2009 apresentava escolaridade elevada. Essa é a razão para esse grupo apresentar desvio significativo.

Apesar de se esperar – por definição de hipótese da pesquisa – que os estudantes ricos apresentassem escolaridade superior àquela dos estudantes dos demais estratos, se observa que os estudantes de 11 a 14 anos, ricos e de família monoparentais apresentam média de escolaridade superior em mais de um ano e meio à média de sua contraparte oriunda de famílias biparentais. De modo geral, como foi discutida na seção 5.3.1, a diferença entre famílias biparentais e monoparentais no que diz respeito à escolaridade média de seus filhos é

pequena e tende a favorecer aos filhos de famílias biparentais. Não existem elementos que justifiquem esse desvio além do número reduzido de observações coletadas.

Em razão dos problemas relacionados à análise dos efeitos estudados sobre o estudo dos ricos para as faixas etárias dos estudantes de 8 a 10 e 11 a 14 anos, será dada maior atenção ao grupo de maior faixa etária de 15 a 18 anos. Essa faixa etária é aquela que por mais tempo recebeu o efeito da transmissão de escolaridade de seus progenitores. Fato que favorece a interpretação dos seus resultados.

Observa-se que o resultado da similaridade educacional entre os cônjuges é predominantemente negativo, independentemente da faixa etária estudada. Esse resultado pode parecer contrário à expectativa, contudo, é coerente com a discussão desenvolvida até o momento. A porção de casamentos entre dois indivíduos de escolaridade baixa é predominante em diversos estratos de renda familiar *per capita*.

Como pode ser observada na Tabela 3.12 (p. 55), a proporção dos casamentos que ocorre entre duas pessoas com escolaridade formal de 0 a 3 anos ou de 4 a 7 anos nos estratos “até 25%” corresponde a 80,87% do total. No estrato “maior que 25 até 50%” os casamentos entre duas pessoas de baixa escolaridade correspondem a 65,62% do total. Para o estrato “maior que 50 até 75%”, essa porção é da ordem de 53,34% e, para o estrato “maior que 75 até 95%”, essa porção deixa de ser majoritária e assume o valor de 24,44% (para esse grupo a porção majoritária dos casamentos entre pessoas semelhantes é entre os indivíduos com 11 anos de escolaridade, 37,12% do total).

A similaridade educacional entre os cônjuges não garante transmissão elevada de escolaridade aos filhos. Somente a similaridade entre dois cônjuges de nível escolar elevado é que pode influenciar positivamente a trajetória escolar dos filhos. Nesse sentido, o estrato de renda familiar *per capita* que apresenta a maior parcela dos casamentos concentrada entre dois indivíduos de escolaridade elevada é o grupo dos ricos. Nesse estrato, 89,20% do total de casamentos entre dois indivíduos de mesma faixa educacional ocorre entre pessoas com 15 ou mais anos de escolaridade. O estrato “maior que 95 até 99%” também apresenta parcela significativa dos casamentos de pessoas na mesma faixa educacional entre indivíduos com 15 ou mais anos de escolaridade, 78,73% do total.

Para o estrato dos ricos, somente é confiável o resultado para estudantes entre 15 a 18 anos. Para essa faixa etária, após descontar as primeiras e segundas diferenças o resultado foi uma pequena vantagem para estudantes cujos pais apresentam a mesma faixa de escolaridade.

O estrato “maior que 95 até 99%” também alcançou valor positivo para o efeito da composição dos matrimônios sobre estudantes da mesma faixa etária, porém em menor magnitude. Isso era esperado uma vez que a similaridade educacional entre indivíduos com 15 ou mais anos de escolaridade também é a maior parcela dos casamentos entre cônjuges, mas essa porção é menor do que a apresentada pelos ricos.

Para verificar se a similaridade entre os cônjuges privilegia somente a escolaridade dos filhos de casamentos entre dois indivíduos de escolaridade elevada, enquanto acarreta em prejuízo à escolaridade de crianças oriundas de famílias em que os dois cônjuges apresentam baixa escolaridade, foi realizada uma regressão segundo a abordagem das diferenças em diferenças.

A principal característica desse tipo de regressão é a presença de três variáveis dicotômicas. A primeira distingue o grupo tratado dos demais, a segunda diferencia o período de tempo anterior e posterior do tratamento e a última é a interação das duas anteriores. A centralidade explicativa cabe exatamente a essa variável de interação.

No caso do teste deste capítulo, a variável de tratamento distingue os casamentos entre cônjuges similares e casamentos entre cônjuges que se encontram em faixas de escolaridade distintas. A variável de tempo é substituída pela variável que distingue a situação original dos estudantes da situação contrafactual. A terceira variável é a interação entre as duas anteriores.

A utilidade dessa terceira variável é distinguir os casos de casamentos entre cônjuges de escolaridade similar na base original, na qual existe relação de dependência entre escolaridade dos indivíduos e os critérios de formação dos laços matrimoniais, dos casos de casamentos entre cônjuges de escolaridade semelhante presentes na base contrafactual, na qual os casamentos ocorrem de forma independente a outras características. Dito de outra forma, na base contrafactual os casamentos entre indivíduos semelhantes ocorrem espontaneamente e não dependeriam de critérios de seleção provenientes da competição no mercado matrimonial. Através desse procedimento é possível compreender como a tendência à similaridade de recursos educacionais em posse dos cônjuges, ao concentrar grande volume de recursos em poucas famílias, interfere na escolaridade dos filhos.

Para realizar esse teste foram utilizadas simultaneamente as bases originais e contrafactuais de estudantes oriundos de famílias monoparentais e biparentais. O modelo DD segue a seguinte especificação:

$$Edu_{filho} = \beta_0 + \beta_1\delta_{SE} + \beta_2\delta_{original} + \alpha\delta_{CM} + \beta_3Edu_{m\grave{a}e} + \beta_4\delta_{SME} * Edu_{m\grave{a}e} + \beta_5\delta_{biparental} + \beta_6n_{irm\tilde{a}os} + \beta_7Idade_{filho} + \beta_8\left(\frac{idade_{filho}}{8}\right)^2 + \beta_9\delta_{g_filho} + \beta_{10}\delta_{cr_filho} \quad (DD)$$

As tr\^es primeiras vari\^aveis dicot\^omicas, δ , se referem exatamente \^as tr\^es vari\^aveis essenciais descritas acima e assume valor igual a 1 para, respectivamente, c\^onjuges de escolaridade semelhante; situa\~cao original e casos que assumem simultaneamente as duas caracter\xedsticas anteriores. O coeficiente α indica o efeito do modo como est\~ao compostos os matrim\^onios brasileiros segundo a distribui\~cao de recursos educacionais.

A vari\^avel $Edu_{m\grave{a}e}$ corresponde \^a escolaridade da m\~ae no caso de estudantes de fam\xedlias biparentais ou do \^unico respons\~avel no domic\xedlio no caso de estudante de fam\xedlias monoparentais. A vari\^avel $\delta_{CM} * Edu_{m\grave{a}e}$ \^e a intera\~cao entre as vari\^aveis: similaridade educacional dos c\^onjuges, situa\~cao original e a escolaridade da m\~ae. Essa intera\~cao permitir\~a verificar se existe diferen\~ca entre uni\~oes entre c\^onjuges semelhantes de escolaridade elevada e escolaridade baixa sobre a escolaridade dos filhos.

As demais vari\^aveis s\~ao controles do modelo. $\delta_{biparental}$ \^e uma vari\^avel bin\^aria que assume valor igual a 1 para fam\xedlias biparentais e tem por objetivo separar o efeito da composi\~cao dos matrim\^onios do efeito da diferen\~ca entre estruturas familiares. A vari\^avel $n_{irm\tilde{a}os}$ indica o n\~umero de irm\~aos dos estudantes. As vari\^aveis $idade_{filho}$ e $(idade_{filho}/8)^2$ correspondem, respectivamente a escolaridade dos estudantes e ao polin\^omio quadr\^atico da idade. As vari\^aveis δ_{g_filho} e δ_{cr_filho} s\~ao vari\^aveis dicot\^omicas que informam valores igual a 1, respectivamente, para filhos homens e filhos brancos. Os resultados da regress\~ao de DD se encontram na Tabela 5.10.

Do mesmo modo como apresentado atrav\^es do teste da segunda diferen\~ca das m\^edias, o efeito isolado da tend\^encia \^a similaridade de escolaridade entre c\^onjuges na composi\~cao dos matrim\^onios brasileiros foi negativo. Por outro lado, o coeficiente da intera\~cao entre composi\~cao dos matrim\^onios e escolaridade da m\~ae foi positivo, o que indica que a escolaridade dos filhos de fam\xedlias, em que os pais apresentam a mesma faixa de escolaridade, cresce quando a equival\^encia da escolaridade dos c\^onjuges ocorre em n\xedveis elevados. A partir dos resultados, seria necess\~ario que c\^onjuges de mesma escolaridade apresentassem pelo menos 8 anos de escolaridade para que a similaridade entre eles passe a ser vantajosa para a escolaridade dos filhos.

Tabela 5.10 Coeficientes Encontrados na Regressão de Diferenças em Diferenças

Variáveis	Coeficientes	Coeficientes Padronizados	p-valor
SE	-0.033	-0.005	0.004
Original	0.031	0.006	< 0.001
CM	-0.306	-0.040	< 0.001
Escolaridade da mãe	0.092	0.141	< 0.001
CM*Escolaridade da mãe	0.041	0.043	< 0.001
<i>Controles</i>			
Biparental	0.263	0.037	< 0.001
Idade do filho	1.021	1.101	< 0.001
(idade/8) ²	-0.451	-0.198	< 0.001
Gênero do Filho	-0.462	-0.081	< 0.001
Cor/raça do Filho	0.214	0.037	< 0.001
Número de irmãos	-0.141	-0.070	< 0.001
Intercepto	-7.580		< 0.001

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Ao observar os coeficientes padronizados, se encontra que o efeito isolado da escolaridade da mãe continua a apresentar maior relevância do que outros elementos no interior da família para a determinação da escolaridade dos filhos. Dentre os elementos estruturais estudados, a composição dos matrimônios foi aquela que apresentou maior efeito.

Esse resultado permite afirmar que a dinâmica de formação dos laços matrimoniais no Brasil, que apresenta clara tendência na direção de unir indivíduos em posse de volumes semelhantes educacionais, ao concentrarem em poucas famílias os recursos úteis a formação escolar das crianças, afeta de modo diferente crianças nascidas em famílias em posse de volumes diferentes de recursos educacionais. Famílias cujos dois cônjuges apresentam escolaridade elevada possibilitam aos seus filhos alcançar níveis escolares mais elevados.

Essa conclusão sozinha já é relevante, todavia não garante que os filhos dos ricos apresentem vantagem acima daquela obtida por filhos de pessoas de outros estratos de renda familiar *per capita* que também sejam um casal, em que ambos os parceiros apresentem escolaridade formal elevada.

Para que seja possível demonstrar vantagens exclusivas aos filhos dos ricos, é necessário um modelo que interaja o pertencimento aos diferentes estratos de renda familiar *per capita* com a similaridade educacional dos cônjuges e seus níveis de escolaridade.

Na seção 3.2 (p. 47 e seguintes) foi encontrado que a frequência de casamentos, em que os cônjuges são educacionalmente semelhantes, varia conforme o estrato de renda familiar *per capita*. Além disso, varia também o nível de escolaridade em que ocorre a similaridade entre os cônjuges. Somente estratos mais elevados apresentam porção significativa de casamentos entre duas pessoas de escolaridade elevada. Agora é necessário verificar se essa diferença incorre em efeitos diferentes na transmissão de escolaridade aos filhos. Esse teste faz uso novamente das bases biparentais e monoparentais originais e contrafactuais.

O exercício contrafactual realizado é perguntar o que aconteceria com a escolaridade dos estudantes de família em diferentes estratos de renda se houvesse independência no processo de formação dos laços matrimoniais entre os recursos educacionais e econômicos em posse de cada um dos cônjuges. Para verificar essa proposição foi elaborado o modelo CM:

$$\begin{aligned}
 Edu_{filho} = & \beta_0 + \beta_1\delta_{SE} + \beta_2\delta_{original} + \beta_3\delta_{CM} * \delta_{2550} + \beta_4\delta_{CM} * \delta_{5075} + \beta_5\delta_{CM} * \delta_{7595} + \beta_6\delta_{CM} * \delta_{9599} + \\
 & \beta_7\delta_{CM} * \delta_{ricos} + \beta_8\delta_{biparental} + \beta_9n_{irmãos} + \beta_{10}Idade_{filho} + \beta_{11}\left(\frac{idade_{filho}}{8}\right)^2 + \beta_{12}\delta_{g_{filho}} + \\
 & \beta_{13}\delta_{cr_{filho}}
 \end{aligned}
 \tag{CM}$$

O modelo CM traz a interação entre a variável de composição dos matrimônios, segundo critérios educacionais, δ_{CM} , que no modelo DD correspondia à interação $\delta_{SE} * \delta_{original}$, com variáveis dicotômicas – δ_{2550} , δ_{5075} , δ_{7595} , δ_{9599} , δ_{ricos} – que representam o estrato da renda *per capita*, no qual o estudante se encontrava originalmente. O estrato dos pobres é a base de comparação, por isso não está presente. Essas interações são o efeito que responde a pergunta contrafactual construída acima. As variáveis de controle são as mesmas do modelo DD. Os resultados podem ser vistos na Tabela 5.11 abaixo.

Os resultados de CM demonstram que, quando comparadas às famílias pobres, para todas as demais, a interação entre a existência de similaridade educacional entre os cônjuges e a posição da família na distribuição de renda afeta positivamente a escolaridade dos filhos. Ainda, conforme a interação do estrato de renda com a similaridade educacional dos cônjuges ocorre em estratos de renda mais elevados – nos quais há maior frequência de casamento entre dois indivíduos de escolaridade elevada –, maior é o efeito sobre a escolaridade do filho.

Somente o estrato adjacente aos pobres, “maior que 25 até 50%”, apresentou pequeno efeito da interação com a similaridade educacional dos cônjuges sobre a escolaridade dos filhos. A justificativa se encontra no fato das famílias desses dois estratos apresentarem

distribuição semelhante da escolaridade dos cônjuges e também distribuição semelhante dos casamentos entre dois parceiros que apresentam escolaridade na mesma faixa educacional.

Tabela 5.11 Coeficientes Encontrados na Regressão das Interações entre Semelhança Educacional entre Cônjuges e Estratos de Renda Familiar *per capita*

Variáveis	Coeficiente	Coef. Padronizado	p-valor
SE	-0.388	-0.059	< 0.001
Original	-0.014	-0.002	0.043
<i>Interações entre Variáveis dicotômicas para Estratos de Renda familiar per capita e Composição dos Matrimônios</i>			
> 25 até 50%	0.284	0.020	< 0.001
> 50 até 75%	0.698	0.037	< 0.001
> 75 até 95%	1.000	0.044	< 0.001
> 95 até 99%	1.030	0.023	< 0.001
> 99 até 100%	0.948	0.008	< 0.001
<i>Controles</i>			
Biparental	0.370	0.052	< 0.001
Idade do filho	1.019	1.099	< 0.001
(idade/8) ²	-0.456	-0.200	< 0.001
Gênero do Filho	-0.462	-0.081	< 0.001
Cor/raça do Filho	0.272	0.047	< 0.001
Número de irmãos	-0.208	-0.103	< 0.001
Intercepto	-6.854		< 0.001

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Como nos dois estratos a maior parte dos casamentos entre dois cônjuges de escolaridade semelhante ocorre nos menores níveis educacionais, não seria possível que famílias do estrato “maior que 25 até 50%” afetassem, em grande magnitude, a escolaridade de seus filhos quando comparadas às famílias pobres.

É possível ainda observar uma ruptura entre os estudantes de famílias acima do terceiro quartil comparados aos estratos inferiores. Os estudantes cujas famílias se encontram no quartil superior da distribuição de renda são beneficiados em aproximadamente um ano a mais em sua escolaridade formal. Esse resultado corrobora aquele encontrado na seção 5.3.1 (p. 97 e seguintes) a respeito da distinção entre os filhos de famílias acima e abaixo da linha do terceiro quartil e a semelhança na escolaridade acima dessa linha.

Os resultados de CM não permitem afirmar que os estudantes, entre oito e dezoito anos, de famílias ricas apresentam vantagens exclusivas como consequência da transmissão

de recursos educacionais concentrados através do casamento entre indivíduos de escolaridade semelhante. Esse resultado contradiz a hipótese proposta.

Todos os estudantes que se localizam acima do terceiro quartil da distribuição da renda familiar *per capita* e cujos dois responsáveis apresentam a mesma escolaridade – nesses estratos a maior parte dos casamentos entre dois indivíduos de mesma escolaridade ocorre entre pessoas com nível médio completo ou nível superior completo –, seriam afetados de forma próxima a um ano a mais de escolaridade.

Se não foi possível validar de forma consistente a hipótese desse capítulo, houve pelo menos uma validação parcial. Apesar de não ser possível afirmar que os ricos são capazes, através do casamento, de transmitir um volume maior de recursos sociais que dê origem a vantagens exclusivas a seus filhos durante a formação educacional básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio); foi encontrado que os pais, através do casamento e independentemente do nível da renda familiar *per capita*, interferem de modo significativo na formação escolar dos filhos.

No Brasil, os casamentos são um elemento importante na definição do montante de recursos educacionais que estarão disponíveis aos filhos para estimularem sua formação escolar. No entanto, todas as famílias em que os dois cônjuges apresentam escolaridade elevada são capazes transmitir seus recursos educacionais. O que muda entre estratos é a proporção de famílias aptas a oferecer o maior volume de recursos educacionais possíveis aos seus filhos.

Uma vez que foi encontrado efeito dos recursos sociais acumulados no interior da rede familiar pelos pais sobre a formação educacional dos filhos, é possível conjecturar, ainda dentro da abordagem do capital social, o motivo pelo qual não foi encontrada vantagem específica para os filhos dos ricos.

É possível que o efeito diferencial dos recursos educacionais em posse dos ricos só possa ser sentido na formação escolar dos níveis superiores de seus filhos. Mare & Chang (2003 [1998]) encontraram, para os EUA e Taiwan, que as transições entre diferentes níveis educacionais realizadas pelos pais são importantes para a determinação da possibilidade de que seus filhos façam a mesma transição escolar.

Segundo a abordagem do capital social, a explicação para o resultado encontrado por Mare & Chang estaria na ausência dos recursos educacionais no interior da rede familiar que pudessem estimular a continuidade dos estudos dos filhos. A partir do momento que os pais

de um estudante não realizam uma transição de nível educacional, faltariam a esses pais as condições para auxiliar as atividades escolares de seu dependente. Nesse caso, caberia ao próprio estudante, através de suas habilidades individuais, continuar seus estudos. O que reduz a chance de sucesso desse jovem.

O trabalho de Ferreira & Veloso (2003) ao apontar para a existência de elevada persistência educacional intergeracional no Brasil, indica também que os filhos neste país também tendem a permanecer na última transição escolar realizada por seu pai. De modo que é possível extrapolar a explicação dada aos resultados de Mare & Chang para os resultados de Ferreira & Veloso.

Nesse caso, os resultados da presente pesquisa refutam a hipótese proposta porque parte significativa das famílias, acima do terceiro quartil da distribuição de renda familiar *per capita*, se constitui de casamentos entre dois indivíduos com 11 anos ou mais de escolaridade; o que segundo os resultados de Mare & Chang (2003) é a condição necessária para que os seus filhos concluam o Ensino Médio. Pais com nível superior excederiam as condições necessárias para que o filho conclua o Ensino Médio, porém o excesso de recursos não se apresentou útil.

É possível que ao se estudar jovens brasileiros entre 18 e 30 anos, desde que se saiba a escolaridade de seus pais, sejam encontradas vantagens na transmissão de recursos educacionais dos pais para os filhos no interior de famílias ricas, uma vez que são elas que detêm o maior número de casais em que ambos os cônjuges são detentores de escolaridade superior. Todavia, tal empreitada não é possível através dos dados da PNAD 2009⁸ e foge à proposta original dessa pesquisa.

Todos os estudantes, que se localizam acima do terceiro quartil da distribuição da renda familiar *per capita* e cujos dois responsáveis apresentam pelo menos 11 anos de escolaridade, seriam afetados de forma próxima a um ano a mais de escolaridade. Por mais que não sejam somente os filhos de famílias ricas aqueles que obtêm as maiores vantagens na transmissão intergeracional de recursos educacionais, esse conjunto de estudantes ainda é um grupo consideravelmente restrito que corresponde a aproximadamente 4% da totalidade dos estudantes brasileiros entre 8 e 18 anos.

⁸ A PNAD mais recente que aborda o tema da mobilidade educacional é aquela realizada em 1996, no entanto, não é possível obter a informação a respeito dos rendimentos dos pais de jovens que já saíram do domicílio de seus progenitores.

5.5. Conclusões Preliminares

Os resultados encontrados ao longo dos testes desse capítulo informam que: i) o efeito da estrutura familiar sobre a escolaridade dos filhos cria vantagens discretas aos filhos de famílias biparentais; ii) famílias biparentais não favorecem a transmissão de recursos econômicos ou educacionais; iii) famílias pobres são capazes de reduzir o efeito negativo da ausência de recursos econômicos sobre a escolaridade dos filhos se forem biparentais; iv) a transmissão de escolaridade de pais para filhos, entre 8 e 18 anos, favorece aos filhos das famílias em que ambos os cônjuges apresentam pelo menos 11 anos de escolaridade; v) os estudantes provenientes de famílias ricas não apresentam vantagens exclusivas provenientes da transmissão de recursos educacionais por seus pais.

Como foi discutido durante o capítulo, o tipo de estrutura familiar interfere na escolaridade dos estudantes brasileiros de 8 a 18 anos. Estudantes que vivem em famílias biparentais apresentam uma pequena, porém significativa diferença com relação aos estudantes que vivem em famílias monoparentais. Os resultados indicam, ainda, que os tipos de estrutura familiar, no Brasil, não são mecanismos diferenciados de transmissão de capital social na forma de recursos econômicos ou educacionais.

Os resultados encontrados a respeito da estrutura familiar apontam, em sua maioria, para a mesma direção daqueles apresentados por Coleman (1988) e Teachman *et al.* (1996, 1997). Conforme o trabalho de Teachman *et al.* (1997) não foi encontrada interação entre a estrutura familiar e a escolaridade dos membros das famílias. Contudo, diferente dos resultados encontrados pelos autores não foi possível estabelecer que famílias biparentais tendam a transmitir melhor aos filhos seus recursos econômicos. Ao contrário, famílias biparentais pobres parecem ser capazes de reduzir a deficiência de recursos materiais através da presença de dois responsáveis no domicílio.

O resultado positivo da estrutura biparental sobre a escolaridade dos filhos para famílias em que há escassez de recursos econômicos ressalta um elemento importante no trabalho de Coleman (1988), no qual o autor trata da importância da coesão familiar em si mesma, e não somente como um mecanismo transmissor de recursos sociais.

Ao encarar a família sob a ótica da abordagem do capital social, Coleman percebeu que a família, assim como qualquer outra rede de relações sociais, necessitava de coesão para que pudesse favorecer os objetivos de seus membros. Particularmente, a família biparental parece se beneficiar do fato de apresentar dois adultos responsáveis pelos filhos estudantes.

Nessa situação, seria possível um maior controle das atividades dos filhos, bem como estaria assegurado o fortalecimento dos laços tanto entre pais e filhos, quanto entre mães e filhos. Como apresentado por Teachman *et al.* (1996, 1997), a conexão entre os responsáveis e os filhos é um dos determinantes da permanência escolar do filho cuja relevância independe da idade do estudante.

O estudo dos efeitos de diferentes estruturas familiares sobre a escolaridade das crianças e adolescentes pode ser beneficiado por estudos que busquem aprofundar os mecanismos pelos quais a coesão da família interfere na formação escolar dos filhos. Por exemplo, através da facilitação do exercício de autoridade dos pais sobre os filhos e da formação do laço afetivo entre os genitores e seus dependentes.

No que diz respeito ao teste principal deste capítulo, foi encontrado que os pais, através da composição dos seus casamentos, interferem de modo significativo na formação escolar dos filhos. O grande número de casamentos entre dois indivíduos de escolaridade elevada favorece a formação escolar de seus herdeiros, enquanto filhos de duas pessoas de baixa escolaridade não apresentam os recursos educacionais necessários para serem estimulados na mesma proporção.

No entanto, não foi possível validar a hipótese de que os filhos dos ricos apresentam vantagens exclusivas na transmissão intergeracional de recursos educacionais entre os 8 e 18 anos – período no qual, ao seu final, se espera que os jovens alcancem o Ensino Médio completo.

Os filhos de famílias ricas não parecem se aproveitar, durante o Ensino Fundamental e Médio, das vantagens oriundas do maior volume de recursos educacionais em posse de seus pais. Os resultados levam a crer que todos os estratos que são constituídos majoritariamente por famílias nas quais os dois cônjuges apresentam 11 ou mais anos de escolaridade possuam a mesma capacidade de impulsionar a escolaridade dos filhos. Tal interpretação é coerente aos resultados encontrados por Mare & Chang (2003 [1998]) e Ferreira & Veloso (2003).

Tudo leva a crer que seja necessário estudar o efeito da composição dos matrimônios dos pais sobre escolaridade dos filhos de famílias ricas nos níveis educacionais superiores. Nesse caso, é esperado que os herdeiros daqueles que já alcançaram o nível superior apresentem melhores resultados; credencial escolar ainda concentrada entre famílias ricas.

Conclusão

A determinação da riqueza depende da formação das famílias brasileiras. Para se chegar a essa conclusão foi necessário realizar um percurso que tem início no debate da estratificação social a respeito de como o conflito distributivo pode ser compreendido em sociedades capitalistas contemporâneas e alcança os efeitos da formação de novos núcleos familiares através do matrimônio. A intermediação entre esses dois pontos foi possível através da teoria do capital social.

De início foi estabelecido que os ricos são a parcela favorecida envolvida em um conflito distributivo pelo direito sobre a posse de ativos. A riqueza de um grupo está causalmente relacionada à sua exclusividade na posse de ativos que apresentam maior rentabilidade. A exclusividade na posse desses ativos garantiria a raridade de sua oferta e por esse motivo sua rentabilidade seria elevada. No entanto, a raridade desses ativos seria mantida artificialmente através de mecanismos que impedissem outros grupos de possuírem ou acessarem esses ativos.

Foi proposto por este trabalho, então, que o casamento é um dos mecanismos que permitem aos ricos manter artificialmente a raridade de seus ativos. Essa proposição se justifica, primeiramente, no fato de o estudo dos casamentos ser um dos meios de verificar o grau de fechamento de um grupo social e, em segundo lugar, em razão de somente grupos sociais fechados serem capazes de impedir o acesso a seus recursos.

De fato, ao longo da pesquisa empírica, foi demonstrado que os ricos são o grupo social mais fechado com relação ao casamento no que diz respeito ao valor dos rendimentos e à escolaridade de cada um dos cônjuges. Os ricos apresentam tendência, acima do que foi encontrado em outros estratos, em casar com outros indivíduos socioeconomicamente semelhantes. Além disso, conforme cresce a diferença socioeconômica entre o rico e seu cônjuge, decresce a frequência desse tipo de matrimônio.

A consequência desse primeiro estudo foi subsidiar o argumento que a família é um determinante da condição de riqueza. A família é uma instituição que tem como um de seus objetivos o compartilhamento de recursos individuais entre todos os membros de modo que a condição material de todos seja garantida. Então, a partir do momento em que há um fechamento do grupo dos ricos através do casamento, um pequeno conjunto de famílias seria

capaz de concentrar um volume de recursos econômicos e educacionais inexistente em famílias pertencentes a outros estratos.

De acordo com o argumento proposto, o processo de formação das famílias através do casamento está relacionado com o conflito distributivo, entre classes, sobre o direito de posse dos ativos. A intermediação que insere o processo de formação das famílias no interior do conflito distributivo foi interpretada segundo a teoria do capital social. Os recursos econômicos e educacionais ao serem oferecidos pelos indivíduos, com o objetivo de atrair o parceiro mais atrativo possível no mercado matrimonial, passam a ser um recurso social que pode ser utilizado para aumentar a chance de sucesso em formar um núcleo familiar – que disponha do maior montante de recursos possíveis para satisfazer às necessidades materiais da família a que dá origem e colocá-la na melhor posição socioeconômica possível.

A teoria do capital social, ao estudar a família como uma rede de relações sociais, está preocupada em observar quem são os membros da família, ou seja, em que posição cada um deles está inserido na estrutura social. Essa preocupação está orientada para conhecer quais recursos cada membro oferece a rede familiar e quais recursos cada indivíduo tem acesso através dos demais familiares.

Essa orientação permite a teoria do capital social explicar tanto a importância dos recursos oferecidos por cada cônjuge com o objetivo de formar um novo núcleo familiar através do casamento – o qual atrai os ricos a casarem entre si para manterem sua rede social fechada e, conseqüentemente, o acesso aos seus recursos restritos a um pequeno número de membros –, quanto o efeito do compartilhamento dos recursos no interior de uma família sobre a condição material e oportunidades de vida de cada um de seus membros.

Uma vez que os recursos econômicos estão desigualmente distribuídos entre os indivíduos, a concentração desses recursos é possível por meio do seu compartilhamento entre pessoas que os apresentem em volume elevado. Por essa razão, a formação de um novo núcleo familiar apresenta a possibilidade de ser um mecanismo de restrição ao acesso dos ativos de melhor remuneração e, por conseguinte, um determinante da riqueza, quando há homogamia de recursos econômicos, ou seja, através do grau de fechamento encontrado entre os ricos através do matrimônio envolvendo duas pessoas em posse de volume semelhante e elevado de recursos rentáveis.

Essa proposição quando testada se provou significativa para explicar a condição de riqueza. Não é qualquer combinação de indivíduos que possibilita a um matrimônio dar

origem a uma família rica. O surgimento de uma família rica depende da ligação entre dois cônjuges detentores de remunerações elevadas. Dado que existe mútua dependência entre duas pessoas casadas para garantir a condição de riqueza, o matrimônio e a família que ele origina devem ser compreendidos como uma rede importante para transmissão e a acumulação do capital social – em forma de recurso econômico – necessário para que seja alcançada a condição de rico.

A respeito do compartilhamento de recursos no interior de uma família foi realizada, ainda, uma segunda proposição. Se os ricos acumulam recursos sociais, que são escassos em outros estratos, através do casamento, então a transmissão intergeracional de tais recursos pode se transformar em vantagens na trajetória de seus herdeiros.

Essa proposição por demais geral foi recortada em dois segmentos empiricamente testáveis. O primeiro propunha que conforme a formação de matrimônios ocorre entre pessoas de escolaridade semelhante e cada vez mais elevada, cresce a capacidade de transmissão de recursos educacionais dos pais para seus filhos. O segundo propunha que a transmissão desses recursos educacionais entre pais ricos e seus filhos seria superior àquela encontrada em qualquer outro estrato, uma vez que a frequência de casamento entre dois ricos com escolaridade superior é a maior encontrada entre os estratos brasileiros.

O primeiro segmento proposto foi validado. Conforme a semelhança entre os cônjuges se dá em níveis educacionais mais elevados, maior é a capacidade de transmissão desses recursos aos filhos. A desigualdade da distribuição dos recursos educacionais entre os núcleos familiares (cônjuges) tem implicação direta no nível de recursos que os filhos recebem de seus pais.

O segundo segmento proposto, fundamental para o estudo dos determinantes da condição de rico, todavia, não foi validado. Entre os 8 e 18 anos, o volume de recursos educacionais recebidos pelos filhos de pais ricos é equivalente àquele recebido por estudantes pertencentes a famílias de outros estratos em que ambos os responsáveis apresentem ao menos 11 anos de escolaridade. Os filhos dos ricos são a parcela que, nessa faixa etária, apresentam o maior volume de recursos educacionais recebidos de seus pais, porém não são exclusivamente eles que pertencem a esse grupo. Por essa razão, não é possível dizer que os recursos educacionais transmitidos pelos pais ricos aos seus dependentes, no período entre seus 8 e 18 anos, dão origem a vantagens exclusivas que determinam a trajetória de seus filhos na direção da condição de rico.

Mesmo que não tenha sido possível estabelecer uma relação causal entre a transmissão intergeracional de recursos educacionais e a condição de riqueza, os resultados apontaram para o papel importante do casamento entre dois adultos na formação escolar de seus filhos. A tendência à semelhança educacional entre os cônjuges dá origem a núcleos familiares desiguais no que diz respeito ao volume de recursos educacionais disponíveis, o que por sua vez interfere na formação escolar de crianças e adolescentes brasileiros.

A desigualdade na distribuição da escolaridade de uma geração se torna, então, um componente explicativo da desigualdade educacional da geração seguinte. Essa questão é de relevância significativa para os estudos em educação porque insere um elemento não-meritocrático na explicação da trajetória escolar de cada indivíduo e por ser um evento que não apresenta uma simples solução direta (aumentar a escolaridade dos pais dos estudantes).

Esta pesquisa corroborou a teoria do capital social a respeito da importância explicativa dada ao compartilhamento de recursos sociais entre membros de uma mesma rede. Também ressaltou a família como uma rede de relações sociais relevante para a compreensão das condições e oportunidades de vida de cada indivíduo.

O capital social que circula na rede familiar de cada pessoa se mostrou importante não somente para a explicação da desigualdade social brasileira, medida através das distribuições de renda e escolaridade, como também se apresentou capaz de influenciar diretamente a condição de riqueza por meio do efeito da formação dos laços matrimoniais e da consequente distribuição da renda entre as famílias.

Referências Bibliográficas

ASTONE, N. M.; NATHANSON, C. A.; SCHOEN, R.; KIM, Y. J. Family Demography, Social Theory, and Investment in Social Capital. **Population and Development Review**, v. 25, n. 1, p. 1–31, 1999. Acesso em: 20/6/2011.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. Família e distribuição de renda o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 19, n. 3, p. 483–504, 1989.

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D.; QUINTAES, G. Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 1, p. 1–42, 2001.

BUCHMANN, C.; HANNUM, E. Education and Stratification in Developing Countries: A Review of Theories and Research. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 77–102, 2001. Acesso em: 1/9/2011.

BURGESS, E. W.; WALLIN, P. Homogamy in Social Characteristics. **American Journal of Sociology**, v. 49, n. 2, p. 109–124, 1943. Acesso em: 19/4/2012.

BURT, R. S. The Contingent Value of Social Capital. In: D. B. Grusky (Ed.); **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. 2nd ed., p.454–458, 2001. Boulder: Westview Press.

COHEN, J. M. Sources of Peer Group Homogeneity. **Sociology of Education**, v. 50, n. 4, p. 227–241, 1977. Acesso em: 4/5/2012.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, v. 94, p. S95–S120, 1988. Acesso em: 6/12/2010.

DURKHEIM, É. **Da Divisão Social do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ERMISCH, J.; FRANCESCONI, M.; SIEDLER, T. Intergenerational Economic Mobility and Assortative Mating. **SSRN eLibrary**, 2005. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=858965>. Acesso em: 18/5/2011.

FELD, S. L. Social Structural Determinants of Similarity among Associates. **American Sociological Review**, v. 47, n. 6, p. 797–801, 1982. Acesso em: 4/5/2012.

FERNÁNDEZ, R.; GUNER, N.; KNOWLES, J. Love and Money: A Theoretical and Empirical Analysis of Household Sorting and Inequality. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 120, n. 1, p. 273–344, 2005. Acesso em: 21/6/2012.

FERNÁNDEZ, R.; ROGERSON, R. Sorting and Long-Run Inequality. **Quarterly Journal of Economics**, v. 116, n. 4, p. 1305–1341, 2001. Acesso em: 2/6/2011.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 33, n. 3, p. 481–513, 2003.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, p. 761–766, 1984. Acesso em: 7/2/2013.

GIDDENS, A. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

- GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, 1973. Acesso em: 5/6/2012.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/novaeconomia/article/view/430>>. Acesso em: 20/6/2012.
- HOLLINGSHEAD, A. B. Cultural Factors in the Selection of Marriage Mates. **American Sociological Review**, v. 15, n. 5, p. 619–627, 1950. Acesso em: 19/4/2012.
- KALMIJN, M. Status Homogamy in the United States. **American Journal of Sociology**, v. 97, n. 2, p. 496–523, 1991a. Acesso em: 16/6/2012.
- KALMIJN, M. Shifting Boundaries: Trends in Religious and Educational Homogamy. **American Sociological Review**, v. 56, n. 6, p. 786–800, 1991b. Acesso em: 16/6/2012.
- KALMIJN, M. Assortative Mating by Cultural and Economic Occupational Status. **American Journal of Sociology**, v. 100, n. 2, p. 422–452, 1994. Acesso em: 2/6/2011.
- KALMIJN, M. Inter-marriage and Homogamy: Causes, Patterns, Trends. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p. 395–421, 1998. Acesso em: 2/6/2011.
- KALMIJN, M.; FLAP, H. D. Assortative Meeting and Mating: Unintended Consequences of Organized Settings for Partner Choices. **Social Forces**, v. 79, n. 4, p. 1289–1312, 2001. Acesso em: 2/6/2011.
- KANDEL, D. B. Homophily, Selection, and Socialization in Adolescent Friendships. **American Journal of Sociology**, v. 84, n. 2, p. 427–436, 1978. Acesso em: 4/5/2012.
- LEE, M. **Micro-Econometrics for Policy, Program, and Treatment Effects**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEONE, E.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 233–249, 2008. Acesso em: 20/6/2012.
- LIN, N. **Social Capital: a Theory of Social Structure and Action**. 1st ed. Nova York: Cambridge University Press, 2001.
- MARE, R. D. Five Decades of Educational Assortative Mating. **American Sociological Review**, v. 56, n. 1, p. 15–32, 1991. Acesso em: 2/6/2011.
- MARE, R. D. Assortative Mating, Intergenerational Mobility, and Educational Inequality. **On-Line Working Paper Series, California Center for Population Research, UC Los Angeles**, 2000. Disponível em: <<http://www.escholarship.org/uc/item/6xv5k5pc>>. .
- MARE, R. D.; CHANG, H.-C. Family Attainment Norms and Educational Stratification: The Effects of Parents' School Transitions. **On-Line Working Paper Series, California Center for Population Research, UC Los Angeles**, 2003. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/6q91c2hb#page-1>>. Acesso em: 22/1/2013.
- MARSDEN, P. V. Homogeneity in confiding relations. **Social Networks**, v. 10, n. 1, p. 57–76, 1988. Acesso em: 7/5/2012.

- MARTIN, M. A. Family Structure and Income Inequality in Families with Children, 1976 to 2000. **Demography**, v. 43, n. 3, p. 421–445, 2006. Acesso em: 30/8/2011.
- MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. M. Birds of a Feather: Homophily in Social Networks. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 415–444, 2001. Acesso em: 18/4/2012.
- MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos : o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec ;ANPOCS, 2005.
- MEDEIROS, M. The Rich and the Poor: The Construction of an Affluence Line from the Poverty Line. **Social Indicators Research**, v. 78, n. 1, p. 1–18, 2006. Acesso em: 1/9/2010.
- OPPENHEIMER, V. K. A Theory of Marriage Timing. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 3, p. 563–591, 1988. Acesso em: 18/4/2012.
- OPPENHEIMER, V. K. Women’s Employment and the Gain to Marriage: The Specialization and Trading Model. **Annual Review of Sociology**, v. 23, p. 431–453, 1997. Acesso em: 30/5/2012.
- PARKIN, F. Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique. In: D. B. Grusky (Ed.); **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. 2nd ed., p.162–177, 2001. Boulder: Westview Press.
- RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. DO V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados**, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582009000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 23/5/2011.
- SEN, A. Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. **Econometrica**, v. 44, n. 2, p. 219–231, 1976. Acesso em: 7/2/2013.
- SOARES, S. O Ritmo de Queda na Desigualdade no Brasil é Adequado? Evidências do Contexto Histórico e Internacional. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Textos Para Discussão., v. 1339, 2008.
- SØRENSEN, A. Foundations of Neo-Ricardian Class Analysis. In: E. O. Wright (Ed.); **Approaches to Class Analysis**, 2005. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press.
- TEACHMAN, J. D. Family Background, Educational Resources, and Educational Attainment. **American Sociological Review**, v. 52, n. 4, p. 548–557, 1987. Acesso em: 2/1/2013.
- TEACHMAN, J. D.; PAASCH, K.; CARVER, K. Social Capital and Dropping Out of School Early. **Journal of Marriage and Family**, v. 58, n. 3, p. 773–783, 1996. Acesso em: 21/6/2012.
- TEACHMAN, J. D.; PAASCH, K.; CARVER, K. Social Capital and the Generation of Human Capital. **Social Forces**, v. 75, n. 4, p. 1343–1359, 1997. Acesso em: 21/6/2012.
- TREAS, J. The Effect of Women’s Labor Force Participation on the Distribution of Income in the United States. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p. 259–288, 1987. Acesso em: 21/6/2012.
- VERBRUGGE, L. M. The Structure of Adult Friendship Choices. **Social Forces**, v. 56, n. 2, p. 576–597, 1977. Acesso em: 4/5/2012.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura Domiciliar e Distribuição da Renda Familiar no Brasil. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. v. I, 2007. IPEA.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 1999.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2002.

WRIGHT, E. O. Foundations of a neo-Marxist Class Analysis. In: E. O. Wright (Ed.); **Approaches to Class Analysis**, 2005. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press.